



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JUCIENE RAQUEL DE LIMA SIQUEIRA

Educação popular e Consciência Sanitária:
o Movimento de Educação de Base (MEB) no sertão do Seridó
Potiguar (1970-1980)

JOÃO PESSOA/PB

2023

Educação popular e Consciência Sanitária:
o Movimento de Educação de Base (MEB) no sertão do Seridó
Potiguar (1970-1980)

JUCIENE RAQUEL DE LIMA SIQUEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito para obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto

Área de Concentração: História e Cultura Histórica

Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

JOÃO PESSOA/PB

2023

EDUCAÇÃO POPULAR E CONSCIÊNCIA SANITÁRIA: O MOVIMENTO DE
EDUCAÇÃO DE BASE (MEB) NO SERTÃO DO SERIDÓ POTIGUAR (1970-1980)

Juciene Raquel de Lima Siqueira

Dissertação aprovada em 30/11/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal da Paraíba
Orientador

Profa. Dra. Juciene Batista Félix Andrade
Programa de Pós-Graduação em História – CERES – Caicó
Universidade Federal do Rio do Norte
Examinadora externa

Profa. Dra. Cláudia Cristina do Lago Borges
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Interna



5

Ata nº 278 de defesa de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba de autoria do mestrando JUCIENE RAQUEL DE LIMA SIQUEIRA, área de concentração História e Cultura Histórica, linha de pesquisa em HISTÓRIA E REGIONALIDADES.

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de 2023, às 09 horas, em sessão virtual realizada na Sala: <https://meet.google.com/fuv-wwwxn-rqc>, atendendo aos princípios ordenadores dos Artigos 67 a 72 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em História do CCHLA da UFPB, foi realizada a Sessão de Defesa e Julgamento da Dissertação de autoria da mestranda

- 5 **JUCIENE RAQUEL DE LIMA SIQUEIRA** matrícula **20211014164**, junto ao PPGH/CCHLA/UFPB, requisito final para obtenção do título de Mestre em História na área de concentração em História e Cultura Histórica, linha de pesquisa HISTÓRIA E REGIONALIDADES, conforme encaminhamento do Professor GUILHERME QUEIROZ DE SOUZA, vice-coordenador do PPGH, e cumprimento do exame de qualificação, pré-requisito
- 10 para esta apresentação, segundo registrado na secretaria do Programa. O trabalho da mestranda foi avaliado pela Banca Examinadora composta pelos(as) professores(as) doutores(as): composta por MARTINHO GUEDES DOS SANTOS NETO (UFPB – Orientador e Presidente da sessão), JUCIENE BATISTA FÉLIX ANDRADE (UFRN - Examinadora Externa) e CLÁUDIA CRISTINA DO LAGO BORGES (UFPB – Examinadora Interna). A
- 15 realização da sessão de Julgamento e Avaliação ocorreu virtualmente na Sala <https://meet.google.com/fuv-wwwxn-rqc>, divulgado previamente pelo PPGH e com acesso permitido aos interessados em acompanhá-la em tempo real. Iniciada a sessão, o presidente **MARTINHO GUEDES DOS SANTOS NETO** apresentou os membros da Comissão e, em seguida, indicou à mestranda para que fizesse, oralmente e pelo tempo de 20 minutos, a
- 20 apresentação do Trabalho Final intitulado “*Educação Popular e Consciência Sanitária: o Movimento de Educação de Base (MEB) no sertão do Seridó Potiguar (1970-1980)*”. Concluída a apresentação, procedeu-se à arguição pelos membros da Banca. Ao final da arguição, foi solicitado ao público presente que saísse da sala a fim de que a banca pudesse deliberar sobre a apresentação da mestranda. Após discussão, a Banca emitiu o seguinte parecer:
- 25 A Banca considerou que o trabalho está bem organizado e traz um bom diálogo das fontes com os conceitos e com a bibliografia socializada do período; aponta observações de ordem geral e de caráter pontual para melhoria do texto apresentado, como por exemplo, sistematizar a metodologia utilizada, verificar a correção da ABNT e a revisão textual. A Banca ressalta a



10

30 *boa qualidade do trabalho dissertativo e sua contribuição para a História do movimento de*
Educação Popular no Rio Grande do Norte e no Brasil, do MEB/Caicó e da Rádio Rural de
Caicó. Assim, decidiu-se pelo conceito **APROVADA**. Deve a secretaria do PPGH, após
homologação desta ata pelo Colegiado deste Programa, solicitar à Pró-Reitoria de Pós-
Graduação da Universidade Federal da Paraíba a emissão, na forma da lei, do respectivo
diploma de Mestre em História. Terminada a sessão foi encerrada a reunião, da qual, eu,
35 GUILHERME QUEIROZ DE SOUZA, vice-coordenador do PPGH, lavrei a presente ata que
vai assinada pelos membros da banca e pela mestranda.

João Pessoa, 30 de novembro de 2023.

40

Documento assinado digitalmente
gov.br MARTINHO GUEDES DOS SANTOS NETO
Data: 29/11/2023 11:25:46-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Orientador

Examinadora Externa

45

Examinadora Interna

Mestranda

50

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S618e Siqueira, Juciene Raquel de Lima.

Educação popular e consciência sanitária : o movimento de educação de base (MEB) no sertão do Seridó Potiguar (1970-1980) / Juciene Raquel de Lima Siqueira. - João Pessoa, 2023.
126 f. : il.

Orientação: Martinho Guedes dos Santos Neto.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Educação popular em saúde. 2. Saúde popular. 3. Conscientização. 4. Seridó. I. Santos Neto, Martinho Guedes dos. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37:614(043)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha avó, Maria Clara de Araújo, que foi moradora da zona rural do Seridó potiguar nos sítios Papagaio e Cacimbinha, entre as décadas de 1960 e 1980. Ela que também foi educadora e ensinou o beabá em tempos não tão remotos de analfabetismo no sertão. Quem me ouve e me fortalece.

AGRADECIMENTOS

“Sobre a terra há de viver sempre o mais forte”. Começo os agradecimentos com este trecho do maravilhoso livro *Torto Arado*, de Itamar Vieira Júnior, que tive o prazer de ler durante o processo de escrita deste texto dissertativo. Nele pude perceber a destreza e a esperança do povo do campo por meio das irmãs Bibiana e Belonísia. Aos artistas, poetas e escritores que nos salvam com sua sensibilidade, meu muito obrigada.

Agradeço também a minha mãe Leninha, que desde a sua adolescência me cuida com muito zelo. Ainda que permeada por muitas dificuldades, com alegria levava a mim e a minha irmã à praça, além de ser uma grande incentivadora dos meus estudos desde criança. Agradeço também a minha irmã Roane, que é a minha melhor amiga há uns 27 anos. Ela que me ouviu durante a árdua fase da escrita e acreditou fielmente em mim. Meu muito obrigada! Vocês são minha base!

Aos meus avós maternos que fizeram parte do meu dia a dia desde os seis anos de idade até o momento em que saí de casa para estudar fora. Vovô Assis que foi castigado pelo Alzheimer, por vezes, lembra que a neta mais velha estuda fora, e Vovó Maria, a quem muito recorri para perguntar das vivências na zona rural e com quem compartilhei de muitas das fontes. Vovó, obrigada por isso e muito mais!

Às minhas tias e meu tio maternos: Júnior, Dalvinha, Neide e Aninha que sempre foram carinhosos e atenciosos ao me ouvir falar da pesquisa e do mestrado.

Agradeço imensamente ao meu orientador, o professor Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto, que foi capaz de me incentivar, de me acalmar e dar os puxões de orelha nos momentos necessários. É com muita gratidão também que compartilho o trabalho com a banca, a professora Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva com quem aprendi, a quem admiro como profissional e pude ter a honra de ser aluna na disciplina Tópicos em História Social I. Também agradeço à professora Dra. Juciene Batista Félix Andrade que acompanha minha trajetória acadêmica desde a graduação, período em que foi minha orientadora. Com ela tive o prazer de compartilhar as primeiras ideias na Iniciação Científica e de aprender com sua sutileza e desenvoltura.

Aos meus colegas da turma 2021.1, que não tive o prazer de conhecer pessoalmente, porque infelizmente fomos atravessados pela pandemia da COVID-19, e aqui, ressalto, que o início da escrita desta dissertação foi feita em um contexto pandêmico. Mas sou grata, porque, por meio deles, no grupo do WhatsApp, tiramos dúvidas e conversamos sobre as dificuldades na escrita, o que tornou esse processo mais leve.

Agradeço também aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, Campus João Pessoa, com quem aprendi muito e que, por meio das disciplinas, me despertaram um novo olhar sobre o mundo. Minha gratidão!

Agradeço aos meus colegas de trabalho, as pessoas com quem fiz amizade e que trocamos experiências e desabafos, em especial, a Débora, a Efigênia, a Diana e a Giordan.

Aos amigos que conheci na graduação e na pesquisa, especialmente, no Laboratório de História e Práticas de Pesquisa (LHCP), e que trocaram também experiências de pesquisa comigo. Por fim, meus sinceros agradecimentos ao Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC/UFRN) que, desde os dois últimos anos da minha graduação, me concede o espaço para a pesquisa. Gratidão e viva à ciência!

Aos que irão ler, agradeço pela gentileza e pelo empenho.

Que possamos vislumbrar e construir um novo amanhã!

CANÇÃO PARA OS FONEMAS DA ALEGRIA

Peço licença para algumas coisas
Primeiramente para desfraldar
Este canto de amor publicamente

Sucede que só sei dizer amor
Quando reparto o ramo azul de estrelas
Que em meu peito floresce de menino

Peço licença para soletrar
[...]
A palavra ti-jo-lo, por exemplo,

E poder ver que dentro dela vivem
Paredes, aconchegos e janelas,
E descobrir que todos os fonemas

São mágicos sinais que vão se abrindo
Constelação de girassóis gerando
Em círculos de amor que de repente
Estalam como flor no chão da casa.

Às vezes nem há casa: é só chão
Mas sobre o chão quem reina agora é um homem
Diferente, que acaba de nascer:

Porque unindo pedaços de palavras
Aos poucos vai unindo argila e orvalho,
Tristeza e pão, cambão e beija-flor,

E acaba por unir a própria vida
No seu peito partida e repartida
Quando afinal descobre num clarão

Que o mundo é seu também, que o seu trabalho
Não é pena que paga por ser homem,
Mas um modo de amar – e de ajudar

O mundo a ser melhor. Peço licença
Para avisar que, ao gosto de Jesus,
Este homem renascido é um homem novo:

Ele atravessa os campos espalhando
A boa nova, e chama os companheiros
A pelejar no limpo, frente a frente,

Contra o bicho de quatrocentos anos,
Mas cujo fel espesso não resiste
A quarenta horas de total ternura.

Peço licença para terminar
Soletrando a canção de rebeldia
Que existe nos fonemas da alegria:

Canção de amor geral que eu vi crescer
Nos olhos do homem que aprendeu a ler.

Thiago de Mello
Santiago do Chile,
Verão de 1964.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo investigar a trajetória da Educação Popular em Saúde, por meio do Movimento de Educação de Base (MEB), na região do Seridó norte-rio-grandense, nas décadas de 1970 e 1980. Para tanto, selecionamos os programas de rádio que contribuíram para a formação da Consciência Sanitária, por meio da Emissora de Educação Rádio Rural de Caicó. A emissora foi criada em maio de 1963, e incorporou cinco meses depois, a presença do MEB em sua grade de programação. Nas atividades desenvolvidas pelo Sistema MEB Caicó, pode-se identificar a grupalização e encontros não-diretivos de jovens e adultos das periferias urbanas e do campo; a formação de cartilhas educativas; a abordagem conscientizadora do papel social do sujeito no mundo; a informação e a distribuição de materiais. O órgão responsável pelo MEB era a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (1952) com financiamento do Estado. A partir do Golpe Militar de 1964, o MEB passou por diversas crises internas e administrativas que refletiram nas diretrizes do programa e no fechamento de alguns dos seus principais Sistemas. Com a abertura política na década de 1970, pode-se perceber novamente a *conscientização* sendo incorporada aos programas e às aulas radiados pela Emissora. Para esse estudo foram consultados programas educativos da emissora Rádio Rural, revistas e jornais publicados pelo MEB Nacional e Local, cartas de alunos recém-alfabetizados à emissora, relatórios anuais do Sistema MEB Caicó (cidade sede) e cartilhas. Também utilizamos, para embasar nossa escrita, os autores Freire, 1980; Kadt, 2013; Medeiros, 2008; Thompson, 1963. Podemos concluir que, por meio da pesquisa, a Educação Popular para a saúde revolucionou a vida dos sertanejos seridoenses que, ainda assolados pelos problemas de seca, descaso político e má distribuição de terra e de renda, foram contemplados pelo processo de conscientização na grade de programação da Rádio Rural.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Popular; MEB; Saúde Popular; Conscientização; Seridó.

ABSTRACT

This dissertation intended to investigate the trajectory of Popular Education in Health, through the Basic Education Movement (MEB), in the *Seridó* region of northern Rio Grande do Sul, in the 1970s and 1980s. formation of Sanitary Consciousness, through the Rural Radio Education Station of *Caicó*. The station created in May 1963, five months later incorporated the presence of MEB in its programming schedule. In the activities carried out by the MEB *Caicó* System, one can identify the grouping and non-directive meetings of young people and adults from the urban peripheries and the countryside; the formation of educational booklets; the conscientious approach to the subject's social role in the world; information and distribution of materials. The body responsible for the MEB was the National Conference of Bishops of Brazil (1952) with state funding. From the 1964 Military Coup, the MEB went through several internal and administrative crises that reflected in the program's guidelines and in the closure of some of its main Systems. With the political opening in the 1970s, one can again see awareness being incorporated into the programs and classes broadcast by the Issuer. For our purpose, educational programs from Radio Rural, magazines and newspapers published by MEB *Nacional* and *Local*, letters from newly literate students to the station, annual reports from the MEB *Caicó* System (headquarters city), booklets were consulted. We also used, to support our writing, the authors Freire, 1980; Kadt, 2013; Medeiros, 2008; Thompson, 1963. We can conclude that, through research, Popular Education for health revolutionized the lives of *sertanejos* from *Seridó* who, still plagued by the problems of drought, political neglect and poor distribution of land and income, were contemplated by the awareness process in the grid of radio programming.

KEYWORDS: Popular Education; MEB; Popular Health; Awareness; *Seridó*.

LISTA DE ABREVIACÕES

ACR - Ação Católica Rural

ANPO - Animação Popular

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CLAT – Central Latino Americana de Trabalhadores

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DSI – Doutrina Social da Igreja

EP – Educação Popular

FITIRN - Federação dos Trabalhadores da Indústria

FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

IED - Investimento Externo Direto

JAC – Juventude Agrária Católica

LABORDOC – Laboratório de Documentação Histórica

MEB – Movimento de Educação de Base

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCI - Partido Comunista Italiano

PIB - Produto Interno Bruto

PRONASEC - Programa Nacional das Ações Sociais

PT - Partido dos Trabalhadores

TDL – Teologia da Libertação

SAR – Serviço e Assistência Rural

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Norte

SUNAB – Superintendência Nacional do Abastecimento

SUS - Sistema Único de Saúde

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

URSS - União das repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Página 8 do Conjunto Didático Viver é Lutar. “É justo o povo viver com fome?”.	39
Figura 2: Página 9 do Conjunto Didático Viver é Lutar. Noções gramaticais e exercícios.	39
Figura 3: Programa “Aprenda em Sua Casa”. Sistema MEB Caicó.	42
Figura 4: Programa “Aprenda em sua casa”. Sistema MEB Caicó.	42
Figura 5: Programa “Caminho de Libertação” – Assuntos sobre saúde popular.	43
Figura 6: Programa “Caminho de Libertação” – Assuntos sobre saúde popular.	43
Figura 7: Abertura do Treinamento de Monitores na cidade de Caicó na semana de 19 a 23 de fevereiro de 1973.	48
Figura 8: Pronunciamento de Dom Manuel Tavares na inauguração da Emissora Rádio Rural de Caicó.	53
Figura 9: Rio Grande do Norte nas décadas de 1970 e 1980.	58
Figura 10: Mapa do Seridó potiguar nas décadas de 1960, 1970 e 1980.	59
Figura 11: Conjunto de seresteiros do Itans e representantes das comunidades Barra das Espingarda e Nova Descoberta na Emissora Rural.	61
Figura 12: Comemoração da semana do animador na comunidade Bom Sucesso.	61
Figura 13: Encontro de representantes de instituições vinculadas ao Círculo Operário no Seridó Potiguar no ano de 1973.	62
Figura 14: Caminho certo.	67
Figura 15: Planos Comunistas para o Brasil.	67
Figura 16: Movimento de Serviços da Igreja e a CLAT.	70
Figura 17: Notícias rápidas e importantes – Atividades das Paróquias [...].	73
Figura 18: Notícia sobre vírus nigeriano.	84
Figura 19: Saúde: Um direito do povo, um dever do estado.	92
Figura 20: O que facilita as infecções.	97
Figura 21: Indicador de alimentação mínima para consumo de cada brasileiro.	103
Figura 22: Carta de Seu João Januário à Equipe MEB Caicó, em 20 de fevereiro de 1987.	106
Figura 23: Luta de classes expressa na dependência econômica do Brasil em relação a países “desenvolvidos”.	108
Figura 24: Resultado da diminuição do poder de compra dos trabalhadores da Região do Seridó no ano de 1980.	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fontes radiofônicas – MEB (LABORDOC/UFRN).....	15
Quadro 2 – Aspectos gerais do Seridó nas décadas de 1970 e 1980.....	75
Quadro 3 – Cursos e especificações do programa “Aprenda Em Sua Casa”.....	80
Quadro 4 – Programas do “Saúde Popular” que foram ao ar na Rádio Rural de Caicó.....	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1. “ESSA DIGNIDADE QUE TEM O NOSSO POVO”: PRECEDENTES E SURGIMENTO DO MEB NACIONAL.....	25
1.1 Igreja Católica: Doutrina Social e engajamento político	27
1.2 Primeiros anos do MEB: engajamento e repressão.....	34
1.3 A(s) identidade(s) do Movimento de Educação de Base durante e depois da ditadura militar: rearticulações políticas e pedagógicas.....	42
CAPÍTULO 2. O SERTÃO EM PERSPECTIVA: CURSOS RADIOFÔNICOS E SUAS ABORDAGENS NA REGIÃO DO SERIDÓ.....	47
2.1 Esteio educativo da emissora Rádio Rural de Caicó	48
2.2 Homens e mulheres do campo: a política da sindicalização católica e a questão agrária.....	60
2.2.1 O Seridó Potiguar nas demandas sócio-organizacionais	71
2.3 O sertão educativo no Aprenda Em Sua Casa	76
CAPÍTULO 3. “O QUE É FOME PRA VOCÊ?”: EDUCAÇÃO DIALÓGICA CONSCIENTIZAÇÃO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO SANITÁRIA.....	85
3.1 Conscientização e Consciência Sanitária na pedagogização.....	86
3.2 Caminho de Libertação e Saúde Popular na construção de uma educação sanitária	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
FONTES	109
BIBLIOGRAFIA	112

INTRODUÇÃO

A escolha do tema perpassa múltiplos caminhos. O primeiro deles é o pertencimento ao Seridó Potiguar, que está na minha vida desde o meu nascimento até meus vinte e poucos anos de idade quando saí da universidade para trabalhar em outra região do estado do Rio Grande do Norte. Para além das questões afetivas, o Seridó potiguar, enquanto espaço vívido e fluido, se constituiu como trajetória de pesquisa para muitos historiadores da UFRN/CERES que fazem parte do sertão do semiárido norte-rio-grandense e que, por localização, possuem fácil acesso à documentação do seu município ou da região em si, fator que me faz aproximar do segundo caminho para chegar ao tema trabalhado.

Durante a graduação, quando nos deparamos com a documentação do Sistema MEB/Caicó, apreendida pelo professor dr. Joel Carlos de Souza Andrade, presente no Laboratório de Documentação Histórica (Labordoc)/CERES, percebemos a imensidão de programas do Movimento de Educação de Base (MEB) que foram transmitidos pela emissora Rádio Rural de Caicó nas décadas de 1970 e 1980. Esses programas estão datilografados e armazenados em caixas que, das que tivemos conhecimento, somam-se 36, das quais 20 possuem programas ligados à saúde popular. São elas as de número 01, 04, 06, 07, 10, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 27, 32, 34, 35 e 36. O quadro 1 nos permite visualizar o conjunto das fontes que tratam do objeto da nossa pesquisa, ao passo que evidencia a diversidade dos temas tratados pelos programas radiados que esta dissertação pretende analisar, ainda que verticalizada pela análise dos Cursos Radiofônicos “Aprenda Em Sua Casa” e os programas educativos de Saúde Popular.

Quadro 1 – Fontes radiofônicas – MEB (LABORDOC/UFRN).

Caixas	Programa	Quantidade	Anos
01, 04, 06, 07, 10, 12, 13, 14, 15, 18	Saúde Popular	45	1985-1988
21, 23, 24, 27, 32, 34, 35, 36	Aprenda em sua casa	27	1973-1982
19, 20	MEB, Cultura e Alegria	03	1975-1982

Fonte: Elaborado pela autora a partir da documentação do MEB depositada no Laboratório de Documentação Histórica da UFRN – Campus Caicó.

Para além dos programas quantificados acima, trabalharemos com as seguintes fontes: Imagens do Fundo MEB Caicó, das quais utilizamos a Abertura do Treinamento de Monitores na cidade de Caicó na semana de 19 a 23 de fevereiro de 1973; Pronunciamento de Dom Manuel Tavares na inauguração da Emissora Rádio Rural de Caicó; Conjunto de seresteiros do Itans e representantes das comunidades Barra das Espingarda e Nova Descoberta na Emissora Rural; Comemoração da semana do animador na comunidade Bom Sucesso; Encontro de representantes de instituições vinculadas ao Círculo Operário no Seridó Potiguar no ano de 1973. O livreto: Movimento de Serviços da Igreja e a CLAT. Relatórios Informativos, dos quais: relatório anual de 1968 do Sistema MEB Caicó; relatório de Metodologia da Ação Educativa do MEB de número 101 (1982); relatórios descritivos do Sistema MEB Caicó do ano de 1978; Relatório Descritivo, 1971; Relatório Informativo de número 29, em julho de 1970, Sistema MEB/Caicó. Fichas Individuais de Catalogação Mapas do estado do Rio Grande do Norte nas décadas de 1970 e 1980 e o Mapa do Seridó potiguar nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Jornais: Matéria Caminho certo do *A Ordem*, 1962.; Planos Comunistas para o Brasil do *A Ordem*, 1962.; Notícias rápidas e importantes – Atividades das Paróquias de Sant’Ana e São José do Jornal *A Folha*. 1972.; Notícia sobre vírus nigeriano do Jornal *Diário de Natal*, 17 de fevereiro de 1970.; Saúde: Um direito do povo, um dever do estado do Jornal *Gazeta Jucurutuense* – julho/agosto de 1986; que facilita as infecções do Movimento de Educação de Base – *Jornal dos Jornais*. 1986.; Resultado da diminuição do poder de compra dos trabalhadores da Região do Seridó no ano de 1980 do Jornal *Diário de Natal*, 11 de janeiro de 1980. A cartilha do Conjunto Didático Viver é Lutar.

A motivação para ampliarmos nossa pesquisa a partir dos Cursos Radiofônicos “Aprenda Em Sua Casa” e os programas educativos de Saúde Popular se deu pela quantidade significativa de programas que tivemos acesso até aqui. Para entender o percurso que o MEB fez até chegar ao Seridó potiguar e dar luz à Educação Popular em Saúde nesta localidade, buscaremos analisar o processo de ação e desenvolvimento do MEB Nacional; compreender a dinâmica da Educação Popular no sertão do Seridó e investigar a trajetória do Movimento no Seridó potiguar para o cumprimento de uma consciência sanitária.

Quando o Movimento de Educação de Base (MEB) chegou na região do Seridó potiguar na década de 1960, já havia organismos de grupos rurais criados pela Igreja Católica, ainda que

pouco organizados enquanto classe¹. O Rio Grande do Norte, nesse cenário, incorporou a sindicalização dos trabalhadores rurais com mediação da Igreja Católica, como estratégia para a discussão e defesa dos direitos dos camponeses, ao passo que efetivou a propagação de uma ideologia evangelizadora e anticomunista.

Todo o desenvolvimento suscitado pela organização eclesiástica no Estado começou em 1949, com a criação do Serviço de Assistência Rural (SAR)². O Movimento de Natal, que já vinha fazendo um trabalho pastoral na cidade, foi incorporado ao SAR com o objetivo de “desenvolver o campo” com a ajuda dos trabalhadores rurais. A conjugação destes movimentos se deu com a organização do ensino educacional da Igreja Católica, a partir da criação dos sindicatos e de missões/ações organizadas nas áreas rurais do Seridó Potiguar, por exemplo, a I Semana Rural em 1952 e a Missão Rural Ambulante³. Para Correia (2005, p. 51), a fase inicial do SAR “possibilitou um contato direto com a realidade do campo e o desafio de organizar a comunidade, na perspectiva de desenvolvimento, com base na estratégia líder, grupo e comunidade”. Esta proposta buscou defender os – poucos - direitos do trabalhador rural e construir novos, a partir da formação de lideranças e de novas associações, como, por exemplo, a construção de dezesseis Centros Sociais, “como um instrumento para criar condições de igualdade para todos os habitantes de uma comunidade, sem distinção de classe, credo ou raça” (Correia, 2005, p. 52).

Essas organizações da Igreja Católica tinham caráter progressista, pois entendiam que:

entre os grandes objetivos desse movimento, destacam-se: dar uma consciência à classe que se reúne, fazer surgir o espírito de união, condição indispensável à defesa dos direitos entre os mais fracos. Na legislação vigente, a fórmula reconhecida no meio operário para essa união é o sindicato⁴.

Foi esse trabalho realizado inicialmente como pastoral, que permitiu aos trabalhadores rurais presentes na construção do SAR, posteriormente, se tornarem ouvintes/educandos dos programas radiofônicos produzidos pelo Movimento de Educação de Base (MEB), tanto na

¹ Fazemos referência aos Sindicatos rurais e pequenos organismos criados pelas Dioceses locais.

² O SAR foi criado por Dom Eugênio Sales, em 1949, com o objetivo de assistir à população rural em situação de vulnerabilidade socioambiental no Rio Grande do Norte, o que o consolidou como primeiro movimento sindical do Estado e do nordeste. O SAR, enquanto organização ligado à Igreja Católica, criou um Setor de Sindicalização Rural que foi responsável pela formação de lideranças rurais para fundar sindicatos e, para tanto, contou com uma estrutura de difusão radiofônica e com a atuação dos padres das paróquias locais no nordeste e no Seridó Potiguar. O SAR chegou a elaborar a *Cartilha do Trabalhador Rural*, cuja publicação objetivou orientar os trabalhadores quanto aos seus direitos na luta pela reforma agrária “sem destruir a ordem social cristã”, e quanto à criação de sindicatos sem a presença de “demagogos e esquerdistas”. Ver: Cruz, 1982.

³ A Missão tinha o objetivo de promover assistência médica, educacional, moral, religiosa e orientação agropecuária às populações rurais.

⁴ Palestra dominical proferida por Dom Eugênio Sales no I Congresso de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, ocorrido entre os dias 22 e 25 de abril de 1961.

Emissora Rádio Rural de Caicó, quanto nos demais polos radiofônicos ligados ao MEB no estado.

Aqui, levaremos em conta a sobrevivência do MEB ao golpe civil-militar de 1964, cujo projeto autoritário do pós-1964 promoveu dificuldades e ameaças à sobrevivência dos sindicatos de trabalhadores rurais. Dentre elas estão as limitações das articulações do SAR com o Sistema MEB Local, a censura a músicas consideradas “subversivas” ao sistema e os cortes de programações.

Inserida neste conjunto de ações, a Emissora Rádio Rural de Caicó nasceu em 1º de maio de 1963 como uma emissora educativa para o povo⁵, acompanhando a trajetória do campo educativo do SAR e, posteriormente, do MEB. Cinco meses depois, em outubro, as primeiras aulas do Sistema MEB de Caicó foram ao ar. A instalação das Escolas Radiofônicas pelo MEB foram iniciadas na cidade sede da Rádio Rural (Caicó/RN) e nos municípios vizinhos de Jardim de Piranhas, São Fernando e São João do Sabugi, todos localizados no Seridó Potiguar. Mais tarde, na década de 1970, com a mudança na configuração das Escolas, que teria cunho informativo, as Escolas Radiofônicas passaram a ser chamadas de Cursos Radiofônicos. Por meio das aulas programadas ao longo das décadas de 1970 e 1980, o trabalho educativo já havia se estendido para várias comunidades localizadas nos municípios vizinhos e adjacências.

Nas Fichas Individuais de Catalogação do Fundo da Rádio Rural de Caicó, identificamos as seguintes localidades: Fazenda Lagoinha, em Timbaúba dos Batistas; São Vicente; Cruzeta; Comunidade São Jerônimo e Sítio Bestas Bravas, em São Fernando; Campo da Paz, em Jardim de Piranhas; Parelhas; Acari; Comunidade Juremal, dentre outras, localizadas nos municípios de Currais Novos; Saco Grande em Jucurutu e Bairro Paraíba, em Caicó. Para cada município e comunidade citados, o MEB fazia o estudo de caso, cujo plano de ação estava vinculado à realidade local de cada um - no que diz respeito a investimento estatal, dados dos referidos trabalhadores, como: faixa etária e separação por gênero e também a produção econômica local, que moldava a cultura e a dinâmica do trabalho.

Por meio desses levantamentos, a Emissora aproveitou a aliança indissociável com o MEB ainda no ano de 1963, e propôs a construção dos programas educativos voltados para aquelas populações, consolidando, assim, a educação à distância por meio de aulas radiofonadas. Os programas foram minimamente estruturados para atender às necessidades dos ouvintes/educandos de acordo com suas condições de trabalho e moradia. Nesse momento, o

⁵ Os programas educativos da Emissora Rural, por meio da educação de base, promoveram possibilidades de novas comunicações, de ações de intervenção e de acesso à educação escolar que, antes, era tão distante na vida dos sertanejos seridoenses, sobretudo, do homem e da mulher rural. Ver: Medeiros, 2013.

objetivo era a alfabetização a partir da consulta aos livros didáticos seguindo a metodologia do pedagogo Paulo Freire. O homem e a mulher “simples”, nesse caso, o homem e a mulher rural, passaram a ter acesso à educação a distância, compreendida como “radiodifusão educativa”, tal qual passou a ser chamada por historiadores contemporâneos, como Fábio Prado Pimentel (1999, p. 19) quando argumenta que a radiodifusão se constitui da seguinte forma:

Cursos de extensão rural, que levam para as populações camponesas novas técnicas agrícolas, informações sobre a criação de animais e outros assuntos de interesse direto para as pessoas atingidas. A educação popular, voltada principalmente para as populações de áreas mais pobres, com o objetivo de levar um mínimo de conhecimento às pessoas, podendo ser utilizada para transmitir ensinamentos sobre saúde, política, organização dos grupos e até mesmo capacitação profissional; Cursos de extensão escolar sobre cultura geral ou temas de interesse dos alunos, como música, até plásticas e literatura.

Ao longo dessa trajetória da política da Educação Popular no Brasil, as práticas educativas foram gradativamente moldadas, sobretudo, por uma dinâmica de constituição do trabalho de coletividade que envolveu a Igreja, o Estado e as comunidades rurais e urbanas de participação ativa. Além disso, essas práticas circularam em diversos espaços e atingiram a cotidianidade das populações locais que assistiam às aulas radiadas. A programação da Rádio Rural de Caicó, naquele momento, possibilitou uma compreensão de que o projeto de construção de uma consciência passava, principalmente, pelos elementos diários/cotidianos dos ouvintes da Emissora, a exemplo do Curso Radiofônico “Aprenda em sua casa” (1970), elaborado pelo Setor de Escolarização.

No nosso texto, ao propormos verticalizar a análise entre a educação sanitária, compreendemos que o esteio sertanejo do Seridó Potiguar e o contexto marcado pela Reforma Sanitária Brasileira, além de abranger o período da idealização da construção de um sistema público de saúde, contemplou a materialização do lema “saúde: um direito de todos, um dever do Estado”. A partir disso, podemos vislumbrar o caminho para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, em 1988, através da Constituição Federal Brasileira.

Metodologicamente falando, trabalhamos com a análise discursiva (AD) na perspectiva francesa de Michel Pecheux (1997). O francês que foi precursor na Análise do Discurso entre as décadas de 1960 e 1970, ao escrever “*Semântica do Discurso*” (1975), propôs entender como as relações de sentido com o sujeito vão se estabelecendo no discurso. Compreende-se, nesta análise, que as determinações socio-histórico-ideológicas na formação dos sujeitos se dá também no uso da linguagem. Para trabalharmos com os programas do Sistema MEB/Caicó,

utilizamos as mensagens discussivas como base de apoio às ideias perpassadas pelas instituições vigentes. Assim, buscamos um sentido nos textos datilografados que se construíram por determinações exteriores à linguagem em si, compreendendo que o discurso proferido atravessa o sujeito que o produz e o sujeito que o ouve. Para alinhar o nosso objeto de pesquisa à AD, apontamos a construção da Educação Popular para a conscientização em saúde no Seridó Potiguar nos Cursos Radiofônicos dos quais tivemos acesso.

Nessa premissa, tem-se também a relevância do nosso tema, pois as produções acadêmicas existentes trabalham exclusivamente o processo de alfabetização da Educação Popular em outros aspectos, que não a Saúde Popular. E por isso a documentação existente nos possibilita ampliar o campo de visão sobre a Consciência Sanitária nos sertões e, mais ainda, sobre o impacto que ela causou na população rural, ouvinte da Emissora. No entanto, os trabalhos existentes engrandecem, em muito, o nosso repertório ao mostrar com clareza e riqueza de detalhes a experiência do MEB no Seridó Potiguar. Dentre eles, temos o artigo intitulado: *Os vestígios da memória na frequência do rádio* (2020), das historiadoras Maria Dolores de Araújo Vicente e Juciene Batista Felix Andrade e o capítulo Esteio educativo nos sertões do Seridó do livro *Rural de Caicó, 50 anos no ar* (2013), escrito por Mário Lourenço de Medeiros. Estes estudos são leituras que resgatam a importância dos movimentos sociais que culminaram no Seridó Potiguar nos mais diversos âmbitos, dos quais alguns foram mencionados acima.

Com base em buscas por respostas rápidas com as palavras-chave “MEB no Seridó potiguar” no Google Acadêmico, no SciELO e no Repositório da UFRN percebe-se que não há um número expressivo de trabalhos acadêmicos, livros ou artigos que discutam a sucessão das experiências do MEB no Seridó após 1973. Como exemplo, encontramos estudos que apenas citam o Movimento: *Nasce a Bandeira Sindical: A Atuação da Igreja Católica com os Sindicatos Rurais no Seridó Potiguar (RN)* (2007), escrito por Maria Auxiliadora Oliveira da Silva, e a dissertação de mestrado *A escola rural e o desafio da docência em salas multisseriadas: o caso do seridó norte-rio-grandense* (2010), escrita por Maria Diva de Medeiros. À vista disso, o contato com a documentação sobre o MEB na Rádio Rural de Caicó, por meio da pesquisa no Laboratório de Documentação Histórica - UFRN (LABORDOC/UFRN), evidenciou fontes datilografadas dos Cursos Radiofônicos das décadas de 1970 e 1980. Elas também nos permitiram margens para a percepção de que houve vastas programações educativas da Emissora concebidas pelo Sistema MEB/Caicó, que tratavam de temas como saúde, trabalho e evangelização.

Dada a relação estabelecida com a bibliografia que possibilita a ponte teórica para com as fontes documentais, consideramos oportuno trabalhar com os conceitos de Educação Popular (Freire, 1965), conscientização (Freire, 1980), Teologia da Libertação (Lowy, 2000), radiodifusão – educação à distância pelo rádio - (Pimentel, 1999), a experiência popular (Thompson, 1991), os sertões como palco discussão (Albuquerque Júnior, 2014) e consciência sanitária (Berlinguer, 1970), ao longo deste estudo.

Aqui, no enquadramento dado ao Movimento de Educação de Base, os sertões seridoenses são representações de uma realidade simbólica (Moraes, 2003), que se traduz como um programa sensível a partir de um projeto educacional que mantém os valores locais, aqueles da cultura sertaneja, mas, sobretudo, católico.

Os programas do Sistema MEB Caicó nos anos 1970 e 1980 falavam de forma recorrente sobre o homem “sertanejo” e a mulher “sertaneja”, sobre como o “sertão” se constituía como sua casa, usando abundantemente o sertão como adjetivo para caracterizar as representações do Seridó. Neste sentido, historiadores como Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2014) e Muirakytan Kennedy de Macedo (2012) e o geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes (2003) atribuem a sistematização dos sertões enquanto espaço difusor, que abrange as noções e as concepções da tradição cultural, etnográfica e social de determinado grupo; e que condena a atribuição dada a eles de que estão longe da realidade vivida, desmistificando a ideia de um sertão enquanto passado distante.

Nesta perspectiva, os sertões se estabelecem como espaços de difusão massiva da educação popular do século passado (Souza, 2001), porque era necessário superar as desigualdades provenientes do analfabetismo que implicam em nas questões de moradia, trabalho, educação, industrialização e qualidade de vida. O objetivo primeiro do MEB em alfabetizar também estava ligado a atingir, principalmente, as populações rurais, considerando que a evolução demográfica da região do Seridó potiguar elaborada por Eugênia Maria Dantas e Ione Rodrigues Diniz (2001) mostra que, no ano de 1960, em uma estimativa de 127.120 habitantes, cerca de 44.287 se concentravam na zona urbana e quase o dobro, 82.833, estavam na zona rural, portanto, esses espaços eram, naquele momento, mais necessitados da educação básica. No sertão do Seridó isso se materializou, como afirma Medeiros no livro *Rural de Caicó, 50 anos no ar* (2013, p. 31):

Na cidade seridoense de Caicó, o programa de educação de base ou de “formação” de base como tarefa pedagógica da “Rádio Rural” operacionalizado na modalidade das escolas radiofônicas foi, sem dúvidas, dirigido, em princípio, para um público bem especial: homens, mulheres, jovens e adolescentes da zona rural.

Logo, compreender o sertão do Seridó a partir da conduta rudimentar do MEB nos permite analisar a região não somente enquanto espaço, mas, também, como tenacidade de um componente histórico-cultural que se mantém ao longo das aulas radiadas. É um encaminhamento para as histórias alternativas, ainda não narradas, que transmite sua importância para a configuração da história da educação dialógica em espaços urbanos e rurais, juntamente com o seu povo, por meio das práticas educativas com elementos da sua cotidianidade: costumes, saberes e crenças (Santos, 2019, p. 450).

A estruturação do processo de pedagogização sertaneja contempla o ideal de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2014), quando ele diz que o sertão, ao se afirmar contemporâneo, é um ato político e, de fato: o que caracteriza mais um ato político do que a educação das massas? Portanto, foi no contexto dessa autoafirmação, onde se fazia necessário extirpar as disparidades causadas pelas crises de trabalho, organizacional e sanitárias nas comunidades rurais e nas periferias urbanas, que os programas de rádio se tornaram o meio difusor de educação.

O historiador Erivaldo Fagundes Neves, ao enxergar a espacialidade sertaneja como fermento de um imaginário cultural a serviço da educação, assevera que as práticas educativas e populares de meados do século XX estimularam a aproximação daqueles que se referem ao popular e ao sertão enquanto o “outro” (Neves, 2003, p. 155), na medida em que fomentaram a “ideia que fazemos do contemporâneo [...] algo ou alguém que se encontra próximo de nós, de nosso tempo, que guarda uma dada coexistência conosco, com a cultura, a sociedade, os eventos que nos cercam e nos definem” (Albuquerque Júnior, 2014, p. 44-45).

Assim, ao observarmos que, em setembro de 1975, o programa MEB, Cultura e Alegria introduziu os aspectos culturais da alimentação do sertanejo seridoense nas aulas radiadas quando propagava que:

Hoje falaremos sobre a cultura do milho, que é uma planta originária da América do Sul. O aparecimento do milho é contado através de muitas lendas. Uma delas, dos índios guaranis, diz que, certa vez, dois guerreiros, famintos e cansados, receberam a visita de Nhandeirara, o Grande Espírito. Ele propôs a única solução para que apenas um sobrevivesse. Lutariam e o que morresse seria sepultado. De sua cova nasceria então, uma planta que serviria como comida e bebida. [...] o milho se come cozido ou assado. Dele, sob a forma de farinha, pode-se fazer também doces, massas e papas⁶.

O trecho acima estabelece uma relação com o que Mário Lourenço de Medeiros (2013, p. 85) falou sobre o período da fundação da Rádio Rural de Caicó: que proporcionou o

⁶ VARIADOS: MEB NO CAMPO. MEB, Cultura e Alegria, Caicó: Rádio Rural, 20 de setembro de 1975. Programa de rádio (LABORDOC/UFRN).

cumprimento do objetivo traçado pelo Movimento de Educação de Base (MEB), por meio do qual:

fundamentou-se um ideal de Homem a ser cultural e educacionalmente formado: [...] na valorização da cultura sertaneja expressa [...] em costumes populares; no domínio de novas técnicas agrícolas de plantio e de cultivo; no cuidado de si e da família por uma correta higiene preventiva.

A primeira década da escolarização do MEB no Seridó (1960), por meio da Rádio Rural e da sua atuação no estado do Rio Grande do Norte, permitiu que, décadas mais tarde, um número expressivo de trabalhos acadêmicos fosse produzido sobre essa temática. Mário Lourenço de Medeiros, por exemplo, nos contempla com sua tese de doutorado intitulada: *Ideais Formativos Do Homem Da Emissora De Educação Rural De Caicó (Rio Grande Do Norte, 1963 a 1978)* (2008). Ele utiliza uma bibliografia ampla a respeito daqueles que escreveram sobre a educação popular exercida pelo MEB, na década de 1970.

Durante sua vida acadêmica, Medeiros produziu materiais promissores sobre a Rádio Rural de Caicó. No livro organizado por Ausônio Tércio de Araújo, na comemoração dos 50 anos da Rádio Rural no ar, Medeiros descreve a trajetória educacional do Movimento na região do Seridó e adjacentes sob o esteio educativo do MEB. O livro, publicado em 2013, nos mostra a história da fundação da Emissora e as transformações socioculturais vinculadas a ela durante o período contemplado pela educação de base. Além disso, ao tratar do aparato cultural promovido pelo MEB, o autor afirma que as metas das Escolas Radiofônicas estavam muito bem definidas ao almejar “a inserção dos sertanejos em diversos tempos sociais para melhor compreender e valorizar as manifestações ínsitas à sua cultura vivencial e conservação de suas raízes” (Medeiros, 2013, p. 78).

Elementos como trabalho, condições de moradia e classe estão diretamente ligados à problematização do objeto proposto neste trabalho, uma vez que as manifestações da cultura “popular” são viabilizadas pelo modo de vida de grupos ímpares e sua relação com a saúde.

Neste sentido, a abordagem da História Social nos permite, a partir do processo de construção da dissertação, incorporar subsídios de Edward P. Thompson, no que diz respeito à construção de uma narrativa histórica vista de baixo, por meio da noção de que a conscientização produz uma agenda política da classe trabalhadora: aquela que, no contexto da integração do Movimento de Educação de Base dos anos 1960, 1970 e 1980, se organizou em termos de possibilidades de mudança estrutural por meio do processo educacional. Dele também utilizaremos o conceito de experiência, no qual se exprime a conduta social da classe operária inglesa nos três volumes, a partir das relações entre adultos e projetos de educação não

formal. A experiência como parte integrante das relações construídas durante a vida é utilizada no processo educativo nas condutas não formais como prática de aprendizagem e da construção dela. Ou seja, a socialização e a formação política do indivíduo – neste caso, o educando – é essencial para consolidar sua trajetória de aprendizagem coletiva, abarcando as experiências e compartilhando-as com seus semelhantes.

Outro conceito importante na escrita deste trabalho é o de conscientização que, além de nos colocar em contato com a proposta das programações da Rádio Rural de Caicó, está vinculado à ideia de Paulo Freire, qual seja: de assumir uma posição utópica frente às desigualdades, na qual se sujeita o processo de conscientização do mundo por meio da “dialeção dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante” (Freire, 1980, p. 16). E que intermedia a noção de que, “quanto mais consciente nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores” (Freire, 1980, p. 16). A dialeção dos problemas sociais e dos processos de humanização consciente de Freire foi fundamental na construção dos programas de alfabetização por meio do rádio, a partir da década de sessenta do século passado.

Em *Conscientização: Teoria e Prática da Libertação*, publicado em 1980, Paulo Freire nos explica que não basta o sujeito ter consciência se não tiver uma atitude que mude a realidade da qual ele tomou essa consciência – e que transcende o fato de estar inserido na realidade proposta. Freire constrói a noção de que a partir do momento em que o sujeito atua diante do seu processo de consciência sobre as realidades adversas e dos fatores sociais é que ele atinge o nível de conscientização, e esta só é alcançada por meio de um processo de educação popular inserida na práxis: a reflexão e a ação desses mesmos problemas.

Os documentos do MEB, depositados no LABORDOC/UFRN, mostram que seus objetivos estavam abraçados a uma política de conscientização, como enfatizado anteriormente, que pretendia “dar elementos de conhecimento para a capacitação das bases, fornecendo-lhes dados que permitissem o despertar de uma consciência crítica, base de qualquer mudança de atitudes e comportamento” (MEB-Fortaleza, 1970, p. 4). No trecho abaixo, temos exemplos da operacionalização do conceito de consciência direcionado à saúde por meio da programação da Rádio Rural nas décadas de 1970 e 1980:

Sem saúde não podemos produzir nada. Tanto somos incapazes de fazer os nossos trabalhos, o serviço braçal, como somos incapazes de pensar direito. Uma pessoa que se alimenta mal, geralmente é doente.

A boa alimentação sustenta o organismo. A fraca alimentação provoca desnutrição. Pouca resistência, desânimo, fraqueza no corpo. A desnutrição é uma grande doença

existente no nosso meio. E se espalha por toda a região, por todo o nordeste. E tem mais, a desnutrição é o fator responsável pelo grande número de vítima⁷.

Hoje, dando continuidade às discussões que a gente vem travando nestes primeiros programas de saúde popular de 87, vamos aprofundar ainda mais a questão da saúde relacionada com a educação no Brasil. Na nossa conversa de sexta-feira da semana passada, nós já descobrimos que tanto a saúde como a educação de um país depende também do jeito como a sociedade desse país está organizada. Se a sociedade está organizada de forma igualitária, todos terão uma boa saúde e uma boa educação. Se a sociedade de tal país é (...) dividida em privilegiados e desfavorecidos, a saúde, assim como a educação desse país, estão deformadas e servindo apenas aos privilegiados⁸.

A reflexão acima nos mostra o poder da tomada de consciência sanitária, enquadrada numa proposta do projeto “Saúde Popular” e transformada em uma categoria de programa para viabilizar as noções de saúde e doença para os ouvintes. Este conceito é determinante quando a população de um dado local passa a ter noção dos processos de saúde-doença e, sobretudo, se torna agente ativo da sua própria condição de saúde, uma vez que mostra temas ligados à saúde de qualidade, nutrição e prevenções, que se refletem na produção e no trabalho do dia a dia, e o quanto a estrutura de organização da sociedade se reflete nessas questões. É perceptível que, embora a programação leve tempo para construir a ideia de classe, ou o que poderíamos nomear por conscientização de seu lugar social no mundo, o programa “Saúde Popular” incorporou temas como a violência relacionada à (falta de) saúde, a desnutrição brasileira, a desigualdade social e a saúde do trabalhador, dialogando com os mecanismos da estrutura social para fomentar a prática de cuidado com a saúde.

As problemáticas que envolviam a educação sanitária foram discutidas no Brasil já no início do século XX, com a reforma na saúde pública organizada por Oswaldo Cruz (Souza, 2012, p. 17-18.), mas as noções e a tomada de consciência sanitária surgiram correlatas ao Movimento da Reforma Sanitária do início da década de 1970. Aqui, entende-se a consciência sanitária na perspectiva do contexto da Reforma Sanitária⁹, que absorveu as estimativas estruturais a partir de uma ação individual e coletiva na luta por direitos à garantia da saúde pública. A formação desses sujeitos políticos ativos na construção da Reforma mobiliza a

⁷ CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DAS DOENÇAS. Curso de Educação Sanitária, Caicó: Rádio Rural, 24 de junho de 1976. Programa de rádio (LABORDOC/UFRN).

⁸ SAÚDE POPULAR: SAÚDE X EDUCAÇÃO. Caminho da Libertação, Caicó: Rádio Rural, 30 de janeiro de 1987. Programa de rádio (LABORDOC/UFRN).

⁹ Ao longo das décadas de setenta e oitenta do século XX, a Reforma Sanitária reivindicou também reformas democráticas no Brasil no modelo de atenção à saúde. Nas palavras de Paulo Amarante e Ana Maria Costa (2012, p. 18): ocorreu baseada na exclusão de grupos sociais no processo de atenção e de cuidado à saúde. A condição da desigualdade e da exclusão foram, portanto, o motivo da reivindicação da equidade na saúde naquele momento histórico-social.

dialogicidade por meio da educação. Giovanni Berlinguer¹⁰ entendia que a consciência sanitária fazia parte não apenas do processo de transformações científicas, mas, também, políticas. E não há transformação política sem a presença massiva daqueles que serão impactados por sua sentença. Neste sentido, a educação para a tomada de consciência sanitária possibilita maior interação de uma experiência coletiva dos trabalhadores que, na visão do sanitarista, são os mais atingidos pelas mazelas que se expressaram nas iniquidades sociais e nas deformações das relações humanas e ambientais (Fleury, 2015, p. 3556).

Por esses motivos, os programas da década de 1980 falavam muito sobre a relação da saúde com a estrutura social no Brasil. No ar em 1987, com o assunto “Saúde Popular”, o apresentador Moraes disse o seguinte aos seus ouvintes:

Chegamos à conclusão que tanto a saúde como a educação de um país, são organizadas de acordo com o modelo de sociedade desse país. A partir dessa constatação, a gente compreende porque existe tanta deficiência no setor de saúde e de educação brasileiras: gente doente como consequência de fome e má alimentação; famílias inteiras sujeitas à insegurança e totalmente desassistidas pelos órgãos públicos; médicos que fazem da sua profissão armadilha para subirem na vida como políticos, ludibriando a consciência dos trabalhadores [...].¹¹

A importância da consciência sanitária manifestada pela educação popular por meio do rádio, na segunda metade do século XX, possibilita-nos fazermos uma ponte na reflexão da valorização da tecnologia midiática, na atualidade, enquanto difusora de educação para a saúde, seja por meio de panfletos, de profissionais da área transmitindo conhecimento nas redes sociais ou na TV, com o caráter informativo dos telejornais e afins. É importante, nesse processo, entender seu valor no contexto atual da pandemia e reiterar que a conscientização dessa prática busca gerar as soluções e prevenções necessárias para os problemas sanitários transformando a população no agente ativo das suas condições de saúde.

Da mesma forma que, para os programas criados e elaborados pelo MEB, se fazia necessário que essa consciência popular da saúde promovesse a consciência individual e coletiva das populações rurais.

¹⁰ Médico sanitarista italiano envolvido na política e na medicina a partir dos anos 1950. Construiu um legado indelével para a tomada de consciência no Brasil por meio de publicações e noções de tomada de consciência.

¹¹ SAÚDE x EDUCAÇÃO. Saúde Popular, Caicó: Rádio Rural, 23 de janeiro de 1987. Programa de rádio.

CAPÍTULO 1. “ESSA DIGNIDADE QUE TEM O NOSSO POVO”: PRECEDENTES E SURGIMENTO DO MEB NACIONAL

Este primeiro capítulo busca tratar de reflexões gerais sobre o percurso da Educação Popular (EP) na Igreja Católica até a ascensão do MEB, compreendendo os planos de intervenção social e a construção de articulações políticas propostas pela Teologia da Libertação (TDL) para manter o controle público. No tocante ao MEB, os anos iniciais e sua atuação no campo teológico e político deram indícios desse controle na prática. Dessa forma, tem-se a articulação dos primeiros passos dados pelo Movimento de Educação de Base: a idealização, o surgimento, o estabelecimento, as implicações e os atores sociais que fizeram parte da sua conjuntura inicial, especialmente, o Estado e a Igreja.

Parte da Igreja, principalmente por meio da Conferência Nacional dos Bispos de Brasil (CNBB) - uma instituição eclesiástica que sofreu perseguição ideológica durante a ditadura militar quando foi acusada de ser composta por “padres comunistas”, haja vista a defesa da educação de base para os pobres como forma de inseri-los na sociedade de forma política -, viu-se atuante de forma intensa na formulação da Educação Popular. Neste contexto, cabe entender também como se caracterizou a Teologia da Libertação no Brasil e seus pressupostos de compromisso com os pobres e oprimidos. Igualmente, objetivamos mostrar como as dificuldades impostas pelo golpe militar, no ano de 1964, mudaram as bases ideológicas do movimento, nascido três anos antes, tornando o teor dialógico das aulas radiadas mais restritivo, especialmente, nas décadas que se seguiram à ditadura civil-militar de 1964. Para tanto, faz-se imprescindível abordar a importância da cartilha *Viver é Lutar*¹² e seus desdobramentos após o golpe.

Dado o percurso feito pelo MEB nas primeiras décadas de sua existência, cabe aqui entender sua configuração inicial considerando que o programa abraçou uma política de conscientização das massas por meio da educação popular. Essa abordagem faz-se necessária para compreender como o movimento foi moldado paulatinamente ao longo dos anos 60, 70 e 80, num contexto político marcado por grande repressão em que as práticas populares de conscientização foram alvo do governo militar durante três décadas. No caso específico do MEB, ter a CNBB como gestora principal facilitou a manutenção do programa durante a

¹² Conjunto didático elaborado pelo MEB Nacional para recém-alfabetizados em 1963, tendo parte sido apreendida em 1964 como forma de guerra declarada aos “bispos comunistas”.

ditadura civil-militar. Outro fator que se mostrou a favor da sua existência foi a fusão com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), a partir de 1971, programa gerido e imposto pelo plano ditatorial.

No plano de atuação do MEB, a radiodifusão educativa foi o caminho que proporcionou a aproximação do Movimento com a vida cotidiana de uma parcela específica da população brasileira: a que vivia de fome e pobreza extrema e, por consequência disso, concentrava boa parte da população analfabeta neste período. É neste sentido que buscamos entender a estruturação da Teologia da Libertação como plano de retomada da força da fé católica na vida das pessoas, por meio de programas e assistência destinados aos mais necessitados, pois:

As condições infra-humanas em que vivem milhões de brasileiros, principalmente da zona rural e suburbana, constituem um grave problema social e reclamam a concorrência de todas as forças na sua solução. Devemos colocar como um dos mais importantes objetivos a educação do povo. Educação como instrumento de conscientização desse grande contingente humano marginal ainda. Educação que ajude o povo a se integrar na vida nacional. (MEB – DOCUMENTOS LEGAIS - Apostila 1, série A. s/l: s/d).

Nesta seara, o plano de conscientização por meio de práticas educativas se tornou o alvo certo a partir de 1964, com a instalação da ditadura civil-militar, pois entendemos que a conscientização abraçada pelos programas de Educação Popular (EP)¹³, principalmente da década de 1960 em diante, esteve fortemente ligada aos pressupostos freirianos e à inserção dos jovens e adultos analfabetos na vida política. No entanto, as bases deste plano de conscientização do MEB se transformam à medida que a coerção do Estado aumentava, numa tentativa de pressionar os programas sobre as circunstâncias criadas dessa consciência que estava sendo moldada por meio da educação.

Dessa forma, neste capítulo, buscamos analisar a trajetória do Movimento de Educação de Base (MEB), dialogar com seu surgimento e com os desdobramentos da sua continuidade, entendendo o papel dos atores sociais envolvidos e os desafios relacionados aos seus princípios políticos e ideológicos, entendendo que a execução do MEB no sertão do Seridó aconteceu conforme sua estruturação no plano nacional. Ao passo que verticalizamos a nossa análise a partir do Programa de Educação Sanitária radiofonado no Seridó Potiguar no “Programa Saúde Popular”

¹³ Educação Popular, entendida a partir dos pressupostos do pedagogo Paulo Freire, consiste em métodos analíticos e práticos de pedagogização das populações com pouco ou nenhum acesso à educação formal. A EP se consolidou em meados do século XX, construída a partir da experiência brasileira de taxas de analfabetismo elevadas nesses grupos que, por sua vez, não participavam também da vida política do país. (Freire, 1987; Freire, 1980).

1.1 Igreja Católica: Doutrina Social e engajamento político

Desde o declínio da sua soberania em fins da Idade Média, a Igreja Católica, na tradição ocidental, tentou buscar mecanismos para restabelecer o prestígio como base de controle social no mundo moderno, no qual parecia não haver mais espaço para ela. A ação evangelizadora na educação, ao lado da sindicalização, foi um dos principais mecanismos utilizados para esse fim no Brasil. As primeiras experiências com educação, de fato, ocorreram sob domínio da Igreja a partir das missões jesuítas com a Companhia de Jesus¹⁴, em 1549, pautadas estritamente na catequese e evangelização da população nativa. Essa experiência, que durou por mais de dois séculos, estabeleceu uma hierarquia também política da qual o catolicismo nunca saiu e se manteve até meados do século XX, com a gestão da sindicalização dos trabalhadores do campo, especialmente, na região nordeste do Brasil.

Uma sociedade amparada nos princípios católicos se fazia fundamental para estabelecer o controle social. A disciplina, o rigor e a fé são princípios básicos que norteiam o campo social, principalmente quando estão centrados no combate à modernidade por meio da “sensibilidade humanista, ética e religiosa”, no que se chama de ultramontanismo que, nas palavras de Arduíni (2009, p. 26):

Constitui na tentativa da Igreja da segunda metade do século XIX de negar a modernidade e defender uma ordem social contrária a ela. Por antimoderno entende-se a negação do direito à livre consciência, do direito de livre associação ou mesmo da expressão da vontade política da maioria. Ao chefe do Estado caberia determinar tudo, inclusive a religião a ser seguida por toda a sociedade, que naturalmente deveria ser a católica.

No mundo moderno carregado de contradições sustentadas pela lógica do trabalho industrial e agrário, em especial, este último, que favorece o latifúndio em larga escala, o clero pretendia manter sua imponente moral no corpo social por meio da educação, de modo a exercer profunda influência na construção dos valores e normas da sociedade. Desta feita, a educação foi o mecanismo fundamental para a infiltração da instituição católica num dos grupos sociais mais afetados pela sustentação do modo de produção vigente: a classe trabalhadora da cidade e do campo.

Isso ocorreu sobretudo a partir do século XVIII, quando o pensamento iluminista propagou o ideal de laicização dos Estados europeus de tradição cristã, configurando uma nova

¹⁴ Ordem clerical criada no ano de 1534, na França. Dentre os seus principais objetivos, estava promover missões religiosas pelo mundo com a finalidade de evangelizar.

sociedade, agora baseada nos princípios da razão. O Iluminismo rompeu ainda com o absolutismo monárquico, no qual trespassava no rei a personificação de Deus na terra, a quem os súditos deviam total obediência e devoção, e tentou, do mesmo modo, ultrapassar o período de obscurantismo dessa soberania católica no Ocidente.

Com a noção de que não havia mais como voltar ao período de controle sedimentado sobre a ciência, a economia e a política, a Igreja Católica passou a existir como aparato legal, no qual foi assentado um mecanismo de permanência e de controle em que a moralidade cristã pudesse ainda prevalecer como centro do desenvolvimento social.

Ao levantar as principais demandas da instituição no Concílio do Vaticano II (1962), percebe-se que a Igreja Católica entendeu a necessidade de enfrentar os desafios sociais calcados no impulso coletivo. Dois fatores não podiam passar despercebidos: os fatores de confluência com a exploração da força de trabalho (a fome, a miséria e a pobreza) e a baixa interação da Igreja nas demandas sociais, das quais o evangelho não deveria se distanciar, segundo teólogos da corrente libertadora, pois: “a Teologia da Libertação encontrou seu nascedouro na fé confrontada com a injustiça feita aos pobres” (Boff, 2010, p.14). No caso da América Latina, o Concílio proporcionou uma “nova consciência de ser Igreja”.

Segundo essa Teologia, Jesus se posicionou ao lado dos excluídos, a fim de conhecer suas necessidades, passando pelo Evangelho podemos constatar que Ele se encontrava com os doentes para curá-los, com os endemoninhados, com os cegos, com os coxos, com os paralíticos, com os aleijados, enfim com todos aqueles que sofriam com alguma forma de opressão. A finalidade de Jesus ao estar com as pessoas que carregavam na sua história a marca da opressão era de libertá-los de seus sofrimentos. (Noronha, 2012. p. 187).

De modo a corroborar com esse posicionamento, a Teologia da Libertação ainda realizou diferentes perspectivas de execução dessa prática ao longo do seu processo de expansão na América Latina. Famosa por ser a teologia dos excluídos, incumbiu ao episcopado a função de mediadora das práticas eucarísticas populares, viabilizadas por meio de projetos políticos e ações diretas com as populações mais acometidas pela disfunção sistêmica. Dentre os grupos desfavorecidos estiveram os afro-americanos que correspondem à quase metade da população sul-americana, incluindo o tratamento sub-humano destinado às populações vindas forçadamente do continente africano, legitimado pela escravidão legal. Leonardo Boff ajustou isso com a premissa de que “os cristãos e os teólogos da libertação fazem a opção pelo grito do negro, empobrecido e desprezado, arrancado à força das terras da África há quase quinhentos anos e presente nas comunidades afro-americanas da América Latina e do Caribe” (Boff, 1996, p. 75).

Com o advento da Guerra Fria, o avanço do sistema capitalista de produção na Europa Ocidental estabeleceu regras de mercado e promoveu uma espécie de dependência corporativa nos países periféricos. Estes estavam inseridos no mercado em um papel de sujeição política, econômica e social, alheios ao desenvolvimento tecnológico e bélico, amontoando a força de trabalho. Para Lowy (2016, p. 133), que discute as aproximações teóricas da Teologia da Libertação Latino-americana com o marxismo: “a pobreza da grande maioria e a incrível riqueza de uns poucos privilegiados são sustentadas pela mesma base econômica - o capitalismo dependente e o controle da economia pelas corporações multinacionais”.

Quando o sentido de libertar-se veio à tona, foi com a finalidade de alcançar esses terrenos político e econômico na busca pela transformação. A dimensão fundamental da nova teologia¹⁵ buscava trazer justiça ao mundo, por meio da emancipação do pobre e oprimido. Essa libertação era urgente e ascendente na América Latina. O principal nome da Teologia da Libertação, Gustavo Gutiérrez (1987), afirma que a libertação deve vir em três dimensões:

1. Libertação socioeconômica das classes e povos oprimidos. Neste caso, a libertação expressa as aspirações das classes sociais e povos oprimidos e subtrai o aspecto conflitante do processo econômico, social e político que impõe às classes dominantes.
2. Libertação interior do ser humano na história, pela qual assume seu próprio destino. Aqui a libertação aparece como uma exigência e um desdobramento de todas as dimensões do homem. Isto é, a conquista paulatina de uma liberdade real e criadora, que leva a uma revisão cultural permanente, a construção de um homem novo, fazendo uma sociedade qualitativamente diferente.
3. Libertação do pecado e entrada em comunhão com Cristo, enquanto que Cristo Salvador liberta o homem do pecado, da opressão, e o faz autenticamente livre.

A liberdade, como princípio inegociável perante a condição da dignidade humana, incrementou os princípios da Teologia da Libertação, ao propor o amor universal e a alforria do egoísmo e da ambição. Nas palavras de Frei Betto (1986), o cristianismo nasceu a partir das concepções libertadoras de que a distribuição de bens foi o que marcou as primeiras comunidades cristãs. Com isso: “Todos os que creram continuavam juntos e unidos e repartiam uns com os outros o que tinham. Vendiam as suas propriedades e outras coisas, e repartiam o dinheiro com todos, de acordo com a necessidade de cada um” (Atos dos Apóstolos, 2, 44 e 45). Assim como os movimentos operários, o cristianismo, para os adeptos da TDL, se configurava como um movimento dos homens oprimidos que buscava a salvação da vida carregada de miséria. Portanto, essa salvação só seria possível com a escolha de lutar contra o sufocamento e a exploração das classes oprimidas.

¹⁵ Colocamos como nova porque é um segmento da Igreja Católica Secular que emergiu das aproximações às premissas marxistas no que diz respeito à disfunção do Sistema Capitalista de Produção, em razão da exploração eminente da classe trabalhadora, suscitando as desigualdades sociais e, conseqüentemente, a miséria no mundo.

A crítica ao sistema capitalista, tecida pela Teologia da Libertação, veio a calhar em meio à efervescência política na América Latina de meados do século XX, em que as disputas pelo poder pareciam ultrapassar o senso de amparo social, esquecido perante as democracias burguesas que se estabeleceram mesmo após sucessivos golpes civis-militares que levaram a ditaduras militares. As frequentes crises que acentuaram ainda mais as contradições nos chamados países emergentes possibilitaram o olhar mais atento da Igreja, que via a pobreza como resultado direto do sistema capitalista de produção. Ainda que o Movimento de Educação de Base reproduzisse o discurso anti-bandeiras, ao longo da sua atuação, na prática pedagógica da década de 1980, estiveram presente problematizações sobre a falta de emprego, de terra e de comida para a população do campo. Esse desempenho carregava consigo os princípios arraigados na TDL e viabilizados pelas disputas de classes do século passado.

O apelo político e a escolha preferencial pelos pobres motivou a antipatia desse setor da Igreja por parte do catolicismo tradicionalista, que o viu como subversivo e danoso à sociedade e que, por isso, sofreu perseguição política durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). No entanto, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)¹⁶ foram organizadas para reforçar a predominância da atuação da TDL no Brasil, o que, seguramente, se constituiu como a combinação entre a libertação na terra e no céu, uma vez que:

Em boa parte das CEBs, a legitimidade e inspiração teológica eram buscadas na teologia da libertação, segundo a qual deve haver uma necessária relação entre a teologia e contextos socioeconômicos. Essa assertiva corrobora com a “opção pelos pobres” cujo postulado é que “embora Deus ame igualmente os pobres e os ricos, favorece os pobres em sua luta pela libertação das estruturas opressoras do capitalismo, criados pelos ricos” (Theije, 2002, p. 23).

Assim, é postulado importante na teologia da libertação o fato de que a salvação “deve ser encontrada nesta vida: não é um prêmio a ser obtido após a morte” (Theije, 2002, p. 23; Costa, Zanguelmi, Schiavo, 2010, p. 34).

Entretanto, em uma análise pretérita, o processo da Independência do Brasil – em seu plano constituinte – tinha como um dos objetivos centrais a instrução pública, cujo propósito foi formar uma elite letrada no país. O intento que permeou a alfabetização e instrução da sociedade estava centrado na tentativa de modernizar o país a partir daqueles que já possuíam o poder econômico na sociedade brasileira, a fim de garantir a “construção da ordem”. Nesse momento, a educação popular apareceu pela primeira vez num plano nacional a cargo de suas respectivas províncias que, durante o governo de Dom Pedro II, possuíam:

¹⁶ As CEBs são “congregações Católicas nas quais o clero e os agentes pastorais estão engajados, de uma forma ou de outra, em esforços para despertar a consciência política e social [...] os membros leem a Bíblia juntos, discutem suas implicações no que diz respeito ao dia a dia de suas vidas, e são inspirados tanto na direção da justiça social quanto por ela mesma” (Burdick, 1998, p. 11). Elas foram criadas por influência da Teologia da Libertação e se estabeleceram, principalmente, entre as décadas de 1970 e 1980, no Brasil e na América Latina.

uma dramatização do sistema constitucional e liberal [...] que em todo esse período refletiu a cultura dominante da sociedade dividida entre o conservadorismo de hábitos e o liberalismo de gesto, entre a estrutura social reacionária e opressora e a superestrutura intelectual formal de constituição de liberdade (Fávero, 2015, p. 116).

A partir de então, para nutrir a monarquia que crescia com o apoio da elite liberal - aliança que durou até a formação da Constituição -, era necessária a consolidação do poder dos latifundiários. O controle da população estava fundamentado pela unificação territorial como uma das bases essenciais para manter a superestrutura: tanto no âmbito educativo quanto no do trabalho, predominantemente escravo. Assim, ainda que as províncias se encarregassem de conduzir o processo pedagógico popular, não era a prioridade dos respectivos presidentes de províncias, tampouco da elite intelectual que manobrava o curso educacional do país, a partir de 1823, para pouco investir ou ampliar o acesso à instrução educacional em escolas. A questão central da educação primária que atravessou o Brasil Imperial era a de que, como religião oficial do Brasil estabelecida na Constituição Federal de 1824, o catolicismo se constituiu como parte integrante no processo educativo, uma vez que a Lei Imperial de 1827 determinava que os professores das escolas, além de outras disciplinas, deveriam ensinar os princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica.

Mas com a proclamação da República (1889), o Estado laico representava mais uma vez a perda de controle da Igreja. Na tentativa incessante de preservar o prestígio e contornar a modernidade, a instituição compreendeu que havia como reivindicar para si o papel político-social central: o de mediadora educativa. No Brasil, a primeira investida foi se infiltrar em meio à reestruturação das formas produtivas baseadas na monocultura, então, ela assumiu o papel de mediadora nas relações entre proprietários e camponeses. Estes últimos se sustentaram na Igreja com a intensificação da relação dialética entre o trabalho no campo e as consequentes tensões sociais que surgiram a partir da exploração da mão-de-obra não mais escrava e, sobretudo, depois dos anos 1930. Nesse contexto, tem-se o aparecimento de organizações de trabalhadores: as Ligas Camponesas¹⁷; o Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹⁸, que atuava na ilegalidade desde 1947; e a Igreja progressista, que atuava mediando as classes por meio do reconhecimento da sindicalização enquanto forma de organização para diminuir as injustiças, mas não para eliminar as classes sociais.

¹⁷ As Ligas Camponesas emergiram entre as décadas de 1950 e 1960, sobretudo no nordeste, mas não consolidaram sua atuação no Seridó Potiguar devido ao sufocamento dos sindicatos rurais formados pela Igreja anticomunista.

¹⁸ O PCB exerceu influência teórica nas Ligas Camponesas e promoveu programas de educação de adultos, como a criação da Universidade do Povo, no Distrito Federal (1931).

A estrutura educacional, por meio da mediação católica nas décadas de 1950 e 1960, estava associada à política do nacional-desenvolvimentismo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) em que:

Coexistiam duas concepções distintas de educação:

1ª) como formadora de *consciência nacional* e instrumentalizadora de transformações político-sociais profundas, na sociedade brasileira [...];

2ª) como preparadora de recursos humanos para as tarefas da industrialização, modernização da agropecuária e ampliação dos serviços [...], determinante nos planos do seu governo e diretrizes para os investimentos mais substanciais no sistema educacional, a partir de 1955 (Fávero, 2001. p. 242).

A primeira concepção se materializou a partir dos anos 1960, com o advento da Educação Popular (EP), agora entendida como campo do conhecimento, por meio dos programas: Movimento de Cultura Popular (1960)¹⁹, De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler (1961)²⁰ e o Movimento de Educação de Base (1961). O MEB, diferente dos demais, permaneceu ativo mesmo depois do golpe civil-militar, ou seja, três anos depois de sua inauguração, e se destacou pelo gerenciamento fincado nos princípios católicos defendidos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cuja trajetória será delineada na sequência.

Na carta encíclica *Divini Illius Magistri*²¹, o papa Pio XI alegou a preocupação iminente com o dever pedagógico da Igreja pela salvação da humanidade que, em suas palavras, carecia da intercessão da doutrina cristã católica. Nesta perspectiva, o Movimento de Educação de Base concebeu uma estreita ligação com o plano corporativo da educação moralizante nos princípios da unidade da fé, ao passo que avançou para um processo de educação consciente, popular e motivadora da prática social dos indivíduos, diretamente confrontada com os grupos de proprietários rurais e os detentores dos meios de produção. Para tornar esta mediação possível era necessário entender o curso da sociedade.

Primeiro, estima-se que a população brasileira acima dos quinze anos de idade na década de 1950 correspondia a um total de 30.188 pessoas, destas, 15.272 eram analfabetas, Já na

¹⁹ O MCP foi uma experiência criada em Pernambuco para alfabetizar e conscientizar a população adulta do estado, segundo o Plano de Ação do Movimento de Cultura Popular. Até 1963, o MCP realizou suas atividades pelo rádio a partir do Sistema Paulo Freire, incrementado em algumas das localidades de atuação.

²⁰ Programa experienciado em Natal/RN financiado pela prefeitura, à época, ocupada por Djalma Maranhão. No livro *De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler* são retratadas as oito fases da campanha na capital potiguar. São elas intituladas: As Escolinhas; o Acampamento Escolar; o Ensino Mútuo; as Praças de Cultura; o Centro de Formação de Professores; a Interiorização da Campanha; A Escola Brasileira Construída Com o Dinheiro Brasileiro.

²¹ Vem de Encíclica Papal: documento pontifício. Essa, organizada em Roma, em S. Pedro, no dia 31 de Dezembro de 1929. *Divini Illius Magistri* retrata o papel da educação cristã no início do século XIX. Para a Igreja e na carta, a educação se acende no mundo como ensinamento dos princípios moralizantes da fé, que juntos farão alcançar à eternidade. Quando esta educação, a partir da modernidade, se desloca para a especialização da mão-de-obra a fim de atender as necessidades do mercado, já não atende ao objetivo principal com o qual ela nasceu, pois está destinada às coisas finitas, neste caso, materiais.

década seguinte, do total de 40.233, 15.954 estavam incluídas na taxa de analfabetismo (PINTO, 2000). Portanto, ali haveria um problema substancial que carecia de intervenção estatal e, por conta da política central como mediadora das classes, a Igreja encontrou o ambiente propício para integração da doutrina cristã católica: a alfabetização das massas.

Durante o papado de João XXIII (1958-1963), a política brasileira apresentava tendências democratizantes (Prado Júnior, 1979) devido às políticas pautadas em reformas de base. Ao mesmo passo se acentuava o anticomunismo por meio do conservadorismo liberal das classes dominantes com a impugnação às demandas da classe trabalhadora do campo e da cidade. Para a Igreja Católica, neste contexto, era urgente que a instituição manifestasse adesão ou antagonismo ideológico, para não se tornar alvo em razão da dissidência política. Em razão disso, o surgimento dos setores “progressistas” da Igreja dirigiram o curso e o:

o monopólio das almas e das consciências pelo catolicismo, no meio rural brasileiro, sempre dependeu da cooptação da igreja em relação à violência da dominação pessoal dos fazendeiros, às formas de subjugação da crença e da vontade dos trabalhadores e agregados por parte do proprietário e patrão. Uma espécie de catolicismo cativo, instrumentalizado pela autoridade e pelos interesses do grande proprietário de terras. (Martins, 1989, p. 67).

A Encíclica *Mater et Magistra*²², de 1961, incumbida do firmamento das relações, apresentou a preocupação recorrente com as disparidades econômicas e sociais do ponto de vista coletivo e não individual. Até então a “socialização” não havia sido usada pelos papas como a busca pelo fim da dominação de uma classe sobre outras e a Igreja se mostrou aliada ao aparelho burguês do Estado.

Parte do clero regular entendia a intervenção do Estado nas relações políticas como, no mínimo, desrespeitosa e intromissiva. A cosmovisão que alimentava essa premissa em meados do século XX, tinha raízes no antagonismo cristão em países que passaram pela Revolução Socialista, como A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Cuba na América Latina. A enunciação do humanismo católico foi efetivada a partir da incompatibilidade entre o capital e o trabalho, e foi mais expressiva nos países de capitalismo dependente. No entanto, “antes de encarar o benefício da coletividade, a igreja reagiu em defesa de seus privilégios, como a isenção de impostos, as escolas católicas elitistas, o vasto patrimônio ocioso, a renda proveniente do trabalho alheio, a função de mediadora entre o poder e o povo” (Betto, 1986, p. 24).

A CNBB viu no rádio informativo a interposição viável para concretizar seu objetivo central de consolidar a Doutrina Social no Brasil e para conduzir os rumos da classe

²² Carta Encíclica *Mater et Magistra* de Sua Santidade João XXIII [...].

trabalhadora. A partir da utilização do rádio como meio de acesso imediato às populações das periferias urbanas e da zona rural do Brasil, fortaleceu a sua atuação por meio da carência na qual vivia o povo e da disposição no amparo coletivo, a fim de atuar na diminuição dos contrastes sociais e projetos integradores de marcadores da desigualdade. É dessa iniciativa, por meio do MEB, que o próximo tópico irá tratar.

1.2 Primeiros anos do MEB: engajamento e repressão

Desde seu surgimento, em 1952, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) desenvolveu um perfil de organização que pretendeu discutir questões sociais e estruturais, especialmente no meio rural do nordeste brasileiro. Ao longo desta primeira década, a CNBB se prontificou em mediar escolas eclesiais com recursos federais e também ações voluntárias em diversas comunidades pelo país. À medida em que o compromisso social com os empobrecidos cresceu, a CNBB, a partir de 1956, levantou discussões mais engajadas com os problemas socioeconômicos do Brasil, sobretudo do nordeste. Coerente com um plano que envolveu a educação, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil viu nas escolas radiofônicas já existentes na região, a oportunidade de aproximação massiva com essas populações dois anos mais tarde. Uma dessas escolas, localizada em Sergipe, chamou a atenção do então candidato à presidência da República em 1960, Jânio Quadros, que idealizou a expansão das escolas radiofônicas para todo o país.

Desta feita, o Movimento de Educação de Base (MEB) foi um programa idealizado a partir de experiências com o Serviço de Assistência Rural (SAR), fundado por Dom Eugênio Sales²³ no Rio Grande do Norte, em 1949, como uma organização católica que, mais tarde, em 1960, organizou os trabalhadores rurais em sindicatos. O projeto do MEB, efetuado em 1961, foi criado a partir do convênio entre a Igreja Católica, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Governo Federal, durante a curta gestão de Jânio Quadros (de

²³ Na época, Dom Eugênio Sales era sacerdote, ordenado pelo bispo Dom Marcolino Esmeraldo de Sousa Dantas. Um ano depois se tornou bispo auxiliar de Natal, nomeado pelo Papa Pio XII. Dom Eugênio Sales (1920-2012) foi um cardeal brasileiro e arcebispo emérito do Rio de Janeiro. Foi o religioso brasileiro com o maior número de cargos no Vaticano. Nasceu em Acari (região do Seridó), no Rio Grande do Norte. Na década de 1940, o então bispo auxiliar contribuiu para a formação do programa de educação popular ao viajar para a Colômbia e acessar o *Acción popular cultural* que foi uma experiência colombiana de educação pelo rádio dirigida pelo Pe. Salcedo (Frazão, 2020).

janeiro a agosto de 1961). A criação do MEB foi efetivada pelo decreto de n° 50.370, de 21 de Março de 1961 em que na publicação original se tem o seguinte:

Dispõe sobre um programa de educação de base, e adota medidas necessárias à sua execução através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste do País a ser empreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Neste primeiro momento, a legislação previa a execução de um plano quinquenal dos anos de 1961 a 1965 em que fossem instaladas 15.000 escolas radiofônicas nas regiões de prioridade, com a previsão de aumento das funções das Escolas após o período mencionado acima. No entanto, dois anos após o decreto, o Governo Federal anunciou uma revogação do anterior através do decreto nº 52.267, de 17 de julho de 1963, em que o Art. 2º previa “O MEB, na execução de seu Plano quinquenal, deverá instalar Escolas Radiofônicas em expansão de ano para ano dentro das possibilidades financeiras que lhe forem concedidas, através de verbas orçamentárias.”. Além dessa mudança de plano antes do fechamento dos cinco anos propostos no primeiro decreto, foi alterada para exigência de aprovação do Presidente da República as demais determinações do Movimento que diziam respeito ao plano de trabalho executado nas regiões, ainda que, sem embargo, o objetivo permanecesse o mesmo.

Tratando do objetivo principal do Movimento, neste primeiro momento, tem-se a alfabetização de parte da população brasileira face à precária situação educacional do país, nas regiões onde incidiam altos índices de alfabetismo – Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para isso, instalaram-se escolas radiofônicas nas regiões citadas acima e em áreas mais carentes do país, mas com o direcionamento especial para as zonas rurais, onde a educação presencial era quase inexistente. Além de alfabetizar, o programa procurou promover uma educação que trouxesse consciência para os jovens e adultos recém- alfabetizados. Nas palavras do professor Osmar Fávero a educação de base promovida pelo Movimento era o: “[...] mínimo fundamental de conhecimentos, em termos das necessidades individuais, mas levando em conta os problemas da coletividade, e promovendo a busca de soluções para essas necessidades e esses problemas, através do método dos ativos” (FÁVERO, 2004, p. 2).

Assim como o MEB, os programas de Educação Popular que emergiram na região nordeste tiveram como proposta, acionar no sujeito alfabetizado a consciência de si e do mundo perante a estrutura desigual da sociedade. O educador potiguar Moacyr de Góes (1980, p. 43) enfatiza bem a noção de tomada de consciência dos movimentos de alfabetização surgidos na década de 1960:

(...) a educação ‘deveria ser considerada como comunicação a serviço da transformação do mundo’. Esta transformação, no Brasil, era necessária e urgente, e,

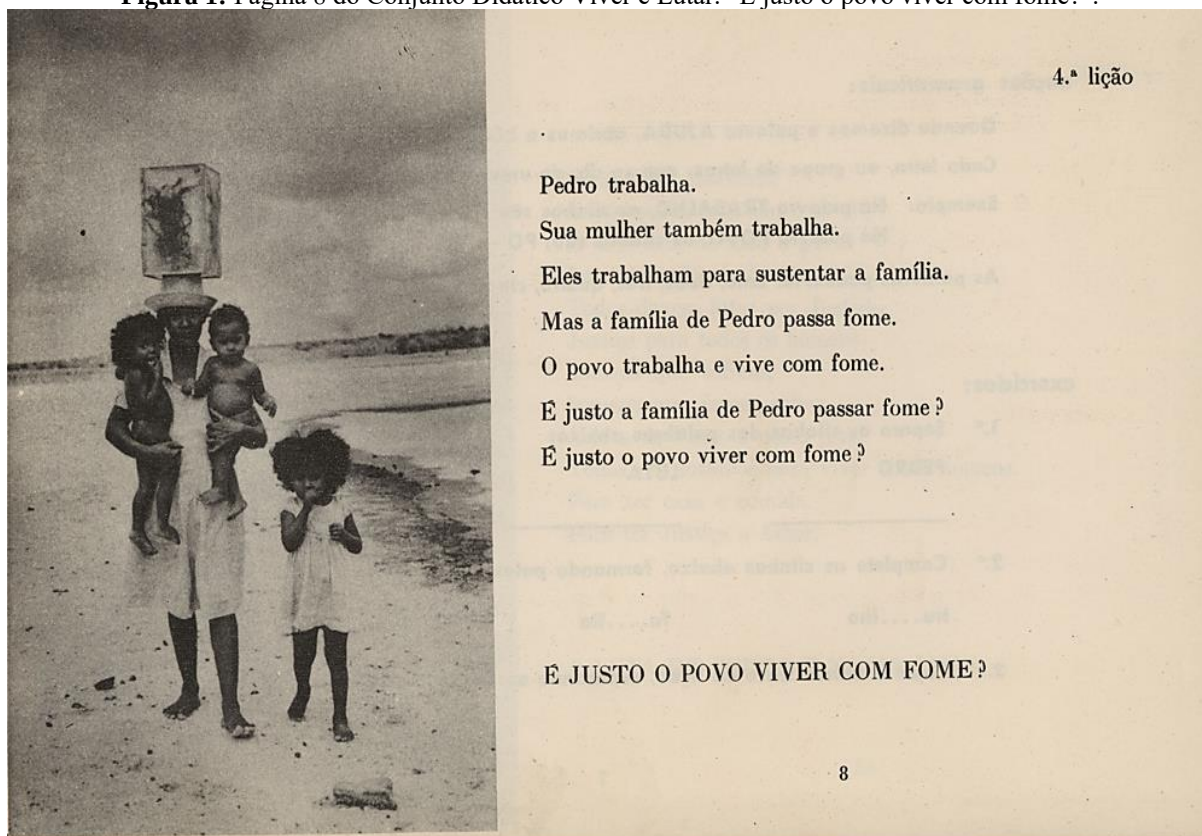
por isso mesmo, a educação deveria ser também um processo de conscientização que tornasse possível a transformação das mentalidades e das estruturas.

Góes afirma que o MEB tomou como base a ideia de que “a conscientização é intrínseca à própria educação”. Objetivo traçado também na instalação da emissora Rádio Rural de Caicó, enquanto rádio educativa²⁴, propondo o alcance das instruções primárias e, sobretudo “[...] aprendizagens que deveriam ser buscadas *pari passu* à conscientização e à libertação das pessoas oportunizando-as” (De Góes, 1980, p. 45).

No 1º Encontro Nacional de Coordenadores (1962), o MEB declarou que a conscientização seria parte essencial do seu programa de atuação e assumiu o papel de defensor dos direitos e deveres aos mais necessitados. Foi com essa articulação, assumindo o apelo político, que elaborou a cartilha *Viver é Lutar*. Produzida pelos bispos da Conferência Nacional, em 1963, destinada aos educandos recém-alfabetizados e que abordava a condição de vida do camponês, questionando a realidade concreta por meio de imagens e fonemas combinatórios, que, sem fazer menção direta, se aproximava da metodologia freiriana de alfabetização.

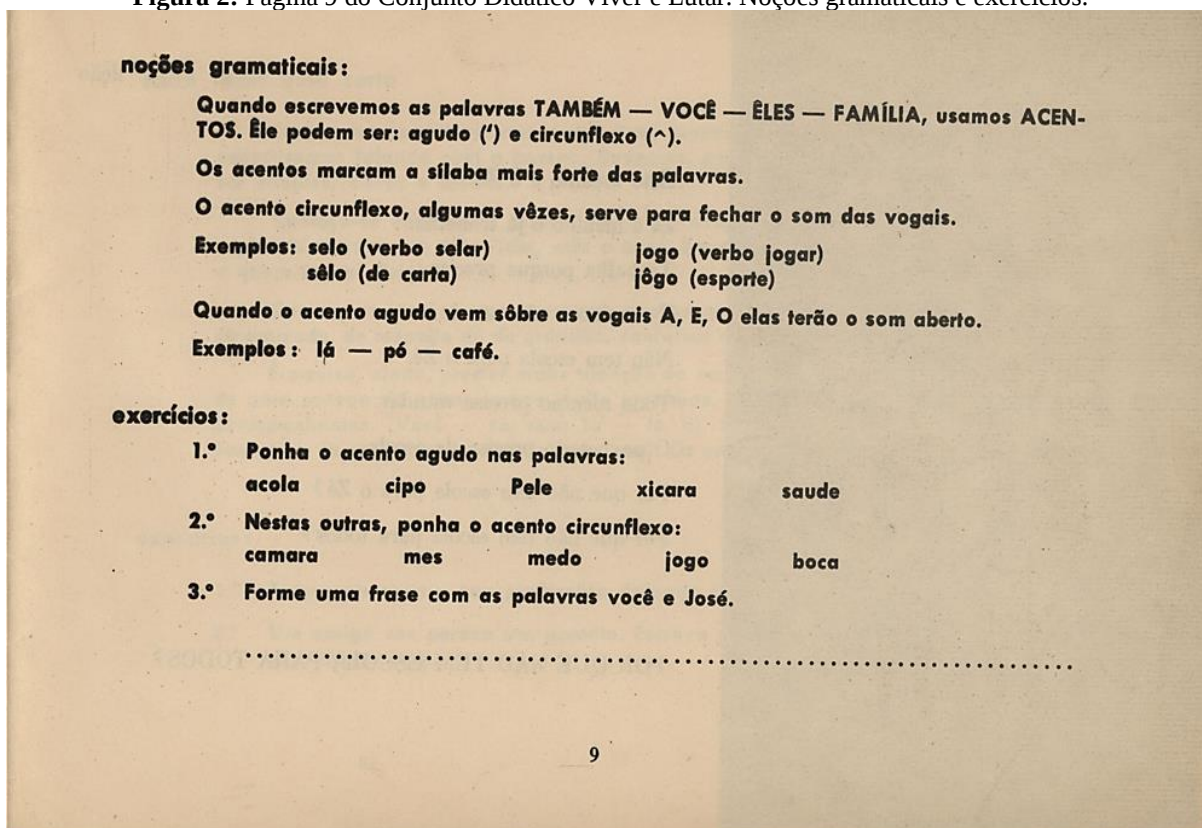
²⁴ A Emissora Rádio Rural de Caicó é uma emissora que emergiu como educativa no município de Caicó/RN em maio de 1963. É, ainda nos dias atuais, uma instituição católica, criada pela Diocese de Caicó. Sua trajetória educacional e pastoral será mais detalhada no capítulo 2 quando trataremos dos programas radiofonados do MEB no Seridó Potiguar.

Figura 1: Página 8 do Conjunto Didático Viver é Lutar. “É justo o povo viver com fome?”.



Fonte: Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Figura 2: Página 9 do Conjunto Didático Viver é Lutar. Noções gramaticais e exercícios.



Fonte: Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Considerada “subversiva”, a Cartilha se tornou alvo do olhar endurecido no pré-golpe de 1964, não somente pelos militares preocupados com o conteúdo populista presente no documento, mas, também, pelos setores mais conservadores da Igreja, que viam as objeções ao sistema como insolentes, dada a recorrente e crescente preocupação com a propagação do “comunismo” no Brasil. Parte significativa dos exemplares da cartilha foi apreendida com a justificativa de que seu conteúdo era comunista, incluindo os bispos que conferiram o conteúdo ao conjunto didático. Para tanto, foi necessário que a CNBB, juntamente ao MEB, fizesse concessões ao Governo, uma vez que sua sobrevivência dependia disso. A cartilha e seu conteúdo socialmente engajado havia colocado o MEB na mira dos militares, pois foi a partir da polêmica em torno desta proposta pedagógica, que o programa educador do movimento passou a ser questionado.

Dos exemplos extraídos da cartilha *Viver é Lutar* acima, percebemos que a construção textual propôs um encadeamento de sentidos curtos e diretos, relacionando a gramática com o contexto social vigente. Observamos que, ao construir uma leitura interrogativa sobre a “fome”, o texto propõe discutir a leitura e trabalhar o visual com a imagem que acompanha o poema. Em continuidade, a gramática traz palavras como “VOCÊ”, “ÊLES”, “FAMÍLIA”, “ESCOLA”, “SAÚDE”, “MEDO”, que facilmente podem ser interrelacionados como o tema proposto pelo poema. Esse encadeamento permite ao aluno construir e diversificar seu vocabulário a partir de uma temática integrativa e vivenciada pelo aprendente, contextualizando-a.

Desta feita, dado o acontecimento de um programa que atuava diretamente nas zonas rurais e suburbanas, as críticas das classes dirigentes à CNBB se tornaram cada vez mais recorrentes, principalmente quando esta tomou para si a Doutrina Social Cristã, desvelando as mazelas da desigualdade social brasileira para o operário e o camponês, ou seja, a classe trabalhadora. Para os articuladores do golpe que estava por vir, a Igreja Católica, declarando o compromisso com a educação, deveria cumprir o papel de fomentar somente a alfabetização e a evangelização.

É certo que crescia na Conferência Nacional dos Bispos de Brasil uma ideologia de pensamento marcada pela conscientização popular. Emanuel de Kadt em *Católicos Radicais no Brasil* (2013) nos ajuda a entender este processo, ao discutir sobre as tensões que cresciam entre os bispos que ora legitimavam a tomada de consciência por parte da população, por meio de uma proposta de educação próxima ao Método Freire²⁵, ora dispunham de pensamentos

²⁵ O Método Freire consiste em etapas de alfabetização popular que consideram o universo vocabular do grupo como objeto principal na formação das palavras a serem aprendidas, considerando o contexto vivenciado, as práticas culturais e cotidianas do grupo que vai ser alfabetizado. (Góes, 1980).

conservadores ligados ao projeto liberal e armamentista do Estado. Mesmo assim, após o golpe civil-militar de 1964:

no MEB, tanto os bispos progressistas quanto os conservadores, os últimos mais do que os primeiros, começaram a se preocupar, naquele momento, em tomar atitudes para eliminar as ambiguidades dos objetivos do MEB, acertar a estrutura e, em geral, assumir o controle de sua direção principal (Kadt, 2013, p. 221).

Mais ainda, na formulação do que seria a Educação Popular (EP) proposta pelos programas do MEB.

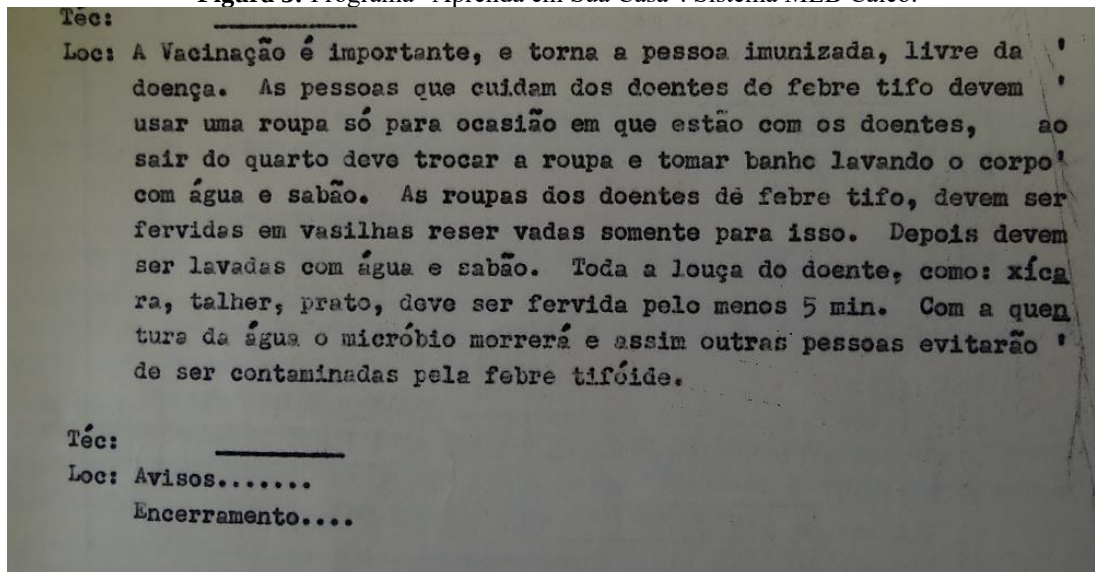
Ao tratarmos da EP enquanto conceito fundamental para a fomentação das práticas educativas do Movimento, observamos que ela surge para compreender o processo de transmissão de conhecimentos para populações que não têm fácil acesso à educação básica, tendo em vista a complexidade de fatores que implicam em noções mínimas de moradia, sociabilidade, segurança e, entre outras, alimentação; essa população compreenderia também as dificuldades impostas à educação popular pela ditadura neste período. A Educação Popular pretendeu ainda desvincular-se da percepção de educação tradicional e assegurar que o projeto educacional fosse, sobretudo, voltado e formado pelas camadas populares.

Por sofrer alterações ao longo do tempo, como rompimentos de programas ativos da década de 1960, a EP se tornou alvo da ditadura militar, por ter raízes fincadas na politização em massa. Programas como Movimento de Cultura Popular (1960) e o De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler (1961), que tinham pressupostos freirianos, com o golpe em 1964, foram extintos devido à política hegemônica antidemocrática que ficou no poder até 1985. Embora o ocorrido tenha dificultado em grande escala a propagação de uma educação libertadora, como pregava o MEB, este, por ser um órgão gerido pela Igreja Católica, conseguiu sobreviver.

Por isso que, ao relacionarmos a temática pesquisada com a História Social, consideramos pertinente levantar a seguinte questão: em que medida o MEB, enquanto programa de educação popular, deu subsídio para a promoção das condições básicas de educação sanitária, a partir do alimento, do cuidado com a saúde e da proposta de educação? Na operacionalização das mentes, os programas radiados, com o objetivo de dar conscientização às populações recém-alfabetizadas, conduziram estas consciências a compreender o processo de vida, de política e de sociedade na qual os indivíduos estavam inseridos. Por isso, os conteúdos como Reforma Agrária, a pobreza no Brasil e a fome foram retomados nas aulas radiadas a partir da segunda metade da década de 1980, uma vez que, no período que se segue à década de 1970, essa tomada de consciência estava encurralada pela fase mais autocrata da ditadura militar, ainda mais depois do decreto do AI-5, em 1968. Exemplos

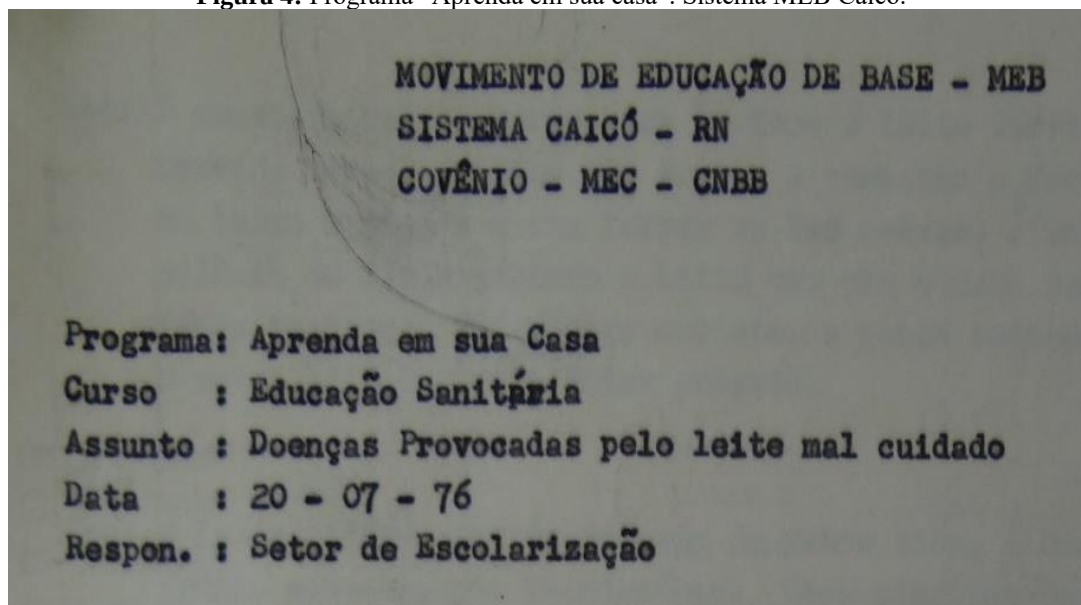
dos diferentes usos da conscientização nestas duas décadas foram os programas a seguir. O primeiro, nas imagens 3 e 4, de 1976 e o segundo programa nas imagens 5 e 6, de 1985.

Figura 3: Programa “Aprenda em Sua Casa”. Sistema MEB Caicó.



Fonte: Laboratório de Documentação Histórica. 1985 (Labordoc/UFRN).

Figura 4: Programa “Aprenda em sua casa”. Sistema MEB Caicó.

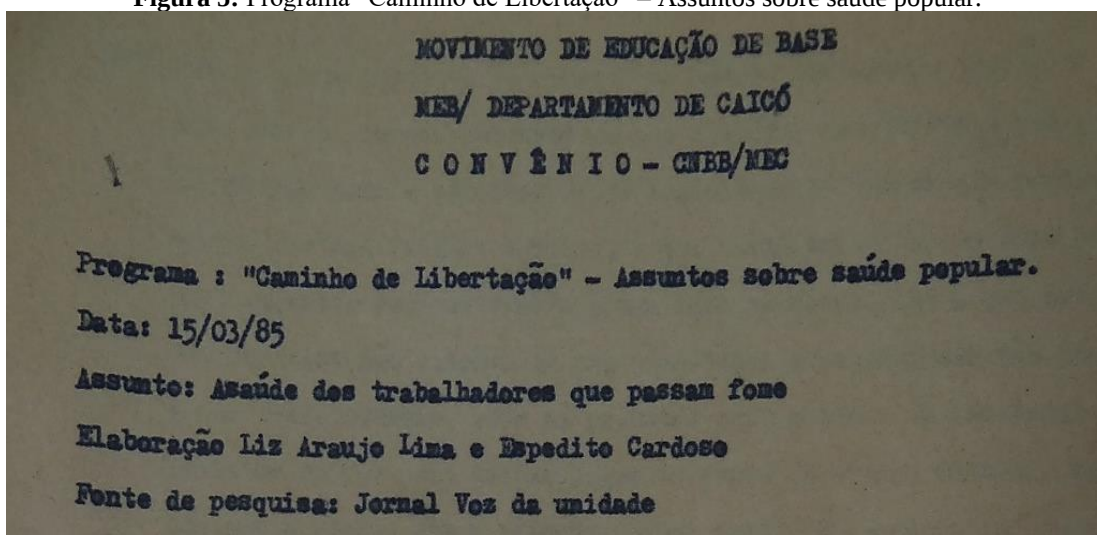


Fonte: Laboratório de Documentação Histórica. 1985 (Labordoc/UFRN).

Por meio do curso de Educação Sanitária, o programa radiado com o assunto “Doenças provocadas pelo leite malcuidado” começou com o teor informativo e concluiu com a prática de conscientização pautada na consciência a respeito da importância da vacinação. Essa consciência foi promovida também no campo informativo, e a prática consciente, tal qual Paulo Freire nos apresenta, não foi consolidada, visto que não possibilitou a ascensão do educando

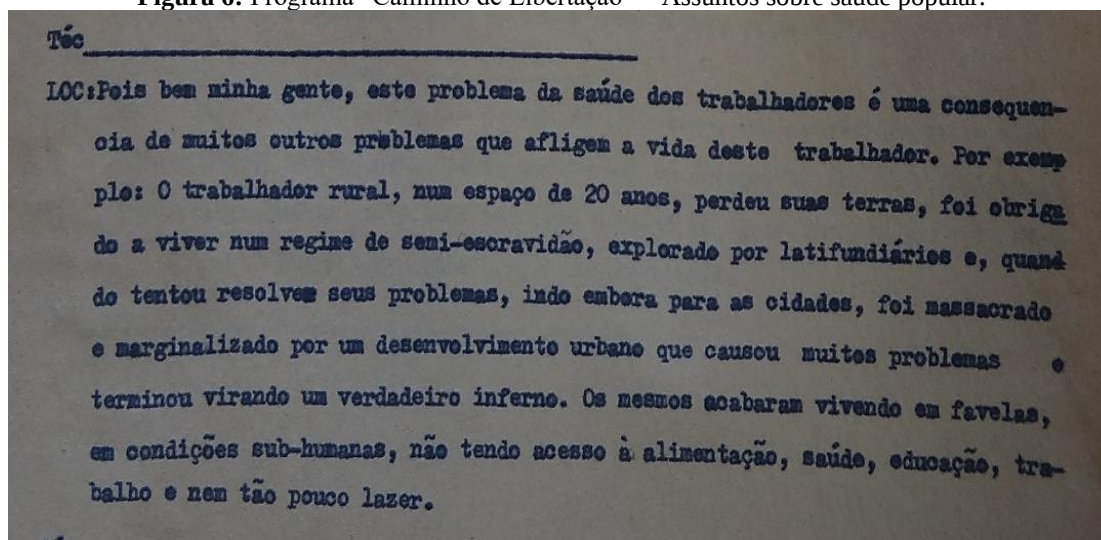
para se tornar sujeito do seu processo educativo. Ele apenas agiu nos bastidores, aprendendo aquilo que foi dado, neste caso: a informação de que a vacinação contra a febre tifo era importante. Além do que, provocar as mudanças necessárias no cerne da vida do povo analfabeto e recém-alfabetizado não era fácil, pois, para que isso pudesse acontecer de forma efetiva, era primordial um ambiente democrático entre educador e educando, no qual fosse estabelecido um diálogo que pudesse também convidar o educando a exercer o seu papel crítico.

Figura 5: Programa “Caminho de Libertação” – Assuntos sobre saúde popular.



Fonte: Laboratório de Documentação História, 1985 (Labordoc/UFRN).

Figura 6: Programa “Caminho de Libertação” – Assuntos sobre saúde popular.



Fonte: Laboratório de Documentação História, 1985 (Labordoc/UFRN).

A assimilação da *consciência* do programa “Caminho de Libertação” nas imagens 5 e 6, com o tema “A saúde dos trabalhadores que passam fome”, no ano de 1985, foi moldada em outra dimensão, considerando o que era apresentado na década de 1970. Pois, se havia a noção

de seu lugar no mundo, havia também de se compreender se esse lugar era favorecido ou desfavorecido. Para tanto, a realidade concreta não aparecia de forma simples, ela precisava ser desvelada. Se mostrada, em um primeiro momento, de forma ingênua, é só a partir do processo de conscientização que se podia formular criticamente a raiz do fenômeno social.

A fome como um problema causado pela falta de saúde foi também produto da configuração dissemelhante da sociedade brasileira da década de 1980. Afligida pela grande crise do monopólio capitalista, produto da inflação pós “milagre econômico” (1968 a 1973)²⁶, o período foi caracterizado pelo êxodo rural em massa, o que causou a segregação da população recém-saída do campo.

Como parte da construção de uma educação popular segura, é importante destacar os objetivos traçados por ela por meio da sua própria configuração conceitual, ainda nesse primeiro momento. Entende-se, a partir de Fábio Prado Pimentel (1999), que a Educação Popular no rádio consistiu na tentativa de levar conhecimento para populações pobres, com o objetivo de transmitir conhecimento sobre cidadania, saúde, política e organização social de grupos, além do processo de alfabetização que antecede os demais. Este conceito nasce, de fato, na América Latina, em contrapartida aos pressupostos de educação tradicional e a quem ela servia, enquanto hegemonização dos valores burgueses.

No período de atuação do MEB, milhares de pessoas tiveram acesso à modalidade não formal, seguindo a concepção de que, não necessariamente, o processo de ensino-aprendizagem deveria estar limitado à sala de aula; e, no caso do MEB, nem havia condições para isso, haja visto o alto custo em manter estruturas escolares, especialmente na zona rural. Desse modo, as aulas radiadas trouxeram consigo elementos de instrução para a saúde, para o trabalho, sobre práticas de convivência sociais e aperfeiçoamento de seus afazeres, alfabetização e, dentre outros, noções de agricultura.

No campo mais amplo da historicidade da Educação Popular, ela ascendeu ao lado dos movimentos sociais na América Latina, em um contexto repressivo marcado por ditaduras em

²⁶ Segundo Veloso, Villela e Giambiagi (2008, p. 223): “O período 1968-1973 é conhecido como ‘milagre’ econômico brasileiro, em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas, de 11,1% ao ano (a.a.). Uma característica notável do ‘milagre’ é que o rápido crescimento veio acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de superávits no balanço de pagamentos. (...) As interpretações encontradas na literatura podem ser agrupadas em três grandes linhas. A primeira linha de interpretação enfatiza a importância da política econômica do período, com destaque para as políticas monetária e creditícia expansionistas e os incentivos às exportações. Uma segunda vertente atribui grande parte do “milagre” ao ambiente externo favorável, devido à grande expansão da economia internacional, melhoria dos termos de troca e crédito externo farto e barato. Já uma terceira linha de interpretação credita grande parte do ‘milagre’ às reformas institucionais do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) do Governo Castello Branco (1964- 1967), em particular, às reformas fiscais/tributárias e financeira, que teriam criado as condições para a aceleração subsequente do crescimento”.

grande parte dos países. De acordo com Adams e Streck (2012)²⁷, as práticas educativas alfabetizadoras, como elemento importante na produção do conhecimento na segunda metade do século XX, foram marcadas por um giro que se materializou na Educação Popular. Essas experiências no Brasil começaram com o projeto de alfabetização criado por Paulo Freire na cidade de Angicos (RN), em 1960, e na mesma década, sobretudo antes de 1964, outros projetos da educação não-formal se espalharam pelo país.

1.3 A(s) identidade(s) do Movimento de Educação de Base durante e depois da ditadura militar: rearticulações políticas e pedagógicas

A deposição do então presidente da república João Goulart (1961-1964) e o golpe civil-militar, em 1964, consolidaram as estruturas de poder no Brasil na busca incessante de desestimular, por meio da repressão, todas as ações sociais e políticas inclusivas que qualificassem minimamente, valor e ascensão à classe trabalhadora de caráter reformista. Ao MEB foi incorporado o caráter corporativista em larga escala e mudanças no seu conceito de conscientização, além do que houve redução no orçamento do Movimento e minimização da participação da Igreja em decorrência do Estado.

A Lei n. 5.379, de 15 de dezembro de 1967, foi responsável por gerar o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criada durante o governo militar de Artur Costa e Silva. O programa atuou conjuntamente com o MEB, quando se consolidou, no ano de 1970 durante o governo militar de Emílio Garrastazu Médici. A nível nacional, a execução do programa fazia parte dos programas especiais do Ministério da Educação e Cultura (MEC) atuantes no meio rural para apaziguar os problemas de educação no campo. Além do MOBRAL estavam também o Programa Nacional das Ações Sociais (PRONASEC) e o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino no Meio Rural no Nordeste Brasileiro (EDURURAL).

A transformação exercida pelo MOBRAL era muito mais no sentido econômico, ou seja, pautada na força de trabalho e, também, de controle social, e não trouxe mudanças significativas ou transformações socioeconômicas para os estudantes. Para Leite (2002), a prioridade do programa era atrelar a educação ao desenvolvimento econômico do país, preocupado com a

²⁷ Os autores elencam experiências importantes no campo da educação popular em vista de analisar seus impactos na sociedade civil da América Latina da segunda metade do século XX.

inserção dos trabalhadores no mercado à medida em que o país fosse se adequando ao modelo econômico industrial. Nesta concepção, o educando não faziam parte de uma pedagogização crítica, mas sim de uma dinâmica imposta pela ideologia pautada no civismo e na moral.

A sociedade entre o MEB e o MOBRAL ocorria através da infraestrutura e os funcionários do MEB, mas com o material do MOBRAL para o processo de educação nas comunidades. O método dedutivo do MOBRAL diferia em muito do MEB, uma vez que não objetivava propor uma educação reflexiva, nem promovia estudos de área para compreender as problemáticas sociais e políticas das região de atuação. Em contrapartida o MEB acreditava no diálogo com os educandos e na possibilidade de mudança social e estrutural por meio da conscientização e emancipação destes.

A região do Seridó Potiguar foi um dos espaços marcados pela atuação do MOBRAL, especialmente nos programas radiofônicos ligados às aulas sobre trabalho no campo. Mas, manter o Movimento de Educação de Base foi importante nesse momento de controle da expressão, porque suscitou o engajamento de outros movimentos, como associações comunitárias e a organização de sindicatos na década de 1970, por exemplo, as CEBs.

As crises internas causadas pela tensão política e as limitações impostas pela ditadura militar motivaram um declínio considerável do Movimento, ainda na década de 1960. Para contornar a derrocada do Movimento de Educação de Base (MEB), após o encerramento de muitos dos sistemas estaduais, como foi o caso de Pernambuco, Bahia e Goiás, o programa precisou assegurar aos militares que sua prática educativa de conscientização consistia não mais numa manifestação plena do combate às desigualdades e integração da justiça social, mas, sim, na consciência da presença de Deus e dos princípios cristãos como motores de incremento organizacional da sociedade:

O objetivo essencial do MEB é o de colaborar na formação do homem (adulto ou adolescente) nas áreas subdesenvolvidas do país. Isto entende-se no sentido de levá-lo a tornar-se consciente da sua dignidade como ser humano, feito à imagem e semelhança de Deus e redimido pelo Cristo, Salvador do Mundo, e consequentemente transformando-o em um agente envolvido na criação de uma cultura original do povo (Kadt, 2013, p. 225).

Essas colocações por parte do MEB resultaram naquilo que Kadt (2013) chamou de “mudança na orientação oficial do Movimento” em consequência do golpe de Estado, e, em virtude disso, “a elaboração do conceito de conscientização [...] implica na afirmação de um Deus, o Criador, de quem todos dependem e a quem todos são subordinados”, e “a afirmação de que o homem tem valor em si mesmo, valor superior à toda ordem temporal e subordinado a Deus” (Kadt, 2003, p. 225). Dessa forma, a conscientização que carecia de mudança social

com base numa ascensão das populações analfabetas, como era o objetivo primeiro do MEB, teve que desviar seu foco para conseguir se manter ao longo das décadas seguintes, embora a ligação com a CNBB tenha proporcionado, em grande medida, sua manutenção.

O relatório anual de 1968 do Sistema MEB Caicó²⁸ se tornou o ponto de partida para a discussão sobre a formação dos núcleos e grupos em algumas das cidades do Seridó, como Cruzeta, Jucurutu, São João do Sabugi e Serra Negra do Norte, tendo como função a sistematização das identidades, como, por exemplo: Clube de Mães, Clube de Jovens e, dentre outros, o Clube de Esportes. No tópico 3.3.1 do Relatório Anual de 1968, que tratou da descrição dos núcleos em funcionamento, mostrava-se que os objetivos dos clubes eram: “levar os jovens a sentirem o valor e a necessidade do trabalho em conjunto visando uma ação consciente na comunidade e consequente promoção” (Relatório Anual, 1968). Vê-se que essa “consciência” citada no documento transmitia uma formação pautada na lógica mercadológica, ainda que coletiva. Nela, o educando entenderia que a motivação para a produção possuía caráter essencial, visto que o trabalho é mencionado como valoroso. Esse é um exemplo de que a prática e a utilização da conscientização como propósito toma outra forma diante da dinâmica do Estado opressor.

Para não cair no reducionismo da prática consciente, o materialismo presente na Teologia da Libertação, que impulsionou a prática pedagógica da Educação Popular, precisava ser inabalável para os bispos comprometidos com os primeiros objetivos do MEB. Foi com base nisso que a divisão ideológica do episcopado ficou mais evidente no Movimento e repercutiu na sua missão de pedagogização popular, deixando-a a cargo dos bispos diocesanos. Não surpreendentemente, as décadas de 1960 e 1970 enfrentaram instabilidades na condução do Movimento por falta de apoio integral do governo e, consequentemente, de verba. Acontece que, uma vez que a educação pública, em qualquer que seja sua modalidade, não é um campo de interesse e investimento, há poucas chances de se ascender. Além disso, essa possibilidade, ainda que consistente, centralizada na propagação das ideias dominantes, ou seja, a ideologia burguesa, traduz a hegemonia nas relações pedagógicas e fere a prática da proposta central de conscientização. De acordo com Osmar Fávero (2004, p. 18):

Afirma-se o MEB como movimento educativo que se dirigia a toda a população e, por isso, não se considerava justo que assumisse uma dimensão de catequese católica. A discussão de fundo que se colocava era relativa à não-confessionalidade do Movimento, postura extremamente difícil de ser aceita pela maioria dos bispos e impossível de ser experimentada na conjuntura decorrente do golpe militar de 1964.

²⁸ O sistema MEB de Caicó é citado para mencionar o significado da prática consciente nos documentos regionais e como o impacto da política nacional sobre os meios de comunicação, a educação e os materiais didáticos locais em regiões interioranas pode ser grandioso, ainda que numa escala de menor proporção em relação aos grandes centros.

Na década de 1970, a atuação se manteve restrita, foi abolido o caráter politizador dos primeiros anos e evidenciada, ainda mais, a educação pública como palco da luta de classes. Isso ocorreu ao final dos anos 1970, embora a ditadura militar tenha experimentado um relativo enfraquecimento, com a derrocada do “milagre econômico”, vale salientar que a crise foi o momento oportuno para o fortalecimento das oposições, assim como dos setores progressistas da Igreja Católica.

No que compete às sínteses de atividades desempenhadas pelo Sistema MEB Caicó, destinado à região do Seridó, foram aplicados treinamentos para animadores com os seguintes objetivos: compreender as maiores dificuldades dos alunos e ampliar os cursos primários e de testes finais, tratando de um ensino mecanicista por meio da radiodifusão, porém sem deixar a autonomia do camponês de lado. Segue imagem de um dos encontros de treinamento de monitores na década de 1970 na cidade de Caicó.

Figura 7: Abertura do Treinamento de Monitores na cidade de Caicó na semana de 19 a 23 de fevereiro de 1973.



Fonte: Fundo MEB/Caicó. 1973.

Embora muitas restrições fossem impingidas, o Movimento conseguiu aplicar técnicas não-diretivas aos encontros, como “[...] sociodramas, onde se pedia aos participantes para atuarem em vários papéis sociais que parecessem relevantes para o seu futuro trabalho; painéis de discussão, que dividiam os alunos em ‘grupos de verbalização’ ou ‘grupo de observação’

(Kadt, 2007, p. 248). O relatório de Metodologia da Ação Educativa do MEB de número 101 (1982), que propôs a configuração do trabalho do MEB na região do Seridó, constatou que:

Quando nos propusemos a analisar o processo de formação da metodologia do MEB, percebemos como ponto fundamental a análise de outras experiências de educação de adultos que no transcurso do nosso trabalho nos influenciaram, seja pela crítica que fazemos de seus objetivos, seja pela metodologia que empregam, seja pelos resultados que apresentam [...]. Distinguimos os seguintes tipos principais de experiências: 1. Extensão: que se caracteriza fundamentalmente pela transmissão de conhecimentos elaborados em centros de pesquisa, [...] em geral se definindo mais no sentido das atividades econômicas, principalmente a transmissão de conhecimentos técnicos (agrícolas, sanitários) [...]. 2. Promoção comunitária pela prestação de serviços: em geral são experiências que buscam promover a comunidade, mantendo instituições de serviços, temporariamente ou com caráter mais definitivo [...] muitos com a perspectiva de promover a comunidade pela elevação do nível produtivo de parte dos indivíduos que a compõe. 3. Associativismo: propõe formas definidas de associação [...]. As experiências mais marcantes são as do Cooperativismo e Sindicalismo.

Percebe-se que a compreensão da saúde, da doença e dos cuidados de higiene dentro das programações estava, naquele momento, pautada em um conhecimento técnico e, muitas vezes, ligado pelo associativismo com finalidade lucrativa. Mais tarde, na década de 1980, como veremos no segundo capítulo, é vinculada à ideia de saúde popular e consciência sanitária, retomando a perspectiva da politização fincada nos primeiros anos dos cursos radiofônicos.

Como visto, a proposta de conscientização das classes pelo caráter educacional/político assumido pelo MEB, em meados da década de 1980, pode ser percebida pela retomada do fator politizador dos programas radiofônicos do Sistema MEB de Caicó, que será abordado no capítulo 2, e que havia tomado outro rumo nos anos 1970. É uma hipótese que pode ser confirmada pelos desdobramentos do contexto político da época, manifestada por meio da censura à imprensa e à educação como consequência da imposição do Ato Institucional de número 5 (AI-5), em 1968, e que perdurou durante todo o período da ditadura civil-militar, ainda que houvesse resistências, algumas delas sem apoio, como foi o caso da guerrilha armada.

CAPÍTULO 2. O SERTÃO EM PERSPECTIVA: CURSOS RADIOFÔNICOS E SUAS ABORDAGENS NA REGIÃO DO SERIDÓ

A vida no campo no Brasil foi pauta de emergência política desde o período colonial. Dentre as medidas tomadas, têm-se as concessões de terras a latifundiários que, com os arcabouços que moldaram a política e economia agrícola, propuseram beneficiar a elite agrária, como, por exemplo, o surgimento da Lei n. 601, de 18 de setembro 1850, conhecida como Lei de Terras, que fatiou as zonas rurais do país em latifúndios (BRASIL, 1850). No entanto, essas medidas diziam respeito também ao camponês que pouco teve engajamento nas decisões relativas à sua condição, mas foi constantemente moldado por elas por meio da expulsão e da venda da sua força de trabalho aos proprietários rurais.

As três primeiras décadas do século XX, marcando a república das oligarquias, evidenciaram os contrastes sociais, sobretudo no nordeste brasileiro, marcado pela vida no campo. O historiador Caio Prado Jr. em *A Questão Agrária no Brasil* (1979) buscou resgatar a relação entre as origens fundiárias e as condições de vida e de trabalho, possibilitando o entendimento de como elas se desenvolveram até décadas mais tarde. Ainda que tivessem ocorrido mudanças significativas, a estrutura fundiária permanecia ligada ao passado, assim como a concentração de terras e a exploração da mão-de-obra. No entanto, para adentrar as décadas de 1970 e 1980, é necessário entender o panorama histórico em que se inserem as populações camponesas destes anos, e ele vem muito antes disso. Os anos 1940 ligados à consolidação das Leis Trabalhistas (1943), nos permitem desenhar o arcabouço social que envolve, principalmente, a possibilidade de Reforma Agrária, a sindicalização e o aparecimento de políticas públicas deflagradas em meio à ditadura e no período de redemocratização (1945).

Durante a fase de atuação no campo do Seridó potiguar, o MEB identificou que nas regiões agrícolas a formação escolar de base era escassa porque os homens e as mulheres adultos dedicavam a maior parte do seu tempo ao trabalho, incluindo atividades domésticas, a parentalidade e a produção agrícola. Como não tinham condições de se dedicar a atividades de lazer e educativas, a Emissora Rural voltou toda a sua atividade, em princípio, para a vida no campo. Segundo Medeiros “as Escolas Radiofônicas seriam o ambiente educativo que viabilizaria a escolarização básica, a catequese, a politização e a mudança de mentalidade do (a) agricultor (a) analfabeto (a)” (Medeiros, 2013, p. 32). A partir disso, a pessoa adulta do campo poderia vislumbrar, com a instalação da Rádio Rural, a chance de uma nova vida que incluía alfabetizar-se e dar de cara com novos conhecimentos.

Por meio da demanda educativa, os conteúdos das Escolas e os Cursos Radiofônicos na “Rádio Escola” eram essencialmente voltados para as emergências da vida campo. Identificamos no curso de Saúde Popular, além de outros temas que serão abordados no terceiro capítulo, o cuidado e o bem-estar físico e mental, a educação para a saúde no ambiente de moradia e de trabalho e o cuidado com a higiene do ambiente. Todos os temas levados ao ar, propiciavam a conscientização com o objetivo de inserir os camponeses nos espaços dos quais eles estavam excluídos: a vida política.

Este capítulo está dividido em quatro tópicos, nos quais iremos refletir sobre os processos de inserção política da classe trabalhadora sertaneja por meio do MEB. Por esse motivo, também abordaremos a trajetória da Emissora Rádio Rural de Caicó e sua relação com a população do Seridó; a construção dos agrupamentos de trabalhadores do campo, como a formação das Ligas Camponesas e a sindicalização rural. Utilizaremos a experiência explicada por Edward P. Thompson (1981) como motor do processo político-educativo, pois é por meio dela que as relações educativas vão se moldando na Educação Popular, uma vez que os educandos “tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada” (Thompson, 1981, p. 185).

2.1 Esteio educativo da emissora Rádio Rural de Caicó

A inauguração da Emissora de Educação Rural, promotora da Educação de Base instituída pelo MEB, se deu em 1º de maio de 1963, fruto do projeto educativo que começou com a Arquidiocese de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, ainda na década de 1950. Com esforços do arcebispo Dom Eugenio de Araújo Sales, a Ação Católica²⁹ promoveu as primeiras Escolas Radiofônicas na capital ligadas ao sindicalismo rural. Nesse primeiro momento, tem-se a atitude evangelizadora da Igreja Católica, por meio de um “ideário cristão”, junto da proposta de organização sindical rural e da educação de base, a fim de evangelizar e

²⁹ A Ação Católica foi um movimento criado em 1935 com a finalidade de trazer de volta as pessoas afastadas da fé cristã católica por meio das mudanças mundanas e, assim, restaurar a fé da humanidade. Em 1922, o Papa Pio XI escreveu a encíclica *Ubi arcano Dei* consolidando as bases ideológicas do que viria a ser a Ação Católica.

organizar a população que, em grande parte, estava alheia às Leis Trabalhistas³⁰ e ao acesso às políticas públicas.

As Escolas Radiofônicas da década de 1950, utilizadas pela Igreja, influenciaram a atuação do MEB no estado a partir de 1963, com as Emissoras Rurais³¹. Mas, foi na década de 1930 que, pela primeira vez, a Igreja Católica se utilizou dos meios de comunicação e informação em massa para estreitar os laços populares, com a criação da Rádio Vaticano. No Brasil o primeiro estado a se beneficiar com o aparato doutrinário foi o Rio Grande do Norte ainda na década de 1950, nas pequenas dioceses locais a fim de espalhar a palavra de Deus, que, logo, se tornou prática em todo o nordeste brasileiro com experiências também de educação de base e alfabetização. Essas foram as primeiras Escolas Radiofônicas.

Na cidade de Caicó, a tecnologia radiofônica ligada à gestão católica foi iniciada em 1953, com o padre José Celestino Galvão que atuava na catedral de Sant’Ana e que, por meio de pontos difusores em várias partes do município, transmitia notícias e entretenimento para a comunidade. Essa investida transformou a emissora em “Rádio Galvão” para a população local. Muitos dos locutores e operacionalizadores da equipe técnica dessa primeira experiência fizeram parte, mais tarde, da Emissora Rádio Rural de Caicó.

A primeira experiência, que veio impulsionar o aparecimento das Escolas Radiofônicas no Seridó potiguar, foi na Arquidiocese de Natal, durante o governo de Aluísio Alves³², com a intenção de ser uma espécie de experimento aliado ao baixo custo. Nesse contexto, vale destacar também a ação da Arquidiocese de Mossoró, por meio da Emissora de Educação Rural da cidade, na instalação das Escolas Radiofônicas locais a partir de 8 de março de 1963. A emissora do oeste potiguar teve a mediação do bispo diocesano Dom Gentil Diniz Barreto que, permeado pela experiência de Natal, orquestrou a educação de base para a população de Mossoró e região.

O objetivo das Arquidioceses de Natal e Mossoró coincidia com o da Rádio Rural de Caicó:

Transformar a comunidade, de maneira planejada, realçando valores e convidando para assumir com coragem o seu destino. expõe os caminhos e métodos usados, a alta qualidade humano-política de seus criadores, a paciência e a perseverança necessárias para construir algo que devia promover um dinamismo transformador (Araújo, 2013, p. 23).

Dom Manoel Delson Pedreira da Cruz afirmou no livro *Rural de Caicó, 50 anos no ar* que: “a ação comunicativa da Rádio Rural está associada à ação social e evangelizadora da

³⁰ A Consolidação das Leis Trabalhistas foi instituída em 22 de março de 1932, com o Decreto Presidencial 21.186.

³¹ Frutos da Arquidiocese de Natal, da Arquidiocese de Mossoró e da Arquidiocese de Caicó.

³² Governador do Estado do Rio Grande do Norte pelo partido UDN (União Democrática Nacional), entre 1961-1966.

Diocese de Caicó”. Monsenhor Ausônio Tércio de Araújo completa, ao falar do nascimento da Emissora: “[...] nasceu com o ideal de politizar, de ensinar ao seu público seus direitos e deveres de cidadania, [...] já nasceu, também, com o compromisso de ser apolítica, no que concerne às disputas partidárias” (Araújo, 2013, p. 22).

A Emissora Rural de Caicó foi criada por intermédio da Diocese de Caicó, vinculada à Fundação Educacional de Santana³³, idealizada por Dom Manuel Tavares e executada por Padre Itan Pereira da Silva³⁴, tendo o Padre Tércio como principal diretor. Nas palavras de Dom Manuel Tavares:

Para mim, foi a maior coisa da minha vida que eu já fiz, foi a fundação da Rádio rural. [...]. Foi um ponto muito interessante de formação. Não era somente religião, era também a educação do povo. Eu deixo a mensagem que ela continue, de tal modo que eu desejo que seja a fonte de educação religiosa e civil do povo do Seridó, porque o povo precisa de uma educação a toda prova. (Araújo, 2003, p. 5).

Figura 8: Pronunciamento de Dom Manuel Tavares na inauguração da Emissora Rádio Rural de Caicó.



Fonte: Fundo Sistema MEB/Caicó.

No mesmo ano da inauguração, o Sistema MEB Caicó, coordenado por João Samuel de Araújo, enviou uma carta ao MEB Nacional, destinada a Osmar Fávero que, na época, era membro da equipe. Nela, Araújo diz, com entusiasmo: “Osmar, conforme ficou planejado no

³³ Grupo oriundo da Emissora de Educação Rural de Caicó, que também atende pelo nome de Fundação Educacional Santana.

³⁴ Na época, também foi diretor do Colégio Diocesano Seridoense no município de Caicó, entre os anos de 1961 e 1964. No ano de 1968, esteve à frente da gestão da paróquia Nossa Senhora do Rosário, em Campina Grande/PB. Boa parte do que se tem documentado sobre o Padre Itan refere-se à vida clerical no início da década de 1960.

estágio de Natal, iniciamos o nosso trabalho no dia 21 deste. Estamos fazendo o levantamento das primeiras áreas e animados com o trabalho” (Araújo, 1963).

Aqueles que faziam parte da constitutiva emissora na sua fase inaugural eram conhecidos como “a Equipe”, composta, além de membros técnicos, por educadores e locutores. Todos eram pessoas engajadas nas atividades pastorais, muitas das quais, militantes católicos e membros da Ação Católica, escolhidos a dedo pelo Bispo Diocesano Dom Manuel Tavares. Ao longo da primeira década de existência da Rádio participaram de longos treinamentos em Natal e estudos de área, sendo moldados para assumir a responsabilidade de mediar as ações das Escolas Radiofônicas.

A Equipe teve como primeiro trabalho a “investigação” das áreas dos primeiros quatro municípios que fizeram parte do esteio educativo, eram eles: Caicó, onde residia a sede da RR, Jardim de Piranhas, São João do Sabugi e Jardim de Piranhas. Nas quatro localidades foram implantadas cinquenta Escolas Radiofônicas que matricularam 973 alunos, de acordo com o Livro de Atas da História da Rádio Rural de Caicó, de 1963. Um ano depois, em outros três municípios, foram incorporadas as Escolas Radiofônicas do Sistema local da emissora: Jucurutu, Cruzeta e Serra Negra do Norte.

A emissora ficou conhecida por diversos nomes populares: a “Rádio da Igreja”, a “Rádio MEB” e a “Rural” foram alguns deles. Esse último se tornou um marco cujo propósito era ser uma emissora para o homem e a mulher do campo, já que as programações eram destinadas às pautas ligadas à vida e ao cotidiano dessa parcela da população seridoense, bem como para as regiões periféricas dos municípios componentes. Foi neste contexto que o termo “educativo” entrou em evidência, pois se fazia necessário educar a população do campo para diminuir o analfabetismo, haja visto o parco aparato educacional formal no campo. Foi, portanto, neste espaço, que a Igreja encontrou a oportunidade de se infiltrar por meio do assistencialismo educacional e, conseqüentemente, político.

Cinco meses após a inauguração de sucesso da Emissora, em 1º de maio de 1963, foram transmitidas as primeiras aulas ministradas pelo Movimento de Educação de Base na programação radiofônica, norteadora da alfabetização e da educação de base do povo seridoense, e voltada a homens, mulheres, jovens e adolescentes das regiões suburbanas e, especialmente, rurais. O principal objetivo da incorporação do MEB à Emissora Rural se deu na tentativa de atingir os objetivos primordiais tanto do Movimento, quanto da Rádio, quais sejam: politizar, educar e evangelizar, de forma institucionalizada, para que se operasse no meio comunicativo a elevação das massas, daqueles que não votavam, do povo carente de espaço na vida política e pública, dos que, diante da visão e atuação pastoral da Igreja, eram os mais

necessitados de misericórdia divina e justiça social: os agricultores analfabetos. Nas palavras do Padre Itan Pereira da Silva, durante as primeiras emissões sonoras do rádio;

[...] você que tem um filho e não pode estudar porque tem que lutar no pesado logo cedo. Você que é analfabeto e não conhece a civilização. Agricultor do sertão. Hoje é o seu dia. Você sofre tudo isso, mas agora sabe que tem uma rádio para defendê-lo e sobretudo para ajudá-lo. Você agora vai educar-se e politizar-se. Através das escolas radiofônicas receberá alfabetização e educação de base. Terá instrução e poderá ser um homem livre, um habitante da civilização moderna” (Silva, 1963).

Os programas educativos radiofonados, além de alfabetizar, estavam pautados na agricultura, na higienização, nos cuidados domésticos e no cultivo de técnicas, além da organização, sindicalização, ou seja, estavam alicerçados nas demandas próprias da vida do sertanejo. Para isso, era necessário se fazer parte integrante do esteio educativo e não apenas um ouvinte, como mero objeto distante do papel de sujeito. O programa MEB, Cultura e Alegria³⁵, que foi ao ar durante a década de 1970, transmitia mensagens diversas, com a finalidade de abarcar múltiplas esferas da vida sertaneja por meio do comentário do dia: o MEB no lar; MEB no campo; mensagem para a juventude; valores da comunidade e o MEB informa. No programa MEB, Cultura e Alegria, transmitido em 13 de setembro de 1975, na sequência com o MEB no lar, o locutor (não identificado) declarava que a mensagem é destinada ao pai, para tornar este consciente do seu papel na base de sustentação da família e, mais precisamente, sobre a presença que ele deve ter na vida dos filhos. Ele inicia dizendo que:

Toda criança necessita da presença real do pai, que a protege e permite que se sinta ajustada e segura diante da sociedade. As crianças percebem que existe alguém entre elas/que conhece tudo e pode ajuda-las a enfrentar as dificuldades; que pode ensiná-las a viver numa sociedade tão complicada, dar-lhes proteção e apoio, ajuda-las a ganhar segurança. Por sua vez, o bom pai tem consciência da sua importância para o bom desenvolvimento dos filhos. Por isso, quando fica em casa, torna sua presença importante para as crianças, conversando ou brincando com elas, mostrando interesse pelos seus progressos escolares e esportivos ou levando-as a passear.

No mesmo programa, tem-se o MEB no campo. Nesta parte, o locutor iniciava dizendo: “esta sequência é para você, homem do campo, cujo trabalho tem papel de destaque no desenvolvimento do nosso Brasil”, e, ao longo do pronunciamento, era atestado o valor nutricional do feijão, base da alimentação dos sertanejos e utilizado como fonte de proteína ao lado das carnes. Ao fim, concluía afirmando que “o feijão além de ser um alimento frequente nas mesas nordestinas, proporciona bons lucros para o agricultor, quando é colhido em abundância, devido seu alto preço que o comércio atacadista oferece”. Nesta comunicação,

³⁵ VARIADOS: MEB NO CAMPO. MEB, Cultura e Alegria, Caicó: Rádio Rural, 20 de setembro de 1975. Programa de rádio (LABORDOC/UFRN).

observa-se a forma como o interlocutor se articulava para tornar a comunicação acessível para o ouvinte/educando.

É neste sentido que, enquanto instituição, a Rádio Rural (RR) teve o seu projeto ideológico muito bem definido no esteio social do nordeste brasileiro da segunda metade do século XX, em meio às tensões políticas. A RR se configurava como uma instituição cristã pautada na Doutrina Social para promover a evangelização, o caminho até Deus; ela estava ligada aos ensinamentos da Igreja Católica e à politização das massas por meio da conscientização, sem estar ligada a partidos ou pessoas políticas e sem defender as causas dos mesmos. A historiadora Ozede Nóbrega (2013, p. 221), no capítulo “Ondas Sonoras no Seara Político”, escreve sobre a relação da Rádio Rural com a política nacional envolvendo censura e conformismo em meio às décadas da ditadura militar brasileira. Ela afirma que o posicionamento da Rádio em relação à política era apoiar “toda a boa iniciativa de qualquer detentor do poder público, seja qual for o partido, e censura todo e qualquer uso desonesto e ilícito da Coisa Pública”, mostrando que, por ser uma instituição estreitamente ligada à Arquidiocese de Caicó e, por isso, à Igreja Católica, se abstém das disputas políticas que possam a comprometer socialmente, se colocando, portanto, no lugar de “mediadora”, aquele que permite ficar em cima do muro e, assim, no lugar de fiel conciliadora de classes.

Para a Igreja se tornou indissociável a justiça e a moral frente à ação social com a escolarização por meio das Escolas Radiofônicas, quando ela se apropriou do esteio educativo no campo. Para isto, a mobilização do homem e da mulher do campo se fazia fundamental e isso era possível por causa da larga comunicação com os ouvintes da Emissora, todos os dias, construindo uma estreita relação informal de afeto e cuidado com os educandos. Esse diálogo se moldava, sobretudo, por meio dos princípios cristão já penetrados no cotidiano popular. Essa foi uma experiência que deu certo em Natal e Mossoró, e que Caicó se apropriou de modo intimista. Portanto, era importante que não houvesse somente a troca, mas, também, a difusão da doutrina social cristã, posta num mundo de mudanças, de intensas transformações que, colocando a Igreja de lado e a razão acima dela, perdeu fiéis e transgrediu os limites da fé.

Com a chegada da década de 1970, a Emissora Rural de Caicó se mostrava antenada com as incessantes mudanças no âmbito nacional, sobretudo no que diz respeito às imposições políticas estabelecidas com os Atos Institucionais do panorama ditatorial. A Rural começou com transformações mais sutis no setor administrativo das programações, como, por exemplo, a mudança de nomenclatura das Escolas Radiofônicas, que passaram a ser chamadas de Cursos Radiofônicos. É nesta premissa que, na nossa escrita, trataremos dos programas educativos do

Sistema MEB Caicó como cursos, pois foi desta maneira que os programas foram identificados na documentação a que tivemos acesso, referentes às décadas de 1970 e 1980.

Precisamente no início da década de setenta, a Equipe se desintegrou e passou a ocupar três setores: o clube de jovens e esportes, responsável por muitas das atividades presenciais; o sindicalismo que abrangeu as organizações - que vamos discutir com mais veemência no próximo tópico deste capítulo; e, por último, a grupalização que teve um papel fundamental na harmonização dos dois primeiros. Os esforços para essa multiplicação de um setor em três corroboraram para a organização dos grupos específicos, que se ramificaram em outros, com o objetivo de melhor atender a demandas específicas. No entanto, com a limitação doutrinária e o embargo financeiro, todos os setores se reintegraram em um, o de integração e ação. Neste setor, foram demandados cursos à distância e os cursos presenciais, que objetivavam incentivar o aprendiz a entrar com eficiência no mercado de trabalho emergente no Seridó.

Nos relatórios descritivos do Sistema MEB Caicó do ano de 1978, encontramos os cursos de Artesão em Linhas (tapeçaria), Datilografia, Estampador (a) de Tecidos, Cabeleireiro (a) e Cozinheiro (a), cada um com a capacidade de 20 alunos e a carga horária de 45 horas espalhadas em 15 dias, conforme nos indica o Relatório Descritivo de 1978, na página 5. Nos objetivos descritos do relatório do curso de cozinheiro (a), temos:

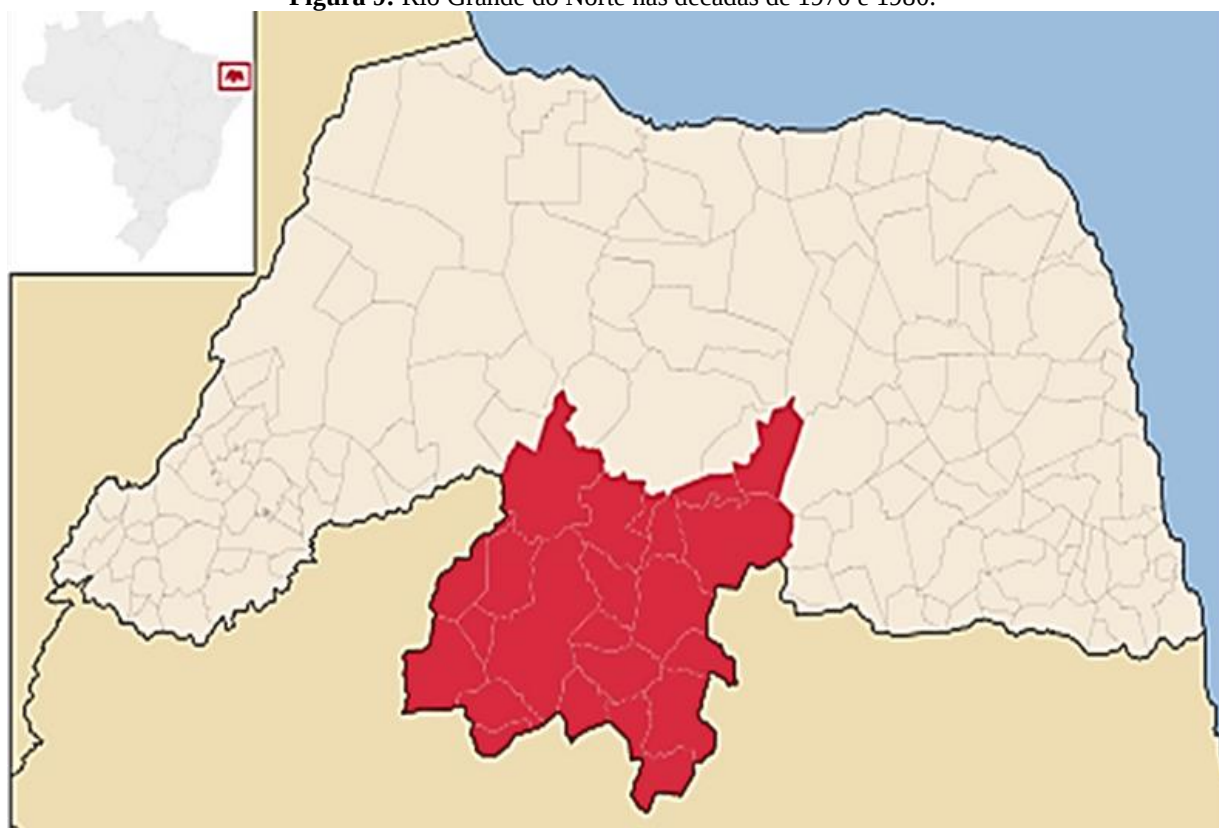
Capacitar a clientela potencial para um desempenho mais qualificado da função de cozinheiro segundo as necessidades e peculiaridades locais, dando condições necessárias para maior desempenho de suas funções domésticas, a fim de solucionar problemas alimentares, aplicando a dinâmica específica da Educação de Base; Tornar conhecida a ação do Movimento na perspectiva de um melhor engajamento dos participantes na dinâmica da sua filosofia [...].

Observemos que os objetivos alcançados, mais a autonomia do educando, proporcionaram grande expectativa com o que a Rádio Rural tinha para oferecer, pois estava além da comunicação e aprendizado, da distração e do lazer para os beneficiados. Entendemos que esta era mais uma arma sagaz da Igreja Católica, uma vez que dava subsídios para a incrementação do cotidiano exaustivo da classe trabalhadora do campo, tema que era comum nos “programas populares” para o povo.

Por sua vez, nos documentos da fase final do movimento, podemos perceber a engenhosidade pragmática da emissora. A popularidade da Rural atingiu níveis máximos, tornando a mulher e o homem do campo mediadores das programações presenciais à medida que se inteiravam dos acontecimentos locais. As residências não eram o único lugar em que as programações chegavam, todos podiam ouvir no carro, no trajeto, no trabalho e nos espaços coletivos. Era um momento em que o Seridó experimentava a ampliação das ondas radiofônicas

em todas as partes e, neste momento, a Rádio Rural já abrangia mais municípios e comunidades rurais. De acordo com a documentação existente no Labordoc/UFRN, na década de 1980, tem-se notícias de Cursos Radiofônicos em Saco Grande, Jucurutu, Olho D'Água, Brejo da Cruz, Comunidade Lajinhas, Santana do Seridó, Florânia, Barra de Baixo em Jardim de Piranhas, Campo da Paz, Comunidade Boa Vista dos Lucianos em Parelhas, São Vicente e Currais Novos³⁶. A seguir, o mapa da região do Seridó Potiguar com a localização precisa de cada município.

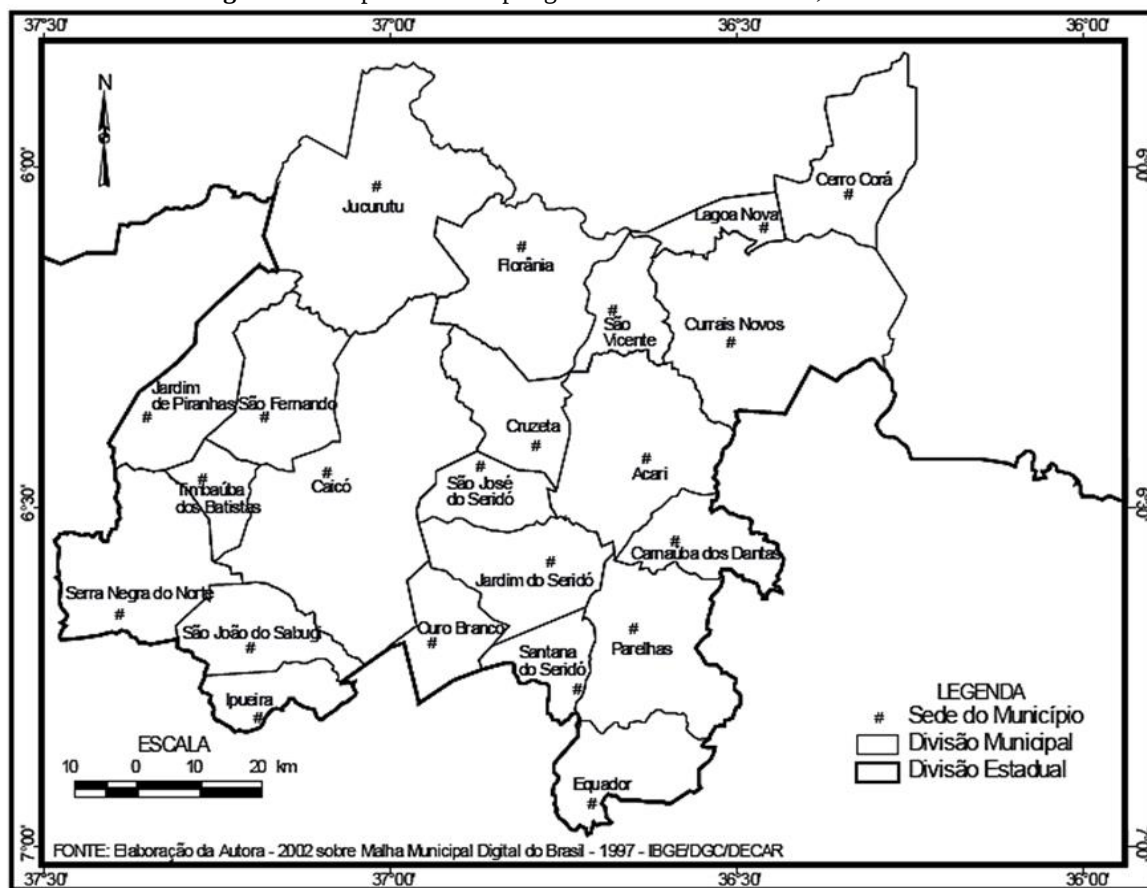
Figura 9: Rio Grande do Norte nas décadas de 1970 e 1980.



Fonte: Google Fotos. Acesso em: 22 de agosto de 2022.

³⁶ Dados da documentação sobre o encontro intercomunitário dos anos de 1981 a 1983.

Figura 10: Mapa do Seridó potiguar nas décadas de 1960, 1970 e 1980.



Fonte: MORAIS, 2005, p. 52.

Estima-se que até o final dos anos 1980, a programação educativa da Emissora tenha atingido toda a região do Seridó, com poucas lacunas em localidades em que a educação formal predominava e se dizia necessária (Medeiros, 2008). Neste período, uma das maiores investidas da Rádio foi na divulgação e no incentivo a festejos e comemorações populares, como a tradicional Festa da Padroeira de Sant'Ana, em Currais Novos e Caicó, e a formação de clubes de leitura, como estímulo à alfabetização. Além destes, comemorações e rituais católicos eram executados no próprio pátio da Rural. Percebe-se que era fundamental encorajar as atividades presenciais, além das demandas corriqueiras da educação de base por meio dos Cursos Radiofônicos e sua atuação pautada na conscientização, encorajada pelo cenário político de redemocratização, como veremos mais adiante neste estudo. No curso presencial Educação para a Saúde, do ano de 1982, os alunos respondiam coletivamente o que haviam aprendido e quais as suas contribuições para o aperfeiçoamento das atividades presenciais. Sem datação específica, encontramos o relato das alunas Goretti, Amariles, Ivanilda, Ivonete e Luziete sobre o Curso de Higiene. Elas afirmaram o seguinte:

Quanto à higiene mental aqui em nossa comunidade, existe um campo de futebol, pois quase todos os domingos há jogos e o pessoal adora esta diversão, pois todos aqui vibram de alegria em curtir os jogos. Também aqui há a celebração do mês de maio, pois muito nos alegra, sendo a celebração feita na casa de Goretti e a mesma novena é rezada pela mãe de Goretti, pois reúne todas as famílias da vizinhança para prestar este grande louvor a nossa mãe do céu [...].

O relato das alunas sugere que as atividades diversas eram comuns entre os telespectadores da Rádio Rural, na fase inicial dos programas. Nos primeiros anos da década de 1970, por exemplo, os programas do Sistema MEB/Caicó promoveram brutalizações presenciais. Os “Clubes de Jovens” desenvolviam atividades relacionadas às programações e, ao longo da execução, criavam relatórios descritivos, sempre estruturados pelos grupos de audiência na rádio. Em 13 de agosto de 1971³⁷, no município de Sabugi, os alunos do Sistema MEB/Caicó tiveram contato com os alunos do MOBREAL para trocar informações e aprendizados, a partir do Curso Higiene e Saúde e, ao relatarem os principais problemas da Comunidade, transcreveram que: “é a falta de união da classe entre os trabalhadores, não há solidariedade. Outra dificuldade encontrada é as condições de trabalho, por conta disso, os alunos do MOBREAL perdem muitas aulas porque trabalham longe”. Nos problemas sentidos pelo supervisor (não identificado) tem-se o seguinte: “sente-se, no trabalhador, a necessidade de informação acerca de esclarecimentos de organização de classe, por exemplo, pairam várias perguntas com relação ao sindicato e assistência dada aos trabalhadores [...]” (Relatório Descritivo, 1971).

Além das atividades relativas aos programas, houve a multiplicação excessiva de grupos de jovens que desempenhavam atividades de lazer, como: esportes, encontros no pátio da Rádio Rural e apresentações culturais na emissora. A respeito das atividades de lazer, encontramos as seguintes fontes:

³⁷ Relatório Descritivo – Clube de Jovens “Juventude Esperançosa”. Sistema MEB/Caicó. 1971. Laboratório de Documentação Histórica.

Figura 11: Conjunto de seresteiros do Itans e representantes das comunidades Barra das Espingarda e Nova Descoberta na Emissora Rural.



Fonte: Fundo MEB/Caicó. 1973.

As apresentações faziam parte da integração e da aproximação entre os ouvintes/educandos da Rádio Rural, já que, em grande parte, os encontros eram proporcionados por meio da audiência dos programas. Outra atividade que nos sugere os encontros presenciais de lazer eram as festas comemorativas, como na imagem abaixo:

Figura 12: Comemoração da semana do animador na comunidade Bom Sucesso.



Fonte: Sistema MEB/Caicó. 1972.

Para além do lazer se consolidaram grupos de trabalhos nas comunidades a partir da “animação popular”, conhecida como “ANPO”, dando corpo a cerca de 10 núcleos de trabalhos comunitários (Medeiros, 2013, p. 59). A animação popular teve um papel parecido com a do MEB no que diz respeito à tentativa de resolução dos problemas das comunidades, tais como, má distribuição de renda, secas e problemas de gestão política. Todos eles eram levantados pelos Sindicatos, Clubes de Trabalhadores e Comitês responsáveis pela gestão da “animação popular”. Além disso, foram criados subgrupos dentro dos sindicatos como o Círculo Operário que reunia os principais líderes de cada instituição de representação da classe trabalhadora, a exemplo da imagem a seguir:

Figura 13: Encontro de representantes de instituições vinculadas ao Círculo Operário no Seridó Potiguar no ano de 1973.



Fonte: Fundo MEB/Caicó. 1973.

Na imagem acima, constam representantes da Emissora Rural, MOBRAL, MEB, o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e do Banco do Brasil, a fim de julgar as atividades comunitárias da semana na sede da Emissora Rádio Rural de Caicó (sem especificação de mês e dia, segundo a fonte).

A ação sindical, por sua vez, teve grande participação do Sistema MEB/Caicó em conjunto com a Rádio Rural, sobretudo na zona rural onde a programação do MEB tinha mais

robustez. O radialista e professor Ronaldo de Souza, que foi funcionário do MEB Local na década de 1980, afirmou em *Rádio no Sertão: mediando transformações socioculturais*, que a Emissora Rural foi pioneira na organização popular por meio da educação em Caicó e região. Essa relação foi construída com base nos programas Conversando com o Sertanejo, Conversa com Monitores e Alunos, Correio Rural e dentre outros, Cultura e Alegria (Medeiros, 2013, p. 70). Por meio do estreitamento de laços com a classe trabalhadora do campo é que a Rádio Rural passou a disponibilizar semanalmente os estúdios da emissora para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caicó, a fim de conduzir um programa vinculado às demandas deste grupo. Nas palavras de Medeiros (2013, p. 70):

[...] a transmissão de *Em Marcha para o Campo*. Tal abertura, digamos, pedagógica, a um só tempo, aliava essa Rádio Escola aos propósitos daquela entidade governamental voltada para o camponês, irmanava-se com o sindicalismo da classe trabalhadora e dilatava a abrangência da educação de base propiciada.

Dentre as razões que motivaram o apoio assíduo da Igreja Católica progressista ao sindicalismo de trabalhadores rurais, tinha-se a oposição ao comunismo e ao materialismo histórico. No entanto, não era o único fator determinante para a ação clerical, pois a investida tinha relação com o objetivo da Doutrina Social da Igreja, de reparar as desigualdades e a miséria no mundo. Em razão disso, no próximo tópico, discutiremos o papel da sindicalização rural por meio da instituição milenar.

2.2 Homens e mulheres do campo: a política da sindicalização católica e a questão agrária

Para a classe trabalhadora (desfavorecida, dominada e explorada) [...] educação significa despertar conhecimentos novos a partir da troca de ideias, chance de se aprender uns com os outros, liberdade para pensar e fazer valer o seu pensamento: discordar, criticar, questionar as ideias de outras pessoas, até mesmo dos estudados. [...] educação, na concepção da classe desfavorecida, não deve ser entendida do mesmo modo que os grandes pensam.³⁸

Na eleição presidencial de 1930 ocorreu no Brasil a primeira grande mudança da República (1889), que, por meio da posse de Getúlio Vargas, consolidou o fim da chamada

³⁸ SAÚDE POPULAR: EDUCAÇÃO x SAÚDE. Caminho de libertação, Caicó: Rádio Rural, 30 de janeiro de 1987. Programa de rádio. Caixa 14.

República Oligárquica, caracterizada pela política dos coronéis no âmbito regional. No entanto, ainda que a mudança política tenha acontecido, o sertão do nordeste brasileiro permanecia como palco de disputas pela hegemonia política herdada da Primeira República. Neste contexto, os grupos ligados aos movimentos sociais do trabalho no campo se articularam de modo que, mais uma vez, o Partido Comunista Brasileiro evidenciou as contradições fundiárias na região.

A região Nordeste estava marcada pela má distribuição de renda causada pela modernização tecnológica dos setores produtivos que, por desprender de mão de obra, acabaram desempregando e segregando aqueles que, sem acesso à educação, não possuíam condições para especialização em cargos setoriais (FÁVERO, 2002). Outra evidência da precarização da vida do trabalhador rural foi a exploração a qual esteve submetido para se extrair a venda da sua força de trabalho. Essas questões nortearam a formação de organismos de trabalhadores do campo. Desse modo, as décadas de 1960 e 1970 se configuraram como o auge da organização sindical dos trabalhadores rurais do Nordeste.

É certo que a Igreja Católica, por muito tempo, esteve aliada aos interesses dos proprietários de terras, no entanto, a exploração e a negligência com o homem e a mulher do campo aliados aos períodos de estiagem, que desencadearam a fome no sertão nordestino das décadas de 1940 e 1950, possibilitaram maior atenção com aquilo que a instituição milenar afirmava ser contra: a injustiça social. Na premissa de que era necessário agir, a Igreja tomou partido em relação aos mais desfavorecidos e se utilizou do momento para agarrar seus fiéis.

1. Mãe e mestra de todos os povos, a Igreja Universal foi fundada por Jesus Cristo, a fim de que todos, vindo no seu seio e no seu amor, através dos séculos, encontrem plenitude de vida mais elevada e penhor seguro de salvação. A esta Igreja, "coluna e fundamento da verdade" (cf. 1 Tm. 3, 15), o seu Fundador santíssimo confiou uma dupla missão: de gerar filhos, e de os educar e dirigir, orientando, com solicitude materna, a vida dos indivíduos e dos povos, cuja alta dignidade ela sempre desveladamente respeitou e defendeu³⁹.

É assim a abertura da Encíclica Papal *Mater et Magistra* (Igreja Católica, 1961) escrita pelo Papa João XXIII e direcionada a bispos e arcebispos. Ela abriu os fundamentos essenciais da Igreja com a roupagem da Doutrina Social, que foram direcionados à “questão social” e, por isso, é um dos principais documentos proferidos pelo clérigo que ficou apenas cinco anos no cargo. Na encíclica, seus fragmentos deixam claro que o empregado tem tantos direitos quanto o patrão, e que a relação entre ambos não pode e nem deve ser abusiva. Esta relação, portanto, deve ser mediada pela Igreja que rege os princípios morais e atenuantes da população empobrecida e explorada. O principal fator que contribuiu - e que já foi mencionado - foi o

³⁹ ROMA: São Pedro, 1961. – João XXIII. Carta Encíclica *Mater et Magistra* (de sua santidade). 15 de maio de 1961.

medo da superação cristã, que evidencia a modernidade como detentora da razão e da iluminação intelectual baseada nos princípios burgueses iluministas. Mas, como o eixo do mundo ocidental do século XX foi marcado pela Guerra Fria, logo, a posição da Igreja Católica se alinhou aos que lhe dedicaram espaço político e trouxeram segurança na fundamentação ideológica. Este não era o caso do comunismo, até porque, no contexto do qual estamos tratando, comunismo era sinônimo de ateísmo.

A conciliação com os fiéis era também um ponto de partida para a luta anticomunista, travada no mundo capitalista na efervescente guerra ideológica. Ela era necessária na América Latina, no Brasil, no nordeste e no interior. Assim, afunilando para os espaços mais concentrados de classe trabalhadora nos países emergentes e dependentes. No caso do Seridó Potiguar, interior norte-rio-grandense, essa “luta” começou cedo, pois, até a década de 1970, a população era majoritariamente rural, composta por trabalhadores do campo sem acordos empregatícios e muito pouco atingidos pelas Leis Trabalhistas, que se limitavam aos trabalhadores urbanos, os “operários da rua”. Estima-se que, na década de 1970, segundo a evolução demográfica da região, havia uma população de 147.573, dos quais 72.330 habitantes estavam localizados na zona urbana e 75.243 habitantes estavam na zona rural. Na década seguinte, isso mudou pela primeira vez, alcançando uma população total de 165.155, em que 100.485 era composta por pessoas da cidade e 64.670 da zona rural⁴⁰.

A extensão do âmbito das ações dos aparatos corporativos ao campo, pela via da sindicalização do proletariado rural e da sua escolarização nos moldes da cultura urbana é destinada à desarticulação da vertente dos dominados cidade-campo. [...] por ter que vencer às resistências das oligarquias rurais regional mais atrasadas, avança a sindicalização do proletário rural. Contudo, ao não abranger o camponês, a fração rural que luta pela terra e não pela extensão dos direitos trabalhista da cidade ao campo que é própria das reivindicações do proletariado rural impede que aquele com este se organize. O camponês é levado a forjar suas próprias formas de organização nas Ligas Camponesas. Separam-se a ação organizada do proletariado rural e urbano e a dos camponeses (Moreira, 1985, p. 137-138).

Em todos os espaços alcançados de trabalhadores se conheceu ou se ouviu falar nas Ligas Camponesas. O nordeste brasileiro foi o mais impactado pela implementação da associação das Ligas. A adesão dos trabalhadores do campo em prol da luta pela dignidade e condições mínimas de vida foi alcançada devido ao alto índice desses trabalhadores em condições precárias de trabalho. Viviam em terras que, na maioria das vezes, eram cedidas por

⁴⁰ IBGE. Censos Demográficos de 1940/50/70/80/91. Rio de Janeiro: IBGE, 1952/56/73/82/94. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1961. IBGE. Dados Preliminares do Censo 2000. Rio de Janeiro: IBGE: 2001.

latifundiários para a produção agrícola. Os posseiros, meeiros, assalariados e pequenos proprietários correspondiam às camadas de trabalhadores do campo.

Estudiosos sobre as Ligas Camponesas no nordeste brasileiro, como Andrade (1989), Araújo (2010), Cavalcanti (2009) e Silva (1994) afirmam que o Partido Comunista Brasileiro foi o primeiro partido a se preocupar em organizar o movimento camponês e levar a causa à Legislação, no início dos anos 1940⁴¹. Anos mais tarde, em 1945, surgiram as Ligas Camponesas, no mesmo ano em que ocorreu o fim da ditadura varguista. O período foi marcado pela formação de organizações de trabalhadores rurais que não tinham vinculação com o Estado, como acontecera com o reconhecimento oficial dos sindicatos. Dentre esses grupos, tinha-se a presença da liderança do advogado Francisco Julião no interior da Paraíba, conhecido como o defensor dos “sem-terra”.

O cenário ideal para a expansão das Ligas foi nas décadas de 1950 e 1960, quando o país atravessava uma crise política e, com isso, o aumento das tensões sociais. Setores conservadores, como as Forças Armadas, os partidos defensores dos latifúndios e a Igreja Católica se mobilizaram para desmembrar a ação das Ligas e do PCB. A imprensa teve papel importante nesses esforços, como o jornal *A Ordem* que circulava no Rio Grande do Norte e que era fruto da Diocese de Natal. O periódico utilizava a linguagem coloquial com o intuito de alcançar o maior número de leitores possível (Aguiar, Furlin, 2018). Ao pesquisar na Hemeroteca Digital Brasileira, no site da Biblioteca Nacional do Brasil⁴², encontramos uma matéria do *A Ordem* que mostrava a insatisfação com as Ligas no estado da Paraíba, ao mesmo tempo em que via na sindicalização a solução para os problemas de classe.

⁴¹ O Partido Comunista era o único que possuía condições – legais – e disposição para organizar a classe em associações. Portanto, o faz numa espécie de sindicalismo horizontal, promovendo o trabalhador rural como sujeito da ação, o que vai na contramão do aparato corporativista, que, mais tarde, tomou corpo, a partir do final da década de 1970.

⁴² BNDigital Brasil. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 15 de abril de 2023.

Figura 14: Caminho certo.

CAMINHO CERTO

OS recentes acontecimentos do vizinho Estado da Paraíba, ligados ao problema da terra e aos desentendimentos entre patrões e operários rurais e também às atividades das chamadas "Ligas Camponesas", tudo isto vem mostrando como aqui no Rio Grande do Norte enveredamos pelo caminho certo, através da sindicalização rural.

SEGUNDO declarações publicadas no "Diário de Pernambuco", em sua edição de 17 do corrente, feitas pelos integrantes da Comissão Parlamentar que veio averiguar de perto a situação, no vizinho Estado existe de um lado atuação das Ligas, profundamente radicalizadas, e do outro lado também uma entidade de defesa da classe patronal, decidida a empregar a força pela defesa do que alegam ser o seu direito.

QUER dizer, aquilo que no âmbito da vida urbana já está superado, que é a luta física entre patrões e operários, com choques reiterados, de que até mortes resultam, vai se tornar, se os rumos não mudarem, uma coisa comum.

EVIDENTEMENTE, isto não é nenhum ideal, e nem pode ser permitido. Seria o regime do sistema já su-

VALE então recordar a velha lição do cristianismo, sempre nova, sempre atual. É preciso que patrões e trabalhadores rurais saibam que a luta de classes não tem forças para resolver o seu problema. É preciso que os patrões se convençam de que nos encontramos em outros tempos e que não é mais possível o cambão, nem ninguém mais deseja passar fome, ter os filhos sem educar, não possuir meios de tratamento médico, enfim levar uma vida abaixo da condição de criatura humana, sem desejar que se melhore a sua própria condição. É um direito legítimo dos trabalhadores rurais, esse de se debaterem, com decisão, firmemente, por um mínimo de direitos humanos elementares.

MAS, por outro lado, é preciso que os trabalhadores, de seu lado, se convençam de que a melhor maneira de lutar por seus direitos não está em queima de canaviais, em sabotagens, em lutas. Devem organizar, se associativamente. Devem preparar-se mais e mais pelos seus líderes, para lutarem legalmente pelos seus direitos. Pela conquista da aplicação de uma legislação social ao campo. Pela previdência social. Por outros benefícios.

Fonte: *A Ordem*, 1962.

Assim como as Ligas, Francisco Julião, como um dos expoentes do movimento, teve sua imagem ligada a ações subversivas em meio às lutas da classe trabalhadora do campo. Em outra edição de *A Ordem* (1962), ao pesquisar por "Ligas Camponesas", o nome dele aparece como um líder comunista no Brasil.

Figura 15: Planos Comunistas para o Brasil.

Planos Comunistas para o Brasil

RIO DE JANEIRO — Foi divulgado nos meios diplomáticos o documento secreto apresentado pela delegação do Uruguai na Conferência de Chanceleres, o qual explica a inesperada adesão daquele país ao bloco que votou a favor da expulsão de Cuba da OEA.

O documento revela que o plano de infiltração comunista na América Latina marca o Brasil como primeira etapa, sob a orientação de Francisco Julião. Estariam previstas grandes manifestações e agitações no Norte e Nordeste do Brasil, inclusive com a implantação de guerrilhas chefladas por técnicos vindos de Havana e por elementos das Ligas Camponesas treinados nos países comunistas. A agitação teria uma cobertura simpatia nos grandes Estados do sul, prevendo-e, em caso de êxito, a instalação de guerrilhas em outras regiões do país. A Guiana Inglesa seria o ponto de passagem para armas e pessoas.

Todos os chanceleres tomaram conhecimento do relatório do Uruguai, bem como dos documentos que o acompanhavam.

Fonte: *A Ordem*, 1962.

A oposição da Igreja Católica no Brasil ao comunismo não era uma novidade da segunda metade do século XX. Nas primeiras décadas da formação da República Brasileira, a aliança entre o clero e os proprietários de terra estava estabelecida conforme os interesses de ambos na influente política oligárquica. No entanto, a Igreja Católica compreendeu que muitos dos fiéis estavam ligados ao Partido Comunista na luta de classe, e que isso poderia gerar a perda de controle sobre os trabalhadores do campo, visto que o comunismo já era o maior inimigo do “bem”. O problema que havia sido previsto pela Igreja é que, até a década de 1940, os trabalhadores rurais eram quase que esquecidos sempre que se falava da condição de vida do trabalhador. Paiva (1985, p. 15) e Martins (1989, p. 71), respectivamente, contemplam a mudança de foco da Igreja, à medida em que se preservava a permanência dos privilégios da instituição:

A separação entre a Igreja e Estado em 1891 exigiu a sua articulação com as classes médias e com a burguesia emergente de base agrária ou não – como forma de solucionar os problemas ligados à sobrevivência financeira da instituição e seus funcionários. Sua ação pastoral concentrou-se, pois, sobre tais setores, desenvolvendo-se fundamentalmente através das paróquias e colégios.

O monopólio das almas e das consciências pelo catolicismo, no meio rural brasileiro, sempre dependeu da cooptação da igreja em relação à violência da dominação pessoal dos fazendeiros, às formas de subjugação da crença e da vontade dos trabalhadores e agregados por parte do proprietário e patrão. Uma espécie de catolicismo cativo, instrumentalizado pela autoridade e pelos interesses do grande proprietário de terras

Deste modo, fica evidente o início da disputa de poder e o controle do associativismo rural entre a Igreja Católica e o PCB. Aquela começou a se articular emanando seus objetivos e entendendo que, para desenvolver o catolicismo, precisava de uma população alfabetizada; como, até o momento, o homem do campo não era “alfabetizado”, sua ação doutrinária pertencia às classes médias urbanas letradas. Essa constatação operou uma mudança com a inserção das escolas radiofônicas e a educação popular, cujo contingente em processo de alfabetização foi ampliado para o campo. Só que não bastava educar, era necessário fragilizar politicamente o PCB para que, finalmente, as articulações trabalhistas passassem a ser responsabilidades não mais do partido, mas das ações da Igreja Católica. O Golpe civil-militar de 1964 veio a calhar neste momento de disputa de poder, quando consideramos o argumento de que um golpe comunista em curso no Brasil deveria ser freado.

Naquele momento, as Ligas eram sinônimo de comunismo, e este deveria ser combatido a todo custo pelas instituições influentes e pelo poder legal. Foi o que disse o Ministro da Marinha, Ângelo Nolasco de Almeida, na década de 1960, ao jornal *Diário da Borborema*:

O ministro da Marinha declarou que, “devemos olhar com bastante cuidado as Ligas Camponesas. Pela própria denominação as ligas são organizações positivamente tendenciosas para a implantação da programação comunista no país”. Disse: “as forças armadas têm aversão a doutrina marxista. E, nós, como chefes dessas forças, fazemos

todo o possível para evitar qualquer propaganda nesse sentido” (*Diário da Borborema*, 28 de maio de 1962).

Por parte da Igreja, sabia-se que havia a preocupação com a salvação da alma e ela explorou isso quando anunciou que as Ligas Camponesas eram comunistas e anticristãs, além disso, “o camponês que entrasse numa Liga, não podia entrar na Igreja” (Cruz, 1982, p. 43). A atitude de reaproximação da Igreja ao homem do campo possibilitou a adesão de práticas assistencialistas e, só a partir deste momento, entrou em conflito com os interesses dos latifundiários. Além disso, se comprometeu com a educação e a hegemonia da organização sindical dos trabalhadores rurais.

Cabia à instituição se impor entre a proposta contra oligárquica de reforma agrária ou assumir a posição excludente ligada ao antigo modelo de dominações locais. Mas, para assumir uma posição sólida e com força legítima, a Igreja optou por ter uma autonomia política. Neste cenário, a Igreja buscou resgatar o público perdido pelos movimentos de massa que, desamparados pelo Estado com a expulsão de suas terras, se afastaram da crença legitimada por ele.

A Igreja optou por outro caminho: buscou uma base própria de legitimidade [...]. essa fonte alternativa estava na massa de excluídos, posseiros, trabalhadores rurais, expulsos pela grande propriedade, migrantes, moradores pobres das periferias, quase sempre de origem rural. Massa que, ao se libertar dos currais políticos do grande proprietário, da dependência pessoal, das relações de favor, se libertou também do monopólio religioso católico, como mostra a disseminação de seitas religiosas não-católicas entre as vítimas dessas expulsões. (Martins, 1989, p. 73).

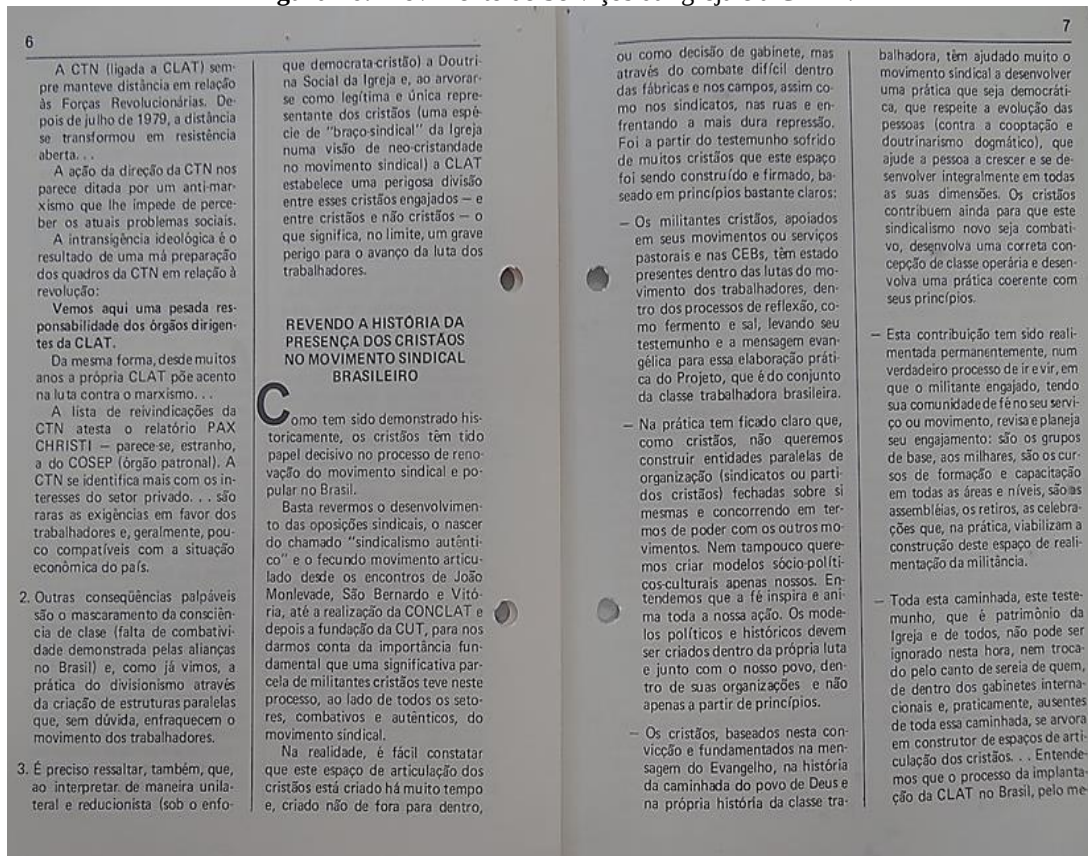
A sindicalização rural foi consolidada dentro dos anseios cristãos a partir da década de 1960, com o amparo do Ministério do Trabalho. De acordo com a Lei n. 4.214 (Brasil, 1963), os sindicatos poderiam representar os interesses da categoria, mas tinham os seguintes deveres:

a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais das classes que os integram, ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade exercida; b) celebrar convenções ou contratos coletivos de trabalho; c) eleger os representantes das classes que os integram na base territorial; d) colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com as classes representadas; e) impor contradições a todos aqueles que integrem as classes representadas.

Além dos deveres, em especial o item “d”, que obriga a organização a colaborar com os órgãos públicos, as organizações deveriam utilizar os modelos de Estatutos do Ministério que também atuavam na fiscalização das atividades. Tem-se a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), em 1964, órgão fundamentalmente responsável por representar os trabalhadores rurais no Estatuto do Trabalhador Rural. No livreto *Movimentos e Serviços da Igreja e a Central Latino-Americana dos Trabalhadores (CLAT)*,

cedido pelo Sistema MEB/Caicó, a CLAT demonstrou seus interesses ao deixar a classe organizada e estruturada, tendo total apoio da Igreja Católica e buscando articulações com outros grupos, ao passo que “a fé inspirava toda a ação” do movimento. Segue a declaração do movimento sindical organizado e pautado nos princípios acima:

Figura 16: Movimento de Serviços da Igreja e a CLAT.



Fonte: Fundo MEB/Caicó. Laboratório de Documentação Histórica. p. 7.

O trecho demonstra que o movimento sindical da Igreja aglutinou os camponeses nas ações pastorais e na luta pelos direitos da classe, ao passo que “os militantes cristãos, apoiados em seus movimentos ou serviços [...] têm estado presentes nas lutas dos movimentos dos trabalhadores [...]”. Exemplo desta ação são os programas do Sistema MEB/Caicó, que tratavam o camponês como “criatura fruto da ação divina passível de compaixão e cuidado e que seus direitos e deveres devem ser abraçados e resguardados na terra para que assim seja no céu”⁴³. Entende-se que a ação sindical mostrava-se afinada com o Evangelho e os seus princípios, à medida em que foi ganhando espaço político.

⁴³ SAÚDE POPULAR – A DOENÇA COMO RESULTADO DE UMA ESTRUTURA SOCIAL INJUSTA. Caminho de Libertação, Caicó: Rádio Rural, 15 de julho de 1987. Programa de rádio.

Durante o processo de reaproximação da Igreja, estar aliada às contestações do camponês era imprescindível, porque se o trabalhador urbano teve dificuldades na luta histórica pela conquista de direitos trabalhistas, o trabalhador rural protagonizou as mais intensas e dolorosas dificuldades para conseguir ter acesso a elas. A legislação trabalhista para o mundo rural brasileiro só alcançou esse espaço na segunda metade do século XX, porém, dentro dos limites impostos pelo Estado burguês, com a mobilidade limitada e dentro das atribuições exigidas. A primeira Lei regulamentadora que dispôs do Estatuto do Trabalhador Rural foi a Lei n. 214, de março de 1963 (Brasil, 1963). Esta mesma Lei foi substituída em junho de 1973 pela Lei n. 5.889 (Brasil, 1973).

Havia, ainda, o medo comunista vigente, sobretudo partindo dos camponeses que, outrora, estavam associados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) na luta organizada. Vale destacar que, embora o PCB tenha tido larga influência nas primeiras associações de trabalhadores rurais, as Ligas não tinham caráter revolucionário, nem tampouco comunista. “Apesar da radicalização das Ligas Camponesas, elas não conseguem estabelecer com clareza um projeto político, onde tivesse como objetivo a superação da sociedade” (Cruz, 1982, p. 36). Esta superação dizia respeito à corrida, legalista ou não, de um sistema econômico que tornasse o capitalismo e, por consequência, a exploração do trabalhador, obsoletos. Nesse sentido, fica evidente que o movimento camponês estava abraçado com as lutas recorrentes pelas demandas dos trabalhadores rurais por meio do viés reformista.

Mas, ainda que atuando pelos trâmites legais – por meio de um partido político – e como grupo organizado, havia o olhar preocupado de tudo que se aproximava da esfera política, pois o anticomunismo buscava uma política verticalizada de combate a todo movimento que tivesse participação popular, especialmente, se estivesse ligado e amparado pelo PCB. O que ia de encontro com os anseios dos trabalhadores rurais, pois, juntos e organizados, se sentiam encorajados a agir diante da exploração do homem e do trabalho. Estudiosos do campo do sindicalismo rural, como Cruz (1982), Azevedo (1982) e Novaes (1997) afirmam que a criação dos sindicatos serviu, principalmente, para acabar com a propagação da ideologia comunista no meio rural.

É importante destacar que o sindicalismo urbano já existia e atuava, desde as décadas de 1930 e 1940, como um sindicalismo pautado no Estado liberal, de modo verticalizado. Mas, o movimento sindical se reinventou com as demandas sociais emergentes encorajadas por Políticas Públicas, como no caso do surgimento da organização sindical dos trabalhadores rurais. Entretanto, essas reinvenções também foram sufocadas e sofreram alterações, como no caso da ditadura civil-militar brasileira, que forçou uma reestruturação no movimento sindical

tanto urbano, quanto rural. Isso viabilizou o aparecimento do “novo sindicalismo” no início dos anos 1970, que refletia os ideais liberais do Estado corporativista. A monocultura e a exploração do trabalho camponês no Brasil serviram ao Estado como abundante promessa de exportação e estocagem de produtos para consumo interno, criando alianças políticas entre as elites rurais e urbanas. Seguiu, portanto, a lógica da exploração dos trabalhadores locais pela elite local que, por sua vez, era explorada pela burguesia industrial dos países imperialistas.

A expressão “novo” do sindicalismo pós “milagre econômico” recorre a uma ruptura com o sindicalismo das décadas anteriores à ditadura militar que, devido ao Estado Novo, fazia parte de um sindicalismo de Estado e não correspondia às lutas autônomas dos trabalhadores (Antunes, 1995). Dentre as características que diferenciavam o “novo” sindicalismo do anterior, tinha-se a tentativa de conciliação de classes e o assistencialismo pautados no proselitismo católico. Além disso, o “novo” sindicalismo era um movimento urbano, pois:

a respeito da inflação de 73-74. Esta luta em 78, se transforma numa explosão de greves, que a partir do ABC Paulista, chega até a Capital, espalhando-se em seguida, por outras cidades dos estados de São Paulo, Rio e Minas Gerais. As greves de 78, em sua maioria, são, inicialmente, greves de metalúrgicos das grandes empresas; posteriormente, se alastram e atingem setores tradicionais como a construção civil envolvendo, inclusive, trabalhadores não sindicalizados: os funcionários públicos. (ZANETI, 1993, p. 12-13).

Nesse cenário de reaparecimento de novos movimentos, o camponês ainda contava com a CONTAG, ou seja, atuando dentro dos trâmites legais, pois o novo sindicalismo (urbano) emergiu por meio de greves, diferentemente do sindicalismo assistido pelas organizações eclesiais, que defendiam um movimento sem insurreições. Portanto, os pertencentes à ação pastoral foram os primeiros sindicatos a serem reconhecidos no nordeste brasileiro.

Foi por meio da Educação Popular, da educação de adultos e das Escolas Radiofônicas geridas pelas instituições cristãs – como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil –, que o trabalho sindical se consolidou no interior do Nordeste e teve adesão em massa. Em oposição às Ligas Camponesas e ao comunismo, a Igreja conseguiu a adesão dos trabalhadores por meio do amparo da fé. Nas palavras do Monsenhor Ausônio Tércio de Araújo (*apud* SILVA, 2007, p. 26):

Onde os sindicatos cristãos foram fortes, as Ligas Camponesas foram fracas, não tiveram tanta força, como é o caso do Rio Grande do Norte, porque entre um sindicato e uma Liga, só mesmo uma pessoa que estava com outro objetivo, mais político [...] permanecia nas Ligas. As Ligas não tinham estrutura para responder a uma organização mais centrada, mais sólida dos sindicatos.

Por intermédio da emissora Rádio Rural de Caicó foram contempladas atividades ligadas ao sindicalismo e amparadas pela Diocese de Caicó, como o Círculo Operário de Caicó.

Até fins dos anos 1980, por exemplo, nas chamadas “Missões paroquiais”, os agentes pastorais se reuniam em Assembleia para decidir como poderiam aliviar o trabalho de missões com as demandas camponesas. No periódico *A Folha*, que circulava em Caicó desde 1949 e era pertencente à Diocese de Caicó, as principais notícias a respeito das atividades sindicais regionais eram divulgadas semanalmente. Segue abaixo trecho da edição de número 5, do ano III:

Figura 17: Notícias rápidas e importantes – Atividades das Paróquias de Sant’Ana e São José.

NOTÍCIAS RÁPIDAS E IMPORTANTES

- Hoje a cidade de Serra Negra encerra sua festa ' ' anual em honra a N. Senhora do Ó. Estarão presentes, além do pároco o Côn. João Agripino, os padres Ausônio Tércio de Araújo e Antenor Salvino ' de Araújo, Vigário Geral e ex-pároco de Serra Negra respectivamente. O marcante da festa deste ' ' ano foi a entronização da nova imagem de N. Sã do Ó em lugar da roubada há vários anos.
- Amanhã, dia 08, dar-se-á o encerramento da festa ' do Coração de Jesus na cidade de Jardim do Seridó. A festa comemorava, além do Ano Internacional da Paz e Ano Nacional da Católica, o jubileu de Ouro Sacerdotal de D. Manuel Tavares, o terceiro ' bispo da diocese de Caicó. Às 10h haverá concelebração solene em ação de graças e às 16,30h, procissão solene em honra ao Sagrado Coração de Jesus.
- Na próxima terça-feira, dia 09, reunir-se-á na residência episcopal de Botfage o Clero Seridoense ' para mais um dia de estudo e oração. Os assuntos ' serão: Fraternidade presbiteral, Preparação para o Batismo, Equipes paroquiais de Liturgia. Todos os padres são esperados.
- Na segunda-feira passada estiveram representantes de várias entidades de ação social da diocese avaliando o trabalho realizado em favor da Constituinte que se aproxima. Apresentaram relatórios verbais MEB, Emissora Rural, Fundação Sant'Ana, Círculo Operário, Mulher Sertão, D.D.A.S. Coordenou ' o encontro o Pe. Ausônio Tércio de Araújo, presidente do D.D.A.S.
- No domingo passado, representaram o Círculo Operário de Caicó em importante assembleia circuliasta ' a respeito do destino da Federação dos Círculos ' Operários do Rio G.do Norte o Vice-presidente da associação Paulo Antonio de Oliveira e o ex-presidente Luis França de Oliveira.

OUÇA A EMISSORA RURAL DE CAICÓ - ZYJ - 595
BIBLIAS, Livros, Adoremus, Tercos, e Catecismos - Cúria Diocesana de Caicó
Rua Ovídio Lamartine, 603 — Fone: 421-2125

Fonte: Jornal *A Folha*. 1972.

Para além dos informativos, os próprios Cursos Radiofônicos, na sua pluralidade, discutiam questões de trabalho, da terra, de saúde e de moradia, tanto no esteio urbano quanto no rural. Dessa forma, era indispensável pensar em novas formas de articulação e de luta da classe trabalhadora como um todo, ainda que pautadas pelas diferentes dinâmicas da cidade e do campo. Eis que, nos cursos do Supletivo Dinâmico (1980), na mobilização da classe pelo MEB Local (Seridó Norte-rio-grandense), é demonstrado o caráter heterogêneo dos trabalhadores do campo: “o jangadeiro, o vaqueiro, o sertanejo, o barranqueiro e o vaporzeiro;

o aguadeiro (vendedor d'água); as rendeiras, o caiçara, o colhedor de coco, as fazedoras de rede [...]. Em que a indústria que se destaca é a alimentação”.

No que diz respeito à terra, a vinculação da consciência nas aulas radiofônicas partiu da garantia de terras para estes trabalhadores. Faz-se necessário analisar o panorama político e social que desencadeou a ampliação no desejo de aquisição e divisão dessas terras e, mais uma vez, se tem a mobilização das Escolas Radiofônicas e a Igreja Católica impulsionando a luta pela Reforma Agrária.

Na marcha da evolução do capitalismo, os proprietários rurais de grande peso econômico foram se moldando às demandas externas conforme o mercado mostrava seus interesses. Considerando a história do Brasil, a apropriação de terras e o trabalho escravo, para executar o trabalho de exploração foram consolidadas as medidas de separação entre o que é do dono e o que é limitado ao “trabalhador”, se a terra é daquele, portanto, ele possui todos os direitos sobre ela, ainda que ceda parte para moradia de quem a aplica sua mão de obra. Se há o dono da terra, há também o dono das pessoas que ali trabalham e que, por ocasião, não participavam das decisões nem das soluções para os problemas que lhes afligiam. Foi assim a relação de trabalho entre proprietário de terra agrícola e camponês durante muito tempo, cujo objetivo era a exploração comercial da terra em detrimento do trabalhador.

A inexperiência política dos trabalhadores rurais seguida do analfabetismo não lhes dava brecha para alcançar as relações democráticas que tanto almejavam. É nesse sentido que a Educação Popular buscou operar para a redistribuição de terras como direito historicamente obrigatório. No programa radiofônico “Caminho de Libertação”, que foi ao ar em 1983 pelo Sistema MEB Caicó⁴⁴, em um trecho em que o locutor retrata o modo de vida do trabalhador do campo, afirma que “se não há terra para todos, não há liberdade, e se não há liberdade, não há justiça”. Considera, assim, a mobilidade e a garantia de moradia digna como fundamento da liberdade.

2.2.1 O Seridó Potiguar nas demandas sócio-organizacionais

Os camponeses sentem necessidade de união.
Sentem que unidos podem agir.
Seu direito de união é lei.
Pedro e os companheiros querem fundar um sindicato.
Eles sentem os problemas de sua classe.
Sindicato é união.

⁴⁴ Caminho de libertação, Caicó: Rádio Rural, 30 de janeiro de 1987. Programa de rádio. Caixa 14.

Sindicato é força.
A união faz a força do sindicato⁴⁵.

Enquanto o enfraquecimento das Ligas fortalecia o crescimento dos sindicatos rurais cristãos, no Seridó norte riograndense elas nem chegaram a atuar efetivamente. Os padres locais estavam saindo das paróquias e indo ao encontro ao trabalhador rural para conceder a gerência única das organizações e associações do campo, à medida em que os laços foram se estreitando com a união da fé cristã mais as aspirações locais. “A Igreja agiu de forma astuciosa, pois estava no momento certo, na hora exata e bem estruturada, tentando resolver a situação do trabalhador de forma a evitar que ele buscasse em outros espaços apoio para sua luta” (Silva, 2006, p. 1). Para entender melhor a aglutinação católica no espaço seridoense, cabe desenhar o recorte socioeconômico das décadas de 1970 e 1980.

A região do Seridó era composta, até aquele momento, por 22 municípios. Para dar ênfase ao território, segue o quadro descritivo dos aspectos político-econômicos durante as décadas de 1970 e 1980:

Quadro 2 - Aspectos gerais do Seridó nas décadas de 1970 e 1980.

DÉCADA	1970	1980
Número de municípios	22	22
População urbana	72.730	100.485
População rural	75.243	64.670
Partidos políticos	ARENA, MDB	PDS
Atividades econômicas predominantes	Gado-algodão, mineração	Gado-algodão

Fonte: Dantas; Morais, 2001.

Os anos 1970 no Seridó potiguar foram responsáveis pela grande mudança demográfica da região com tendências para a urbanização. Neste contexto, houve “o novo papel atribuído às cidades enquanto centros de prestação de serviços, espaços de operacionalização das estratégias da elite regional na anunciação/execução de seus discursos e práticas ditos modernizadores” (Morais, 2020, p. 356). Essa mobilidade também foi causada pela baixa produção dos principais produtos agrícolas da região, como o algodão, que enfrentava longa estiagem no início da década. Na década seguinte, houve o declínio da mineração e as desarticulações das bases

⁴⁵ Cartilha *Viver é lutar* - A UNIÃO FAZ A FORÇA DO SINDICATO: 2º livro de leitura para adultos. Rio de Janeiro, outubro de 1963. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

produtivas impulsadas pela busca de emprego nas cidades. Neste mesmo período, o contingente populacional da zona urbana ultrapassou o rural de forma significativa, como mostra o Quadro 2.

No município de Currais Novos e adjacentes, a mineração se destacou como principal atividade urbana econômica até a década de 1970, o que possibilitou também a migração de camponeses para a zona urbana na busca de emprego. À época, a extração em larga escala do minério scheelita provocou, além dos deslocamentos populacionais, uma grande reorganização socioespacial da região do Seridó, transformando Currais Novos no segundo maior município do Seridó norte-rio-grandense. A exploração do minério ocorreu inicialmente nas minas Barra Verde e Brejuí, a partir do ano 1943. Segundo Alves (1997), o Rio Grande do Norte tinha 25 minas, e destas, 13 estavam localizadas na região do Seridó, nos municípios de Serra Negra do Norte, Jardim do Seridó, Caicó, Jucurutu e Currais Novos. Embora a fase de maior extração mineral tenha ocorrido entre os anos 1940 e 1970, a Mina Brejuí continuou suas atividades até o ano de 1996, quando se destacou a comercialização local da pedra. Neste contexto, o Rio Grande do Norte foi considerado o maior produtor do minério no Brasil, e o município de Currais Novos passou a ser chamado de “terra da scheelita” (Morais, 2020).

As décadas de 1960 e 1970 também foram marcadas pelo cultivo do algodão como a principal atividade econômica no Seridó ocidental: em Caicó e municípios circunvizinhos. Isso porque o algodão era um produto que se mantinha resistente nos períodos das secas e, assim, se adaptou ao clima semiárido da região. No entanto, em casos de estiagens mais agressivas no campo, a cotonicultura não resistia e, em decorrência disso, a população era forçada a migrar para as cidades. Esta atividade agrícola complementava outra atividade fundamental no campo, a criação de gado. As palhas espalhadas pelo algodão serviam de alimento para o gado, ao passo que a pecuária foi essencialmente utilizada para o alimento e o transporte na zona rural do Seridó.

Os longos períodos de estiagem no sertão do Seridó também possibilitaram a crescente adesão aos sindicatos dos trabalhadores por dois motivos: primeiro, a mobilização e organização da classe com o controle administrativo da Igreja Católica; segundo, porque havia condições precárias de trabalho no campo por conta das recorrentes secas e do descaso com o camponês, fruto da exploração da sua mão-de-obra. Esses fatores desencadearam recorrentes episódios de fome no sertão e impulsionaram a criação de associação dos trabalhadores.

Os campos de algodão serviam como produção massiva para os trabalhadores rurais em todo o período do inverno, mas as condições eram precárias, sobretudo pela intensa exploração exercida pelos proprietários de terra. Por causa disso e da intervenção da Igreja, foi criado, em

1963, o primeiro sindicato no Seridó com o nome Sindicato dos Produtores Autônomos de Caicó que, no ano de 1980, passou a ser chamado de Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caicó: “Com a luta iniciada na década de 1970 pela diretoria de então, através de uma Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 22 de outubro de 1972, mediante o processo n. 18.831/76 foi expedida uma nova Carta Sindical em que esta entidade adotaria o novo nome” (Silva, 2007, p. 72).

Nessa premissa, era importante que fosse trabalhado com os trabalhadores do campo e da cidade a consciência crítica do seu lugar no mundo, alegando que, com base nas suas mobilizações políticas, as injustiças sociais causadas pela má distribuição de renda deveriam ser extinguidas. Mas, assim como na Educação Popular, a formação das organizações sindicais promoveu conflitos entre os proprietários de terras e os trabalhadores, pois nem todos estavam de acordo com as associações dos trabalhadores e, muitas vezes, a Igreja exerceu o papel de pacificadora, como função determinante na Doutrina Social de mediadora das classes. Além disso, existiam os “inimigos internos” do sindicalismo no Seridó, também eram membros do clero. Nas palavras do Monsenhor Ausônio Tércio de Araújo: um era claramente contra por ser político e seu partido era muito conservador, e o outro por ser um grande proprietário de terra (Araújo *Apud* Silva, 2007, p. 38).

No entanto, dentre as características sociais, a região possuía uma população majoritariamente cristã católica. Na verdade, poucas eram as Igrejas Evangélicas e seus adeptos no interior do sertão potiguar. Conforme a atuação da Igreja Católica crescia no campo, - na cidade já tinha seu espaço consolidado - ela não se limitava a celebrar somente os rituais católicos, como as missas e os sacramentos, mas, também, instruía o homem do campo a se unir e a lutar por seus direitos. Tem-se, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em dezembro de 1959, a consolidação do trabalho sindical no campo.

Os bispos do nordeste continuavam dizendo que “nas atuais estruturas socioeconômicas que constituem nossa organização política e o sistema de nossa economia privada há tremendas injustiças”, injustiças essas pelas quais a Igreja não era responsável e com as quais não podia ser conivente. “A Igreja coloca-se do lado dos injustiçados, para cooperar com eles numa tarefa de recuperação e redenção” (Kadt, 2007, p. 99).

Segundo Kadt (2007), a criação da SUDENE foi consequência de um projeto nacional de apoio ao nordeste, encorajado pelos bispos do nordeste que desacreditaram da função do Estado de reparar as injustiças sociais e, por isso, almejavam um novo plano para a solução das contradições no nordeste do país.

Afunilando para o estado do Rio Grande do Norte, a primeira tentativa de trabalho sindical foi promovida pela Federação dos Trabalhadores da Indústria (FITIRN) na região do Oeste Potiguar, onde era extraído o sal. Na região, onde não havia o empenho das CLTs, os trabalhadores comprometidos com as reivindicações de reajuste salarial oportunizaram acentuadas greves organizadas pelas pequenas assembleias formadas no seio laboral. Décadas depois, a criação dos organismos sindicais no Rio Grande do Norte puderam emergir graças às experiências de Dom Eugênio Sales na organização dos trabalhadores rurais no período marcado pela massificação organizacional dos sindicatos, entre 1945-1964.

Na experiência do estado, o Serviço de Assistência Rural e o Movimento de Educação de Base impulsionaram mais ainda o trabalho sindical com a utilização das Escolas Radiofônicas. Elas serviriam para convocar os camponeses para reuniões estratégicas sobre os aspectos da vida rural. As Semanas Rurais que promoveram a I Semana Rural em 1951, em Natal, foram idealizadas pela Ação Católica juntamente do SAR e, na ocasião, abrangeram as três dioceses do estado: Natal, Mossoró e Caicó.

O Rio Grande do Norte se consolidou como palco das primeiras Escolas Radiofônicas, que faziam o papel de incentivar e dar avisos comunitários acerca das organizações sindicais. Tendo em vista o trabalho sucessivo, a CNBB recomendava que, trilhando os mesmos objetivos alcançados no Rio Grande do Norte – pioneiro na organização sindical cristã - e na região nordeste, fossem criados sindicatos nas outras regiões do Brasil, seguindo suas demandas específicas, de acordo com os estudos de área (Souza, 2021).

As Escolas Radiofônicas, conectadas à organização sindical rural do estado, proporcionaram trabalhos administrativos com a finalidade de organização da classe trabalhadora do campo. Portanto, havia nos sindicatos rurais três direções internas, conforme afirma Baltazar Macaíba de Souza no livro *Sindicalismo Rural no Rio Grande do Norte* (2021). São elas:

- 1) grupo ligado aos círculos operários – promoção humana. 2) o segundo, vinculado ao Secretariado Social da Diocese – a doutrina Social da Igreja. 3) o terceiro, liderado pelo MEB, baseando-se numa concepção mais revolucionária dos sindicatos, apoiada na doutrina social da Igreja (Souza, 2021, p. 89).

As responsabilidades delegadas a cada frente serviam para a manutenção dos sindicatos e foram reforçadas nas Escolas Radiofônicas, conforme a reorganização do número de dirigentes em cada grupo.

As Escolas Radiofônicas eram construídas e mantidas pelas dioceses locais, como é o caso da Emissora Rádio Rural de Caicó. Nesse período de efervescência sindical no estado, já

havia a de Natal, criada em 1909, a de Mossoró, criada em 1934, e a de Caicó, em 1940, e que, como mencionado, abrangia todo o Seridó.

Vale lembrar que o trabalho de conscientizar e politizar na atividade sindical por meio das Escolas e, posteriormente, Cursos Radiofônicos, não foi feito sozinho por esses bispos locais. Eles contavam com a ajuda de órgãos ligados às Dioceses, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Juventude Agrária Católica (JAC) e a Ação Católica Rural (ACR) (Silva, 2007). Também serviam como aliança ao trabalho sindical para combater o comunismo, levando à tona o crescente trabalho assistencialista ligado à fé e à libertação. A seguir, trecho fomentador da conscientização do educando no Relatório Informativo de número 29, em julho de 1970, Sistema MEB/Caicó, página 4:

PERGUNTA: O que é latifúndio? E como começou o latifúndio no Brasil?
Ouvinte com o curso primário completo – “latifúndio é uma grande extensão de terra de uma só pessoa. O latifúndio começou no Brasil quando D. João III resolveu repartir o Brasil em sistema de capitanias, doando-as aos fidalgos que para aqui se deslocavam na intenção de explorarem as riquezas aqui existentes”.

Na atividade compreende-se o que Paulo Freire chamou de “humanizar a realidade [do homem]” a partir do processo educativo em que “a partir da relação do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo, vai dominando a realidade. Vai humanizando-a” (Freire, 1965, p. 68). É o que se destaca em alguns dos programas radiados da Emissora Rural de Caicó na década 1980, como “Caminho de Libertação” (1986) e “Saúde Popular” (1985-1988), diferentemente do que se observa no programa “Aprenda Em Sua Casa” (1973-1982), que assumiu um caráter mais cursista e menos politizador. No próximo tópico, discutiremos o “Aprenda Em Sua Casa”.

2.3 O sertão educativo no Aprenda Em Sua Casa

Neste programa *Aprenda Em Sua Casa* você aprende, você discute, você aumenta seus conhecimentos. E quando isso acontece, não fica só com a gente. Nós transmitimos aos outros o que aprendemos. Ao nosso vizinho, ao nosso amigo, aos nossos colegas, tudo isso com uma boa conversa⁴⁶.

⁴⁶ Importância da saúde para nossa vida: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 22 de junho de 1976.

Com o empenho da Equipe Local, de alunos e monitores nas comunidades rurais foi estabelecido, no ano de 1972, que os programas diários do Sistema MEB/Caicó passariam a ser chamados de Sua Casa e Sua Escola. Mais tarde, no mesmo ano, ficou conhecido como “Aprenda Em Sua Casa”. O objetivo proposto era que a vida doméstica fosse o centro de discussões e aprendizados entre alunos e monitores que, guiados pelo programa, poderiam ampliar suas fontes de conhecimento coletivo.

Portanto, neste tópico, buscaremos fazer a análise documental de algumas das aulas radiadas do curso Educação Sanitária promovido pelo programa “Aprenda Em Sua casa”. Todas as quais tivemos acesso foram ao ar entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980 pelo Sistema MEB/Caicó. O programa desenvolveu cursos breves (Cursos Radiofônicos) divididos em 12 aulas que iam ao ar em dias da semana pré-estabelecidos. Faremos a análise de doze aulas que foram ministradas no curso.

Do “Aprenda Em Sua Casa”, tivemos acesso a outros cursos que serão abordados no capítulo seguinte. Três do curso Noções de Horticultura (1978), no ar às terças-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras: “Horticultor”⁴⁷; “Combate às pragas”⁴⁸ e “Noções de agricultura”⁴⁹; e três do curso Educação Para a Saúde (1982), no ar às terças e quartas: “Higiene corporal, ambiental, mental e do lar”⁵⁰; “Doenças que muitas vezes confundimos”⁵¹ e “Crendices”⁵². Vale salientar que, na pesquisa às fontes, não tivemos acesso a todas as aulas dos cursos mencionados e que muitos outros foram ministrados durante esse tempo, mas não há registro de quantos, nem quais eram na documentação presente no LABORDOC/UFRN. A seguir, o quadro com todos os programas do curso Educação Sanitária e do curso “Aprenda Em Sua Casa” aos quais tivemos acesso e suas especificações.

Quadro 3 – Cursos e especificações do programa “Aprenda Em Sua Casa”.

Curso	Assunto	Data
Educação Sanitária	Verminose	15/07/1976
Educação Sanitária	Queimaduras	27/07/1976

⁴⁷ Horticultor: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 15 de fevereiro de 1978.

⁴⁸ Combate às pragas: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 8 de março de 1978.

⁴⁹ Noções de agricultura: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 15 de dezembro de 1978.

⁵⁰ Higiene corporal, ambiental, mental e do lar: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 29 de abril de 1982.

⁵¹ Doenças que muitas vezes confundimos: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 11 de maio de 1982.

⁵² Crendices: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 18 de maio de 1982.

Educação Sanitária	Importância da saúde para nossa vida	22/06/1976
Educação Sanitária	Doenças transmissíveis	28/06/1976
Educação Sanitária	Causa e consequências das doenças	24/06/1976
Educação Sanitária	Higiene do corpo e da alimentação	06/07/1976
Educação Sanitária	Higiene da água e do leite	13/07/1976
Educação Sanitária	Doenças provocadas pelo leite mal cuidado	20/07/1976
Educação Sanitária	Higiene e vacina	30/09/1976
Educação Sanitária	Bronquite	29/07/1976
Educação Sanitária	Medidas que devemos tomar para combater as doenças (vacinação)	10/07/1976

Fonte: Elaborado pela autora a partir da documentação do Sistema MEB/Caicó presente no Laboratório de Documentação Histórica da UFRN – Campus Caicó.

Os cursos promovidos pelo “Aprenda Em Sua Casa” eram destinados aos alunos e monitores do Supletivo Dinâmico, assim como, “para aqueles que desejam aperfeiçoar e aumentar seus conhecimentos através da boa comunicação”⁵³. Dadas as datas das aulas, percebemos que o curso durou em média dois meses, com aulas alocadas entre junho e julho daquele ano. Os dias em que o Educação Sanitária ia ao ar eram terças-feiras e quartas-feiras, conforme o programa “Causas e consequências das doenças”⁵⁴, e no horário das 18h30 às 19h, conforme foi dito pelo locutor no programa “Higiene e vacina”⁵⁵. O objetivo do curso era dar recomendações básicas sobre higiene e saúde usando linguagem simples e acessível, e promovendo a consciência, como enunciado ao final da aula do curso: “nunca é tarde para

⁵³ Higiene e Vacina: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 30 de setembro de 1976.

⁵⁴ Causa e consequência das doenças: Higiene e Vacina: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 24 de junho de 1976.

⁵⁵ Higiene e Vacina: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 30 de setembro de 1976.

aprender aquilo que vai nos ajudar a viver melhor. É melhor prevenir do que remediar. Aprender e usar, isso é o mais importante. O nosso problema não é só combater, mas é evitar”⁵⁶.

A partir dos documentos obtidos, temos seis programas que fizeram menção a doenças, conforme o disposto no quadro 3. No primeiro, seguindo a ordem cronológica, “Causa e Consequências das Doenças”, o locutor começa tratando de aspectos locais como problemática da causa de muitas das doenças que apareciam nos sertanejos, por exemplo, o descuido com a alimentação:

Nós que conhecemos a realidade na qual vivemos, sabemos que as doenças são mais ou menos comuns nas comunidades, sabemos também que grande parte das doenças são provocadas pela alimentação fraca e também pela falta de higiene. Uma alimentação fraca e sem higiene arrasa completamente a pessoa (APRENDA EM SUA CASA/MEB, 24 de junho de 1976).

A má alimentação foi citada para abrir a discussão sobre a desnutrição. As menções acerca da desnutrição foram feitas em aproximadamente três programas neste mesmo ano e, em todos eles, foi apontada a fome como a grande causadora da desnutrição. No entanto, observa-se que não foram abordados os aspectos sociais e econômicos que propiciavam a insegurança alimentar⁵⁷. Diferentemente do “Aprenda Em Sua casa”, os programas da década de 1980, como o “Saúde Popular”, propiciavam essa discussão, ainda que de forma conjecturada. Abordaremos o programa “Saúde Popular” no próximo capítulo.

Ainda se tratando da discussão acerca da desnutrição no “Causa e Consequência das Doenças”, percebe-se que as soluções também foram dadas de forma prática, causando dificuldade em compreender o fator causador, uma vez que a fome não é uma escolha, e sim, uma condição imposta. Vejamos a fala do locutor:

Se o organismo não funciona bem, como pode resistir as doenças? Para o nosso organismo funcionar bem, e ajudar o nosso desenvolvimento normal, o que será necessário? Para que o nosso organismo possa funcionar bem e ajudar o nosso desenvolvimento é necessário que ele receba uma alimentação que forneça tudo que ele precisa. (APRENDA EM SUA CASA/MEB, 24 de junho de 1976).

À medida que a solução era enunciada, a locução deixava margem para interpretar que a responsabilidade da prevenção cabia inteiramente ao educando. No mesmo programa, foi abordada a questão da mortalidade infantil. De início, o locutor dizia: “será que todas as crianças morrem porque Deus quer? Nós somos feitos à imagem e semelhança de Deus. Então, Deus

⁵⁶ Higiene e Vacina: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 30 de setembro de 1976.

⁵⁷ Os dados sobre a insegurança alimentar no Brasil e microrregiões no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) só começaram a ser coletados a partir de 2004.

não quer ver a sua imagem desfigurada, maltratada. Não é ele quem mata as crianças. O que mata é justamente a doença, a desnutrição, a falta de higiene”⁵⁸.

Observe que, no take seguinte do programa, ele continua com: “a responsabilidade não é apenas de ter filhos, mas a de ter um número de filhos que possa criar, alimentar bem, com condições de saúde e educação”, seguindo com informações acerca dos micróbios. Ao fim do programa é dito que “a falta de esclarecimento é o que leva muita gente a deixar de usar as medidas básicas de prevenção das doenças”. Nesse sentido, podemos apreender o seguinte: as informações se mostravam ser novas aos educandos que, por falta de acesso à educação básica, não tinham contato com temas, como os causadores de proliferação das doenças que os afligiam; e que a variedade de temas coincidiu com novas práticas de cuidado para a manutenção da saúde baseadas, por exemplo, na higiene. Tem-se como exemplos os programas “Higiene do Corpo e da Alimentação”⁵⁹, “Higiene da Água e do Leite”⁶⁰, “Higiene e Vacina”⁶¹ e “Medidas que Devemos Tomar para Combater as Doenças (vacinação)”⁶².

Para além desses, o programa “Doenças Transmissíveis”⁶³ concebeu a discussão sobre os problemas causadores das doenças transmissíveis. O locutor afirmou que, nesse caso, não era a falta de higiene que propagava as doenças, embora o ouvinte/educando precisasse estar atento ao cuidado com a sua higiene também. Pois, para impedir proliferação de micróbios e parasitas: “Os micróbios ficam espalhados por toda parte as pessoas podem espalhar esses micróbios se estiverem doentes. Basta não ter higiene, cuspir no chão, tossir perto da gente”. Vale ressaltar que o tema “doenças transmissíveis” era novo para os ouvintes da Emissora Rural de Caicó, que, possivelmente, só o ouviam quando eram noticiado casos de doenças virais em outros países. A exemplo temos o jornal *Diário de Natal* que, na década de 1970, era um dos poucos conhecidos no RN, no qual as primeiras ocorrências mostravam as doenças virais como sendo algo distante da realidade do sertanejo, ou seja, como coisa que parecia acontecer somente em outros lugares. Segue exemplo a seguir:

⁵⁸ Causa e consequência das doenças: Higiene e Vacina: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 24 de junho de 1976.

⁵⁹ Higiene do corpo e da alimentação: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 6 de julho de 1976.

⁶⁰ Higiene da água e do leite: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 13 de julho de 1976.

⁶¹ Higiene e Vacina: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 30 de setembro de 1976.

⁶² Medidas que devemos tomar para combater as doenças (vacinação) Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 10 de julho de 1976.

⁶³ Doenças Transmissíveis: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 28 de junho de 1976.

Figura 18: Notícia sobre vírus nigeriano.



Fonte: Jornal *Diário de Natal*, 17 de fevereiro de 1970.

Assim como no *Diário de Natal*, o curso ministrado pelo Supletivo Dinâmico tratava das doenças transmissíveis de modo informativo, pois, como o Estado burguês era maior que a Igreja, era temeroso ultrapassar os limites impostos pela ditadura, como afirmou Kadt em *Católicos Radicais no Brasil* (2013). Assim, a conscientização sobre saúde e doença na Educação Popular não se materializou nas aulas/cursos da década de 1970.

Cabe ainda citar os programas “Higiene da água e do leite” e “Doenças provocadas pelo leite mal-cuidado”, que foram transmitidos em um espaço temporal de uma semana de diferença, respectivamente, entre 13 de julho e 20 de julho de 1976. Em ambos, a palavra higiene apareceu para se referir aos cuidados com o que consumimos na prevenção de doenças. E, assim como em as “Doenças transmissíveis”, higiene não era tão comum quando se tratava, por exemplo, de práticas regulares de limpeza profunda ou usar água filtrada ou fervida, em um contexto em que, geralmente, a água era consumida do açude mais próximo das comunidades. Portanto, “os meios de evitar” doenças seriam o uso da higiene.

Devemos ter muito cuidado com a vasilha que apanhamos a água [...], nunca devemos carregar água com a mesma lata que apanhamos lixo, ou que botamos comer para os porcos. A lata de carregar água precisa ser fervida ou filtrada, a água deve ser coada, mas num pano limpo, só para esse fim. Os potes e filtros nem se fala. Precisam ser lavados, de 3 em 3 dias, além de lavados, os potes precisam ser cobertos para evitar poeiras e insetos. Os copos também precisam ser cobertos e lavados todos os dias. Esses cuidados com a água são importantes e necessários, porque a água é um alimento muito importante para o nosso corpo, sem a água ninguém pode viver. Grande parte dos casos de desintéria e verminoses que nos atacam dia a dia, são provenientes das águas, principalmente das águas maltratadas. (APRENDA EM SUA CASA/MEB, 13 de julho de 1976).

Os recipientes de armazenamento da água, como os potes, eram usados exclusivamente para conservar a temperatura da água, principalmente nos sítios onde não havia eletricidade e a população do campo se utilizava de métodos variados de conservação e manutenção do alimento e da bebida. O barro, material usado para a fabricação do pote, era composto por pequenos ‘furinhos’ que facilitavam a entrada de ar e se tornavam essenciais para a manutenção da água “fria”. No entanto, era um objeto que proliferava os “micróbios” e as “verminoses”, facilmente ficava sujo, inclusive por conta da poeira vinda de fora das casas, já que, na zona rural, não existia calçamento.

Sobre o leite, no mesmo programa, o locutor revelou que ainda era comum se tomar o leite cru e que essa atitude desencadeava doenças como a brucelose, disenteria e aftosa. A melhor maneira de prevenir era ferver o leite regularmente e tomá-lo apenas dessa forma. “O leite que dá saúde é o leite cozinhado, assim teremos certeza que os micróbios estão mortos”⁶⁴. Ao final da aula sobre as doenças provocadas pelo leite malcuidado, o locutor deixou mais uma informação a todos os ouvintes, a de que a vacinação é sempre importante, pois torna a pessoa livre das doenças. Neste mesmo empenho, se tinha dois outros programas: “Medidas que devemos usar para combater as doenças (vacinação)”⁶⁵ e “Higiene e vacina”⁶⁶.

Nos dois programas, foram mencionadas as doenças que necessitavam de vacina, como: paralisia infantil, coqueluche, varíola e tétano. Sempre utilizando uma linguagem acessível e de fácil entendimento. Outro ponto a ser observado é que, a partir do que foi dito na abertura do primeiro programa, conseguimos observar que o conceito de saúde não era o mesmo, conforme as aulas do curso eram ministradas. No programa “Doenças transmissíveis” se apreende a saúde enquanto falta de doença, já em “Medidas que devemos usar para combater as doenças (vacinação)”, a saúde foi mostrada como sinônimo do funcionamento regular das funções orgânicas. No livro *Educação e Saúde* (2007), em que Stotz, David e Goldstein abordam a Educação Popular em Saúde, os autores atestam que a conceituação de saúde pode ser apreendida de, pelo menos, dois modos distintos, o primeiro é:

Tem saúde quem não tem doença. Ou seja, a saúde é a ausência de doença. Doença é algo relacionado à dor, ao sofrimento, à incapacidade para trabalhar, à morte. Esta é uma concepção cuja base é a biologia humana, o entendimento do corpo físico como o elemento central nos processos de saúde doença. E já que é o corpo com seus sistemas de funcionamento que ‘fica doente’, a abordagem dos problemas acaba privilegiando o indivíduo. Nesta concepção é a própria pessoa, individualmente, quem deve se cuidar, ou, no caso da criança, a mãe ou pai.

⁶⁴ Higiene da água e do leite: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 13 de julho de 1976.

⁶⁵ Medidas que devemos tomar para combater as doenças (vacinação): Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 10 de julho de 1976.

⁶⁶ Higiene e vacina: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 30 de setembro de 1976.

Observe que os autores se referem à prática de cuidado em saúde em que a responsabilidade foi transferida para o doente, tanto na prevenção, quanto no cuidado. A informação parece ser essencial, no entanto, essa responsabilização acabou se transformando na “culpa” do sujeito por qualquer abordagem diante da doença. O que difere de uma prática de cuidado com a saúde no âmbito social, pois esta abrange a prática coletiva para que as experiências sejam assimiladas e trocadas entre os sujeitos. No segundo modo de se entender a saúde, essa noção fica ainda mais ampla:

Em outra perspectiva, saúde não é só não estar doente: é consequência das condições de vida, incluindo alimentação, moradia, salário, participação nas decisões, educação, paz, justiça social. Cada vez mais, esta ideia ganha força no mundo, e os países reconhecem que não basta ter muitos hospitais e remédios se a qualidade da vida das pessoas não é boa. Será suficiente não padecer de nenhuma doença, se onde a pessoa mora não tem como sair à noite? Se no trabalho ela não tem nenhuma chance de crescer, e se sente humilhada? Se ela é obrigada a conviver diariamente com o sofrimento e o mal-estar de situações opressivas para as quais não percebe saídas individuais? Ter saúde é ter cada vez mais uma vida boa, plena (Stotz, David e Goldstein, 2007, p. 39).

A abordagem do cuidado em saúde na Educação Popular da década de 1980 compreendia uma experiência inédita em cuidado com a saúde, ou seja, voltava-se para a condição de vida e de trabalho do homem e da mulher da cidade e do campo. Na década de 1970, a perspectiva social ainda estava abafada e, com o passar dos anos, temas como a vacinação permaneciam voltados para o mesmo público, mas a abordagem havia mudado devido à fragilidade da ditadura militar e a consequente revogação do Ato Institucional de n. 5, que declarava a censura prévia dos meios de comunicação e da imprensa.

Compreendendo que a linguagem utilizada no curso refletia, além da busca pela proximidade com o ouvinte/educando, o panorama político vivido na época, o “Aprenda Em Sua Casa” se mostrou ser um programa radiado de bastante adesão. E o curso Educação Sanitária estava comprometido com o esclarecimento de forma prática, à medida em que ia acrescentando informações que complementassem as dos programas/aulas anteriores. Ao final da última fase do curso, o MEB/Caicó concedeu uma entrevista para o jornal *MEB Hoje* informando que nos dias 17 e 18 de agosto de 1976 foi finalizado, finalmente, o Educação Sanitária. Nas palavras do Sistema/Caicó (1976): “o curso foi bem acompanhado pelos cursistas que acompanharam desde a primeira até a terceira etapa do curso”. As aulas semanais correspondiam à primeira fase e as duas outras, das quais não tivemos acesso às fontes⁶⁷, diziam respeito às atividades/exercícios sobre o tema estudado.

⁶⁷ A falta de acesso se deu devido à perda de parte da documentação nas décadas em que estavam guardadas sob a custódia da Diocese de Sant’Ana em Caicó/RN. Em razão disso, muitos documentos estão fragmentados e outros foram danificados.

No próximo capítulo, estudaremos a Educação Popular em Saúde promovida pelo MEB Nacional e o Sistema MEB/Caicó na década de 1980, tornando a perspectiva social como intrínseca ao papel educativo e valorizando o enraizamento do sujeito impactado por ela. Sabe-se que, mesmo com a revogação do AI-5, ainda não era possível identificar a conscientização, tal qual proposta por Paulo Freire, no início dos anos 1960. Fatores que contribuíram para isso foram a permanência de ações arbitrárias por parte do governo e a atuação católica, como única provedora da organização sindical e educação popular. Estes estariam correlacionados à proposta de um novo modo de lidar com a saúde no Brasil, pois a década de 1980 simboliza a Reforma Sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), assim como uma soltura definitiva das correntes da ditadura.

CAPÍTULO 3. “O QUE É FOME PRA VOCÊ?”⁶⁸: EDUCAÇÃO DIALÓGICA CONSCIENTIZAÇÃO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO SANITÁRIA

*Pedro tomou consciência.
Tomou consciência dos problemas do povo.
Pedro procurou Xavier, seu vizinho.
Procurou Xavier e falou
- “A vida da gente precisa mudar, Xavier”.
- “Mudar de que jeito, homem?” Disse Xavier.
- “Sei não, Xavier, o que sei é que precisa mudar”
Quem pode mudar a vida do povo?”⁶⁹*

Este capítulo não se inicia com uma citação da cartilha *Viver é Lutar* à toa. Nele abordaremos a prática da conscientização em saúde por meio das aulas radiofônicas pela Emissora Rural, na década de 1980. O principal foco se processava na ligação dos laços entre os próprios ouvintes à medida em que fossem compartilhando experiências semelhantes. Para isso, abordaremos os conceitos de Conscientização e Consciência Sanitária, utilizados nos programas radiofônicos e como essência do processo educativo. Utilizaremos, também, o programa radiofônico “Caminho de Libertação”, que promovia o “Saúde Popular” na construção da coletivização educativa para a saúde, além dos jornais do Movimento de Educação de Base – *Jornal dos Jornais*, a *Gazeta Jucurutuense* e *O Binóculo*.

Aqui, trataremos também da Educação Popular em saúde com base no panorama político brasileiro. As décadas de 1970 e 1980 foram dominadas pela ditadura civil-militar no âmbito nacional, o que impactou diretamente vários setores da sociedade, inclusive a educação não-formal (a formal também). É nesse sentido que, diante das mudanças sofridas na esfera pública, como o fortalecimento, mas, também, o enfraquecimento da ditadura, tivemos mudanças significativas no que diz respeito ao fomento da educação. O programa “Aprenda Em Sua Casa”, por exemplo, atuou no auge da ditadura e, embora não tenha sido radiado durante a fase mais “dura”, entende-se que todo o período foi marcado por repressão e censura. Este programa sofre essas alterações à medida que a conscientização não poderia agir abertamente, segundo o proposto por Paulo Freire, e passa a agir segundo as medidas corporativistas/informativas limitadas para a Educação Popular naquele período.

⁶⁸ Título alusivo ao programa “Discussões sobre causadores da fome no Brasil”, do Saúde Popular, 1987.

⁶⁹ Cartilha *Viver é Lutar*: 2º livro de leitura para adultos. *Quem pode mudar a vida do povo?* Rio de Janeiro, outubro de 1963. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Com a reabertura política, no final da década de 1970, identificamos o sobressalto nos anseios contra hegemônicos, nos quais se inseriu também a educação, o que se mostrou uma ruptura com as concepções de saúde pública no início da mesma década. As políticas de arrocho salarial e de concentração de renda do regime político ditatorial provocou um sufocamento de produção e o consequente desfalque da saúde da classe trabalhadora. Isso implicou no que Stotz chamou de “problemas agudos de sobrevivência da classe trabalhadora” (2005, p 12) devido à grave crise sanitária provocada pelo “aumento da mortalidade infantil, dos índices de desnutrição, eclosão de epidemias como a meningite, ressurgimento ou aumento da incidência de certas doenças endêmicas como a tuberculose” (Luz, 1986, p. 148).

Embora o papel educativo tenha passado por tímidas reformulações, a Educação Popular “respirava por aparelhos” desde o Golpe de 1964, que varreu os programas dessa natureza e deixou apenas o MEB na sua aliança indissociável com a Igreja Católica. Referindo-se ao sentido mais amplo da consciência educativa tal qual proposta por Paulo Freire com o *40 Horas de Angicos*, foi na década de 1980 que pudemos observar as Escolas Radiofônicas da Rádio Rural de Caicó agindo com mais impulso sobre o Seridó potiguar. Desse modo, a educação dialógica da Emissora com o MEB propôs o diálogo entre os educandos/ouvintes a partir da educação para a saúde, materializada na práxis cotidiana.

3.1 Conscientização e Consciência Sanitária na pedagogização

A fim de conceituar a Consciência Sanitária no Brasil, presente nas discussões dos programas que serão analisados no próximo tópico, abordaremos a participação efetiva do italiano Giovanni Berlinguer (1924-2014) na construção de uma saúde coletiva. Berlinguer era médico, socialista, sanitarista e humanista e, para ele, havia grande preocupação com a saúde de qualidade que não chegava até certa parte da população italiana. Militou no Partido Comunista Italiano (PCI) e teve grande influência na política nacional do país, o que possibilitou que escrevesse inúmeros livros sobre saúde e política. Suas produções acadêmicas sempre estiveram ligadas à política, iniciando com estudos sobre as condições de saúde nas fábricas e as desigualdades sanitárias entre os bairros de Roma.

No Brasil, suas obras impulsionaram diretamente a construção de uma Reforma Sanitária, e Giovanni Berlinguer pôde participar ativamente da sua construção e do seu

desenvolvimento. Seus pressupostos eram de que a sociedade (italiana) só poderia alcançar um nível de igualdade quando a saúde fosse direito universal e público.

Desta feita, a definição de Consciência Sanitária se consolidou como a ação coletiva dos sujeitos para que a consciência da saúde fosse um direito de todos os indivíduos, a fim de possibilitar o despertar de uma consciência nos trabalhadores e no movimento sindical em relação aos problemas de saúde nas fábricas. Portanto, “trata-se de construir de forma consentânea com os princípios da Reforma Sanitária Brasileira o que, nesta tese, convencionamos chamar de consciência sanitária, tomada de consciência do direito da pessoa e interesse da sociedade” (Zagoury, 2003, p. 58).

Isto porque o objeto de estudo e trabalho de Berlinguer atentou para as condições de saúde nas fábricas na segunda metade do século XX, afirmando que naquele espaço tudo era mais agitado e violento, entendendo que, os maiores agentes nocivos dentro das fábricas eram o parcelamento do trabalho, a exploração e, acima de tudo, a busca pelo capital. Tudo isso adoecia os trabalhadores não só fisicamente, mas mentalmente, uma vez que havia a excessiva carga horária de trabalho e péssimas condições de trabalho e de vida. As doenças herdadas pelas más condições de trabalho intituladas de “doenças profissionais” eram doenças que tendiam a se tornar sociais também, pois havia, ainda, os fatores externos que, da mesma maneira e de forma simultânea, afetavam a saúde dos trabalhadores, como o trânsito, a poluição e a falta de acesso universal à educação. Com isso:

(...) o conceito de consciência sanitária se torna indelévelmente ligado ao processo da reforma como luta social que envolve a construção de sujeitos políticos e a transformação da falsa consciência sanitária na nova versão, científica e política do processo de produção e reprodução da saúde e doença. Mais ainda, implica o reconhecimento da heterogeneidade desse sujeito, mesmo que seja a classe trabalhadora e o movimento sindical, e das suas limitações ideológicas e políticas para construir alianças e definir táticas e estratégias que avancem na direção da emancipação dos trabalhadores (Fleury, 2015, p. 3557).

Ainda assim, muitas dificuldades surgiram na emancipação social em defesa da consciência sanitária no Brasil considerando que, diferente do exemplo italiano, os movimentos sindicais seguiram um caminho diferente do proposto. Transformando as condições de perigo em compensações, em que os trabalhadores no lugar de exigirem melhores condições de trabalho, recebiam, por falta de medidas preventivas, uma contrapartida em dinheiro.

A medida em que as relações de trabalho tornaram-se cada vez mais complexas devido a crescente importação do capital e modo de produção externo, no Brasil da década de 1940, apareceu timidamente o debate sobre Educação Popular (EP) em saúde para jovens e adultos. Isso ocorreu porque professores/educadores, estudantes universitários e políticos começaram a

questionar a finalidade da Educação básica brasileira que servia a uma educação bancária, reproduzindo as relações de poder vigente e com isso desumanizavam a própria educação. Esses grupos compreendiam que era necessária uma mudança urgente que viabilizasse a emancipação do homem e da mulher que faziam parte do processo educativo e lhes fornecessem autonomia e consciência sobre noções de higiene, cuidados paleativos, vacinação e direitos relacionados à saúde.

Desta forma, a Conscientização, como ferramenta imprescindível na Educação Popular, segundo Paulo Freire, significa entender que ela é um teste da realidade e que se caracteriza a partir do desvelamento dela. Ao propor uma educação dialógica, Freire entende que a função social do processo de conscientização sanitária, que deve ser exercida, é a do compromisso com o educando a todo momento. Nesse compromisso constata também foi englobado o saber popular, a cultura e o modo de vida, que são resultantes da classe pertencente. Além do mais, “quanto mais conscientização, mais se ‘desvela’ a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo” (Freire, 1980, p. 15).

Segundo Paiva, “Paulo Freire, juntamente com outros educadores, sugeriu: [...] a organização de cursos que correspondessem à realidade existencial dos alunos, o desenvolvimento de um trabalho educativo com o Homem e não para o Homem [...]” (PAIVA, 1987, p. 210). As indagações de Paulo Freire e dos pedagogos engajados na promoção de uma educação emancipadora, que contemplaram a saúde coletiva, proporcionaram mobilizações do poder público em favor da Educação Popular no país.

Na documentação sobre o MEB/Caicó, tivemos contato com alguns periódicos que, para além das aulas radiadas, promoviam o exercício de conscientização sanitária na população local. Um deles é o *Gazeta Jucurutuense* que, no ano de 1986, abriu um dos seus exemplares com uma matéria escrita por Luzanira de Bessa Medeiros, na época, estudante de enfermagem na UFRN. Sua matéria intitulada “Saúde: um direito do povo, um dever no estado” criticava o saber médico como único pertencente e responsável pelos saberes sobre os processos de cuidado com a saúde e a doença. Medeiros também propôs que esse saber fosse expandido, especialmente, para aqueles que pouco têm acesso a ele, pois as doenças estão mais próximas de quem tem fome. A seguir, a matéria completa com foto alusiva à miséria e à fome.

Figura 19: Saúde: Um direito do povo, um dever do estado.

SAÚDE: UM DIREITO DO POVO UM DEVER DO ESTADO



Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), saúde é um estado de bem estar físico e mental.

Reforçando este conceito a VIII Conferência Nacional de Saúde — Brasília, abril/86 afirma que a Saúde é resultante de um conjunto de fatores como: alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, bem acesso a serviços de saúde.

Com essa constatação, conclui-se que o desenvolvimento científico, o avanço tecnológico, a especialização e a sofisticação das ciências médicas, por si sós, são insuficientes para resolver o problema da doença brasileira, inclusive por ser tal progresso inacessível às classes populares, camada social que mais adocece devido as suas precárias condições de vida. A exemplo, podemos ver que, dos 130 milhões de brasileiros, 60% não têm as mínimas condições de arcar com os gastos de um tratamento médico comum.

É exatamente esta população que mais necessita, não apenas de tratamento médico, mas de alimentação saudável e suficiente, pois sua principal doença é a “fome”, que grassa impunemente consumindo vidas preciosas, ou alijando do futuro parte da população pelas sequelas deixadas por uma infância miserável.

É brutal e desumano saber que esta clientela é acometida por doenças inevitáveis a nível primário, tais como: doenças carenciais, parasitose, virose, doenças ocupacionais, dentre outras próprias da pobreza e da miséria, e, no entanto, fica à mercê dos monopólios estrangeiros das multinacionais da indústria de medicamentos e do descaso governamental no que diz respeito aos problemas sociais.

A Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO) considera que só a partir de um interrelacionamento das políticas de saúde com as políticas sociais, associadas ao lazer, meio ambiente, etc., se poderá estabelecer as reais condições de saúde da população, assim como dá continuidade a democratização brasileira. Com esta nova perspectiva a assistência à saúde emergirá enquanto direito do cidadão brasileiro, se constituindo em um dever do Estado.

Vale ressaltar que, no resgate desse nosso direito, devemos nos organizar em todos os níveis: municipal, estadual e federal, assim como nos sindicatos, igrejas, associações, etc. para fazer valer as nossas reivindicações e participarmos do processo de planejamento, execução, controle e avaliação dos serviços de saúde, bem como dos demais setores que interessem ao bem estar comunitário.

LUZANIRA DE BESSA MEDEIROS
É graduada em Enfermagem pela UFRN

Fonte: Jornal Gazeta Jucurutuense — julho/agosto de 1986.

O título de Medeiros refere-se às novas concepções de saúde discutidas no Brasil, no início da década de 1970, pois, conforme apontou Zagoury (2003), o país foi impactado devido às más condições de vida e higiene das populações de baixa renda, e que, se esses grupos populacionais não têm saúde, também não haveria disposição para trabalhar. Na falta desta disposição, portanto, existe um déficit de produção material, o que implicava diretamente nas engrenagens de manutenção do capital. Com base nisso, era importante questionar os antigos paradigmas que ditavam o alcance do cuidado com a saúde de modo biologista, cientificista e mercantilista⁷⁰. Anos mais tarde, esse objetivo proporcionou a criação da Lei Orgânica da Saúde (Brasil, Lei Federal n. 8.080/90) que, segundo Zagoury (2003, p. 56):

Em seus arts. 2º e 3º, define como papel do Estado a garantia da saúde como um direito fundamental do ser humano e que deve ser expressada pela formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos mediante o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

Os pressupostos da Educação Popular em saúde das décadas de 1970 e 1980 foram perpassados pelo método freiriano de apreensão da realidade do educando no processo educativo. Nesse processo de incrementação da consciência sanitária na educação não-formal, houve experiências em áreas de vulnerabilidade socioeconômica do país, como nas capitais – Zona Leste de São Paulo; Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense do estado do Rio de Janeiro; Bairro dos Coelhos, em Recife – e nas áreas rurais – Meio Grito, na região de Goiás Velho (Stotz *et al.* 2006, p. 46). Mais tarde, essas atividades influenciaram a construção da reforma Sanitária Brasileira.

Nas experiências citadas acima, houve a participação massiva de agentes e profissionais de saúde. Por causa da militância política destes profissionais, a década de 1970 ficou conhecida como o período de aparecimento do Movimento Popular em Saúde. O movimento surgiu em contestação e oposição às práticas diretivas da medicina “oficial”. Essas práticas consistiam na abordagem vertical da doença, colocando o médico num patamar acima do paciente, no qual aquele era considerado o detentor de todo o conhecimento.

O Movimento Popular em Saúde percorreu a década de 1980 com a ação coletiva mais fortalecida. Suas diretrizes apareceram na Constituição de 1988. No entanto esse percurso enfrentou o antagonismo do Movimento Médico de cunho sindical dos profissionais;

⁷⁰ Conforme afirma o autor: “Diante das desigualdades em saúde e injustiças sociais [...]. Um projeto de educação em saúde, no qual [...] seja centro de ações educativas, pode significar a oportunidade de desenvolvê-la como agente de multiplicação de saberes do setor de saúde e de transformação social pelo desenvolvimento de sua maior autonomia nessas questões” (Zagoury, 2003, p. 54).

Na década de 70 e início da de 80, o Movimento Médico liderou seu questionamento às políticas de saúde e à elaboração da proposta de reformulação do sistema, que culminou na Reforma Sanitária. A partir da primeira metade da década de 80 deslocou-se a discussão política da Reforma Sanitária para o Sistema Unificado Descentralizado de Saúde (Suds), observando-se um abandono dos princípios, questão principal da década anterior, por orientações mais pragmáticas na categoria a respeito dos problemas da implantação da política de saúde (Gerschman, 2004, p.71).

A principal reivindicação da classe médica era a de assegurar à profissão a autonomia de exercício para além dos parâmetros indicados na construção de uma Reforma Sanitária. Para Gerschman (2004), o Movimento Médico passou a ter a isonomia salarial como prioridade acima da proposta de uma Reforma Sanitária. Neste sentido, o sindicato dos médicos teve um papel essencialmente trabalhista, defendendo os interesses econômico-corporativos dos médicos, utilizando, como procedimento principal para o encaminhamento das reivindicações da classe, as greves no setor público da saúde (Gerschman, 2004, p. 72).

No entanto, a resistência de parcela da classe médica não desacreditou o projeto da Reforma. Ela se configurou como um espaço de discussão sobre os problemas de saúde pública no Brasil que atravessavam, sobretudo, a classe trabalhadora. É nesse sentido que as ações sociais em Educação Popular para a saúde, ensejadas por movimentos, como o Movimento Popular em Saúde, foram referência para a consolidação da Reforma Sanitária edificada na Constituição de 1988.

No momento dos debates sobre a Constituição Federal Brasileira de 1988, muito se falava sobre o novo documento que iria reger a sociedade no contexto de redemocratização e de nascimento da “Nova República” (1985). A promoção de saúde no novo documento apareceu como responsabilidade pública e de direito democrático a toda a população, sendo citada 94 vezes, a fim de alcançar “pela primeira vez na história do país, a construção de um saber contra hegemônico e de uma prática contra hegemônica em saúde” (Zagoury, 2003, p. 55).

Daí que, no programa radiofônico “Caminho de Libertação sobre Saúde Popular – A Constituinte e a Saúde”, o locutor iniciava o programa enunciando que “é na escola da vida, estudando as causas e as consequências dos problemas que a classe empobrecida enfrenta que a gente vai tomando consciência dos nossos direitos, principalmente o direito a saúde”⁷¹. As palavras do locutor nos mostram a compreensão de uma consciência que perpassa classe, em

⁷¹ SAÚDE POPULAR: A constituinte e a saúde. Caminho de Libertação, Caicó: Rádio Rural, 12 de junho de 1987.

que o aparato de saúde não é construído de forma deslocada da realidade objetiva. Vejamos a continuação do mesmo programa:

Mas quando podemos dizer que uma pessoa tem saúde? Será que a saúde é apenas não estar com dores no corpo? Ora companheiro, só podemos dizer que uma pessoa tem saúde, quando ela goza de bem-estar físico (corpo), social (ocupa seu espaço na sociedade e não é marginalizado; também quando a pessoa está bem psiquicamente, ou seja, não está com a cabeça perturbada [...]). Portanto, a pessoa que não tem seu salário justo, adoece de preocupação, a pessoa que não tem trabalho, adoece de desespero [...] (SAÚDE POPULAR/MEB, 12 de junho de 1987).

O principal meio de convergência com o processo de conscientização freiriana seria a possibilidade de fomentar o pensamento crítico. Um dos meios de atingi-lo era, a partir do desvelamento da realidade que foi velada pela classe dominante, o conhecimento sobre o real. Nas palavras de Freire (1980, p. 16) “eu não posso denunciar a estrutura desumanizante se não a penetro para conhecê-la”. Além disso, os questionamentos faziam parte dessa proposta de aguçamento do conhecimento crítico que era o que acontecia também ao final de cada estrofe da cartilha *Viver é Lutar*, da década de 1960, presente no início deste capítulo. Neste pressuposto, Freire (1965, p. 123) ainda afirma que “Não há nada que mais contradiga e comprometa a emersão popular do que uma educação que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação”.

A consciência sanitária, por meio da pedagogização do MEB, fez parte de uma reestruturação da educação não-formal a partir da década de 1970 no Brasil:

Em meados de 1970 até início da década de 1980 os profissionais de saúde começaram a adotar esses pressupostos. A ênfase do processo educativo estava no entendimento, pelos sujeitos populares, das razões da desigualdade social na saúde e da necessidade de conquistar o direito social à saúde” (Stotz *et al.*, 2007, p. 46).

Nesta premissa, a origem/casualidade da doença não seria a expressão máxima do cuidado com a saúde, mas, sim, o compartilhamento de espaços de expressões e de experiências com soluções coletivas e de consciência de seu lugar no mundo.

O que ocorre no início dos anos 1980 é mudança nos discursos oficiais sobre a proposta de educação em saúde, como possibilidade de mudança e contorno do modelo tradicional de educação sanitária. O Encontro de Experiências de Educação e Saúde promovido pelo Ministério da Saúde no ano de 1980 contemplou a reafirmação de que para amenizar as problemáticas de saúde coletiva no Brasil, era essencial deixar de lado “um modelo que se caracterizava pela mera transmissão de conhecimento relacionados com a saúde, para outra perspectiva, que passaria a ter a finalidade de desencadear mudanças, a partir desses conhecimentos transmitidos [...]” (RENOVATO, BAGNATO, 2012, p. 80).

Vemos a materialização dessa pedagogização no mesmo programa do “Saúde Popular – A Constituinte e a Saúde” - citado anteriormente. Nele, o locutor abordou a educação pela perspectiva da classe privilegiada e da classe trabalhadora: “Para a classe privilegiada – dominante ou alta, constituída pelos donos de muita terra, empresários [...], a educação significa colocar na cabeça dos que formam a classe baixa, aquilo que a classe alta pensa [...]”⁷². Esta explicação havia sido dada por Freire (1980, p. 17) quando se referiu ao papel fundamental da Educação Popular para a conscientização, pois, na educação formal – aquela que é precedida dos valores burgueses – a conscientização não é possível, uma vez que:

É evidente e impressionante, mas os opressores jamais poderão provocar a conscientização para a libertação: como desmitologizar, se eu oprimo? Ao contrário, porque sou opressor, tenho a tendência a mistificar a realidade que se dá à captação dos oprimidos, para os quais a captação é feita de maneira mística e não crítica.

No programa, foi complementado que “para a classe trabalhadora a educação significa despertar conhecimentos novos a partir da troca de ideias, chance de se aprender com os outros, liberdade para pensar e fazer valer o seu pensamento [...]”⁷³. Daí a proposta da educação como libertadora vir da conscientização, pois só com esse objetivo o trabalho da desmistificação e humanização seria completado. Nessa relação estreita entre educação e saúde, há também o programa radiado “Educação x Saúde”. Nesta aula, o locutor deu outra exemplificação de como essas duas coisas têm significados diferentes para privilegiados e trabalhadores.

A história de Seu José e Dr. Felipe: eles dois estavam trabalhando na construção de um grande açude que ia invadir muitos roçados, cobrir muitas casas do lugarejo onde Seu José morava, e consequentemente expulsar muita gente, provocando o êxodo rural. Dr. Felipe trabalhava como engenheiro: possuía carro, ganhava um gordo salário [...]. Seu José trabalhava quebrando pedras e cavando valas para a construção da barragem que depois que enchesse iria lhe expulsar [...]. Seu José ganhava muito pouco e no fim do mês ainda ficava devendo na bodega. Além disso, não possuía terra e se alimentava muito mal. Um dia os dois estavam conversando quando, surpreendentemente Dr. Felipe falou:

- Estou louco que esse açude seja inaugurado e encha. Ele vai ficar uma beleza para a gente fazer churrasco e tomar caldo nos fins de semana.

Seu José já via o açude por outro ângulo. E foi quando Seu José falou:

- acho que o “sinhô” tá muito enganado, Dr. Felipe. A coisa vai ficar preta “para eu” e muita gente desse “lugá”. Quando esse açude encher, “nos vai” ficar sem ter onde morar (SAÚDE POPULAR: Educação X saúde. Caminho de Libertação, Caicó: Rádio Rural, 30 de janeiro de 1987).

Assim como na *Gazeta Jucurutuense* (1986), o próprio MEB agiu em defesa da saúde como constitutivo de melhores condições de vida, para além das aulas dadas pelo rádio. Consta

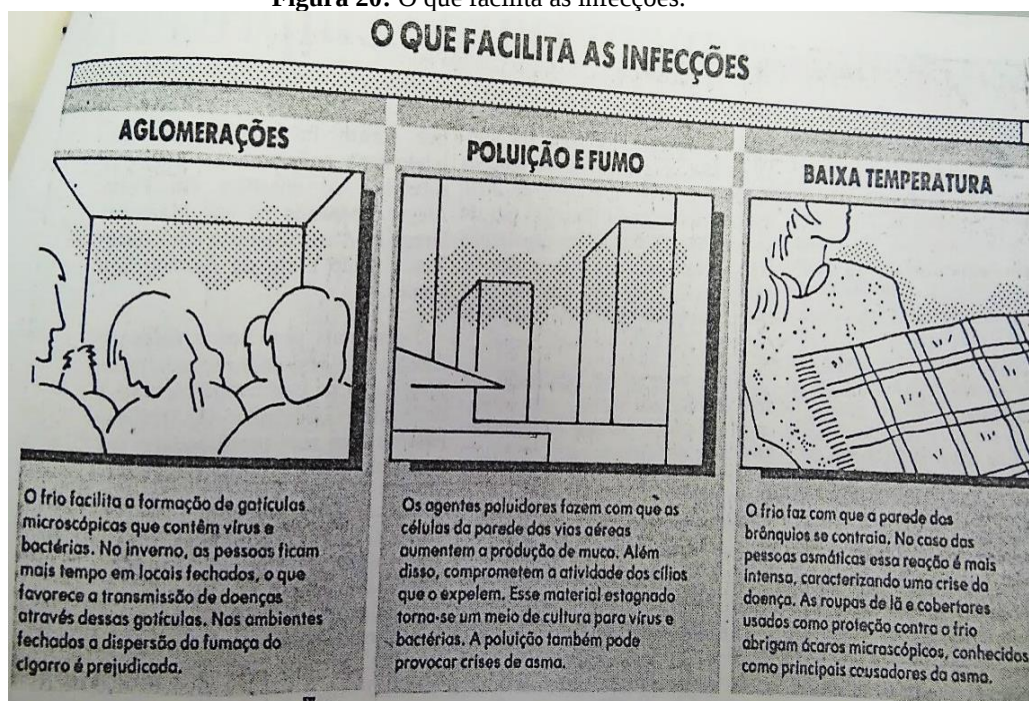
⁷² SAÚDE POPULAR: A constituinte e a saúde. Caminho de Libertação, Caicó: Rádio Rural, 12 de junho de 1987.

⁷³ SAÚDE POPULAR: A constituinte e a saúde. Caminho de Libertação, Caicó: Rádio Rural, 12 de junho de 1987.

nos registros encontrados, o periódico *Jornal dos Jornais*, fundado pelo MEB local e divulgado por meio da Rádio Rural. Não há nele datação nos periódicos, mas a caixa em que estavam informa que são documentos do ano de 1986, então, consideramos que foram produzidos e circulados nesse mesmo ano.

As notícias possuíam o cunho informativo, por vezes carregados de ilustrações, como é o caso de “O que facilita as infecções” (ano 1, n. 22)⁷⁴.

Figura 20: O que facilita as infecções.



Fonte: Movimento de Educação de Base – *Jornal dos Jornais*. 1986.

Os periódicos serviam como material complementar das aulas dadas pelo rádio sobre educação em saúde. A medida em que se ia aprendendo, eram desenvolvidas cartilhas, cartas aos ouvintes/educandos, e eram distribuídos os materiais de apoio. Entre eles, estavam os jornais e os panfletos educativos sobre o tema estudado. Nesses casos em que o tema referido era a saúde, havia sempre uma atividade final de reflexão com o educando, assim como ocorrera com a cartilha *Viver é Lutar* do início dos anos 1960. A contribuição do material do Movimento para a incrementação da educação libertadora da década de 1980 no Seridó contemplou o processo educativo no sertão de maneira positiva, pois o material de apoio possibilitou a fixação dos conteúdos ministrados e, ainda, outras modalidades de aula, pemeadas pelo material

⁷⁴ Esta é a única referência encontrada do programa. Não consta a data de publicação do periódico.

didático. Nesta concepção, percebe-se que a educação popular em saúde se manifestou de forma ampla e irrestrita para as comunidades rurais onde foi atuante.

3.2 Caminho de Libertação e Saúde Popular na construção de uma educação sanitária

Daqui envio um recado
ao médico da capital
todos os remédios são feitos
da flora medicinal
o mato nunca acabou-se
ai de nós se não fosse
a raiz do vegetal.”

Com esta estrofe de autoria do poeta popular João Francisco dos Santos, da comunidade de Boa Vista dos Lucianos, estamos iniciando mais uma conversa sobre saúde popular. boa noite para vocês, companheiros dos grupos de audiência das comunidades; boa noite para você, ouvinte da Emissora de Educação Rural de Caicó, A VOZ DO POVO. Fiquem ligados porque a partir de agora, a saúde como questão social e política, e sobretudo como direito a ser conquistado, será debatido por mim, por você, por todos nós (SAÚDE POPULAR/MEB, 20 de fevereiro de 1987).

Promovido pelo Sistema MEB local e radiado pela emissora Rádio Rural de Caicó durante os anos 1980, o programa “Caminho de Libertação” viabilizou o “Saúde Popular” durante a segunda metade da década. Este programa era transmitido sempre às 18h e, ao que indicam alguns dos programas, foram radiados às sextas-feiras⁷⁵. De acordo com os programas localizados, todos eles iniciavam com a afirmação do locutor de que o “Saúde Popular” é uma “conversa” ou um “bate-papo”, abrindo espaço para construir um caráter intimista do programa para com o ouvinte. Após dado o recado, era comum a seguinte fala:

Boa noite para vocês companheiros dos grupos de audiência das comunidades; boa noite para você ouvinte da Emissora de Educação Rural de Caicó, A VOZ DO POVO. Fiquem ligados, porque a partir de agora, a saúde como questão social e política, e sobretudo como direito a ser conquistado, será debatido por mim, por você, por todos nós (SAÚDE POPULAR/MEB, 20 de janeiro de 1987).

Com base nesse contato inicial, podemos identificar a consolidação da proximidade entre educador e educando. É o caso das funções desempenhadas na educação dialógica e que, fora dela, não podem ser encontradas da mesma maneira. Daí a necessidade de buscar a conscientização na relação educativa, como afirmou Freire, pois sem o contato “animador” e

⁷⁵ Ao início dos programas, o locutor sempre se referia à aula anterior como “Na sexta passada você viu [...]” ou “Hoje, sexta-feira, você verá [...]” fazendo menção sempre às sextas-feiras como dia da semana em que o programa ia ao ar.

de “linguagens próximas” entre as partes, a função da comunicação não é completada e da mesma maneira, segue a prática educativa. Era assim que o “Saúde Popular” procurava agir e é com ele que iremos trabalhar na análise documental deste último tópico. Segue abaixo o quadro descritivo dos programas e suas especificações.

Quadro 4 – Programas do “Saúde Popular” que foram ao ar na Rádio Rural de Caicó.

Programa	Assunto	Data
Caminho de Liberação/Saúde Popular	Saúde dos trabalhadores que passam fome	15/03/85
Caminho de Liberação/Saúde Popular	Educação e saúde	16/01/87
Caminho de Liberação/Saúde Popular	Saúde X educação	20/01/87
Caminho de Liberação/Saúde Popular	Educação X saúde	30/01/87
Caminho de Liberação/Saúde Popular	Condições de vida e saúde dos brasileiros	20/02/87
Caminho de Liberação/Saúde Popular	Os postos de saúde	27/02/87
Caminho de Liberação/Saúde Popular	A falta de remédios	10/03/87
Caminho de Liberação/Saúde Popular	A terra e a adubação	25/03/87
Caminho de Liberação/Saúde Popular	Saúde quando junto com a justiça	03/06/87
Caminho de Liberação	A constituinte e a saúde	12/06/87
Caminho de Liberação/Saúde Popular	Os alimentos industrializados	17/06/87

Caminho de Libertação/Saúde Popular	A doença como resultado de uma estrutura social injusta	15/07/87
Caminho de Libertação/Saúde Popular	As raízes da doença	15/07/87
Caminho de Libertação/Saúde Popular	Medicina oficial X medicina popular	16/09/87
Caminho de Libertação/Saúde Popular	A realidade nutricional brasileira	22/07/87
Caminho de Libertação/Saúde Popular	Desnutrição, causas e consequências	24/07/87
Caminho de Libertação/Saúde Popular	Discussões sobre causadores da fome no Brasil	29/07/87

Fonte: Quadro elaborado pela autora acervo Sistema MEB/Caicó – Labordoc/UFRN.

O “Saúde Popular” era diferente de muito do que já se sabia ou, pelo menos, se ouvia falar sobre “saúde” no sertão do Seridó. Essa discussão de forma abrangente – no sentido de um discurso público – só veio aparecer com frequência pelo rádio quando virava notícia. A premissa de que a saúde deveria ser tema na educação apareceu certamente com a noção de que a discussão de saúde deveria ser irrestrita e inclusiva, e não apenas “assunto de médico”. Inicialmente, daremos ênfase a cinco dos “bate-papos” do Saúde Popular, são eles: “Saúde dos trabalhadores que passam fome”, “Condições de vida e saúde dos brasileiros”, “Saúde quando junto com a justiça”, “Discussões sobre causadores da fome no Brasil”, “A realidade nutricional brasileira”.

A maior questão com a Educação Popular em Saúde, a partir da década de 1970, estava em problematizar o uso da saúde e a explicação do adoecimento das seguintes formas: na educação popular como mau cuidado e falta de vitaminas, no uso da medicina, como prescrição de remédios e prestação de serviços cirúrgicos. Outra questão observada por estudiosos da Educação Sanitária da década de 1970 é que, neste momento, a Saúde Pública Brasileira assumiu um papel secundário na cartilha e prioridades do Governo Federal. As determinações de uma política liberal propiciavam a essa temática o alcance da saúde e do bem-estar desconsiderando as condições sociais e culturais da sociedade brasileira.

O problema é que esta prática desconsiderava o que, talvez, fossem as maiores causas de doenças e falta de saúde no Brasil: as desigualdades sociais, o não acesso básico à cuidados físicos e mentais, a falta de comida que compunha os nutrientes suficientes para a manutenção da alimentação saudável e, por causa disso, a fome. Eram estes os elementos determinantes para a “falta de saúde” e que atingiam com veemência um grupo específico: a classe trabalhadora.

Desse modo, não se via mudanças expressivas na mortalidade infantil, nos surtos virais e a marginalização do acesso à saúde nas regiões em que o MEB foi atuante nesse período governado por um regime autoritário e centralizador. Em “Realidade Nutricional Brasileira”, a aula começou da seguinte forma: “nos últimos programas, por exemplo, a gente chegou a conclusão de que a maioria das doenças que ameaçam a nossa saúde nos dias de hoje, é resultado do modelo de sociedade em que vivemos. Isto porque a sociedade atual é uma sociedade capitalista” (22 de julho de 1987).

A sobra, ou seja, as riquezas acumuladas é o que está faltando para tantos companheiros que vivem sem nada. O mundo de hoje é um mundo de farturas. Prova disso é que a televisão e outros meios de comunicação divulgaram que este ano aconteceu a maior safra da história do Brasil. No Sul não tem armazém que caiba soja, trigo, milho, feijão e arroz. Mesmo assim, existe no Brasil milhões de famintos. [...] o que acontece é que até a comida hoje se tornou privilégio para poucos e quem produz a comida passa fome. A fome não pode escapar das nossas discussões [...].

As multinacionais – empresas estrangeiras que estão aqui no Brasil sugando nossa riqueza sem proibição do governo – são donas de mais de 35 mil hectares de terras brasileiras. [...] enquanto os trabalhadores lutam por um pedacinho de terra para plantar sofrendo todo tipo de violência (SAÚDE POPULAR: A realidade nutricional brasileira. Caminho de Libertação, Caicó: Rádio Rural, 22 de julho de 1987).

Estima-se que em toda a década de 1980 não somente cresceram as exportações brasileiras, como também foi alto o índice do Investimento Externo Direto (IED), que colocava sob responsabilidade de empresas estrangeiras o uso e a gestão de terras brasileiras. “as empresas multinacionais têm procurado o Brasil com dois objetivos muito claros: primeiramente acessar o seu mercado consumidor e secundariamente produzir no Brasil” (COELHO, OLIVEIRA JÚNIOR, 2011, p. 46). A explicação dada ao interlocutor sobre a relação existente entre a concentração de terras em poucas mãos e a fome passava, sobretudo, pelo lugar de quem estava ouvindo, o lugar do desfavorecido, da fome e do “ter pouco”. Nesse sentido, Concordamos com os estudiosos da Educação Popular em Saúde no Brasil, o farmacêutico Rogério Renovato e a enfermeira Maria Helena Bagnato quando dizem que Freire contribuiu inteiramente para a educação em saúde no Brasil por trazer à tona a educação libertadora e transformadora “em que a relação educador e educando, não se restringe tão somente à transmissão de informações. [...] o sujeito deixa de ser passivo, mas consciente e capaz de fazer suas escolhas” (RENOVATO, BAGNATO, 2012, P. 81).

Outra observação pertinente é que o programa citado acima fez menção à pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF), realizada quatro anos antes do programa ir ao ar, a respeito da realidade nutricional do nordeste brasileiro. Vejamos:

Para uma pessoa viver com saúde e alimentada, precisa comer uma alimentação que tenha 2.300 a 3.000 calorias por dia, principalmente aqui no nordeste onde se gasta muita energia. Mas algumas pesquisas feitas mostram que de cada 100 famílias do nordeste seco, 20 a 40 delas consumiam abaixo de 1.700 calorias (SAÚDE POPULAR: A realidade nutricional brasileira. Caminho de Libertação, Caicó: Rádio Rural, 22 de julho de 1987).

A discussão foi encerrada sem os dados sobre a quantidade de calorias ingeridas pelo rico, contudo, o locutor afirmou que eles possuíam sempre a mesa farta e cheia de bons alimentos, os mesmos que o trabalhador produziu com o próprio trabalho. Walter Benjamin em *Sobre o conceito da História* (1987) alegou que o Materialismo Histórico tem forças para libertar esses homens das amarras de produzir qualidade de vida para outrem sem usufruir dela. Essa liberdade seria construída recorrendo ao passado para compreender os perigos enfrentados pela classe trabalhadora ao viver dominada pela burguesia. Ao passo de recorrer, tornara-se fundamental construir a consciência como agenda política da classe trabalhadora.

Ao final do programa em análise, o locutor deu ênfase ao trabalhador com o “VOCÊ” em maiúsculo. Esta abordagem possibilita a abertura de um diálogo crítico para viabilizar essa tomada de consciência. Dentre os aparatos de reconhecimento de classe, a discussão fomentou a tese de que, dentro do sistema vigente, há uma exploração de mão de obra para a produção material. A partir disso, é contemplado o processo de mudança de lugar deste trabalhador rural na história, era o produtor, o “objeto” da enunciação, mas passara a ser “sujeito”, se enxergando como “ser” social, atuante e vivo.

Ainda sobre a fome como consequência da dominação, o programa “Discussões sobre causadores da fome no Brasil” levantou outro dado fundamental, desta vez histórico. Se tratava do Decreto de Lei n. 399, de 1938, em que o Governo Federal instituiu qual deveria ser o mínimo indispensável para cada brasileiro consumir na alimentação. Nisso deveria constar na feira do mês:

Figura 21: Indicador de alimentação mínima para consumo de cada brasileiro.

- 6 Kg. e 600g. de carne
- 4 kg. e meio de feijão
- 3 kg de arroz.
- 9 kg e 900 g de verduras.
- Meio kg de café.
- 3 kg de açúcar
- Meio kg de sal
- 7 litros e meio de leite.
- 1 kg e meio de farinha.
- 6 kg de batata.
- 750 gramas de manteiga, e outros.

Fonte: SAÚDE POPULAR – Discussões sobre os causadores da fome no Brasil. Caminho de Libertação, Caicó: Rádio Rural, 29 de julho de 1987. Programa de rádio.

No entanto, o programa problematizou que, embora tivesse havido a promulgação da Lei, o governo não deu condições mínimas necessárias para que o trabalhador brasileiro tivesse acesso a essa lista, e que o processo inflacionário dificultou em muito a proposta dada por esse mesmo governo. Afirmou, ainda, que esse problema não era só uma questão dos “credores brasileiros”, mas, sobretudo, dos estrangeiros, “aqueles que emprestam dinheiro ao Brasil”.

De acordo com Tonneau, Aquino e Teixeira (2005), houve no nordeste do Brasil muitas reestruturações econômicas que foram impactadas, principalmente, pela agricultura familiar, desde a década de 1970. Na região do Semiárido – que corresponde ao Seridó norte-rio-grandense – ocorreu, ao final dos anos 1980, um declínio relativo das atividades “algodão-pecuária bovina”; o que representava, trinta anos antes, 28% devido à baixa competitividade no mercado, neste momento passou a ter produtividade de 21%. Um dos motivos levantados para tal queda eram os longos períodos de estiagens causados pelas poucas chuvas no sertão, ou seja, fatores climáticos. Mas, além disso, podemos destacar também o êxodo rural do início da dessa década causado pela fome e a busca por “melhores condições de vida” na cidade. Pois, embora a atividade gado-algodão fosse importante para a economia local – assegurando a sobrevivência de muitas famílias –, havia outras atividades desempenhadas na zona rural, como era o caso da soja, o arroz, o café, feijão e o milho⁷⁶.

⁷⁶ SAÚDE POPULAR: Saúde dos trabalhadores que passam fome. Caminho de Libertação, Caicó: Rádio Rural, 15 de março de 1985. Programa de rádio.

Segundo Josué de Castro em *Geografia da fome* (1952), na região do sertão do semiárido nordestino coexistia uma cultura alimentar e uma diversidade cultural advinda dessa cultura alimentar. Seria nessa região, a chamada “área do milho sertanejo” em que “as condições naturais e, principalmente, o gênero de vida local, com seus hábitos tradicionais, criaram na zona um complexo alimentar em que as graves deficiências proteicas e vitamínicas do milho são compensadas por outros componentes habituais da dieta” (CASTRO, 1952, p. 166).

O “Saúde Popular” que tratou do tema Fome X Êxodo Rural mostrou fatos surpreendentes sobre a alimentação na cidade e no campo. O programa afirmou que a alimentação de quem mora na zona rural é ainda mais rica de nutrientes do que a de quem mora na zona urbana, pois quem possui um pedaço de terra para produzir, tem o que comer e não precisa comprar, diferentemente de quem mora na cidade, e não precisa pagar aluguel, luz, água e transporte. Além disso, “nos sítios, muitos remédios químicos são substituídos pelos remédios do mato”⁷⁷, o que nos propõe um paralelo com a aula Medicina oficial X medicina popular.

Do mesmo modo que a fome era apresentada como resultado da estrutura injusta de sociedade, o tratamento médico passava pelas mesmas circunstâncias. No programa mencionado, dizia-se o seguinte “o camarada chega lá doente, além da doença, com muitos outros problemas [financeiros, etc.] e antes quase de sentar na cadeira do consultório [...] o médico já entrega a receita com um monte de remédios para o ‘cabra’ comprar na farmácia”⁷⁸. Se o médico não analisava bem a situação do paciente, mostrava que esse paciente, tratado de “qualquer forma”, não teria êxito também nos cuidados com a doença e, conseqüentemente, com a cura dela. Isso implicaria em “quem possui dinheiro tem bons resultados e quem não possui tem maus”. Complementando o que diz o locutor “nos próprios atendimentos médicos a gente vê a discriminação de classe, os ricos sempre têm mais tempo para falar de sua doença, de seus problemas e conversar com o médico do que as pessoas de classe pobre”⁷⁹.

Esse problema de médico não dá muita atenção a quem vai se consultar, principalmente se ele for pobre, não é culpa dos profissionais (médicos e enfermeiros) isoladamente, mas culpa de um sistema social, econômico e político que forma e ensina o médico para que ele trabalhe desse jeito (CAMINHO DE LIBERTAÇÃO/SAÚDE POPULAR/MEB, 16 de setembro de 1987).

Esse fator levantado nos possibilita compreender duas questões atravessadas pela luta de classes; a primeira é a de que os problemas da sociedade não são pautados na solução

⁷⁷ SAÚDE POPULAR: Fome X êxodo rural. Caminho de Libertação, Caicó: Rádio Rural, 15 de março de 1985.

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ SAÚDE POPULAR: Medicina oficial X medicina popular. Caminho de Libertação, Caicó: Rádio Rural, 16 de setembro de 1987.

individual, da mesma forma que não são causados por “atores” de forma individualizada. Assim como Edward Palmer Thompson apontou no primeiro volume de *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987), no capitalismo, a exploração é um elemento coletivo que perpassa múltiplas realidades. Na verdade, elas se constituem pela estrutura histórica de relações de trabalho, ou seja, foram construídas – com base legal – de modo coletivo pela dominação de forças produtivas. A segunda questão é que acarreta fatores, como o de que o ser empobrecido/explorado – e privado do tratamento adequado – precise e opte por sempre recorrer a métodos mais “paliativos” como utilização de chás, plantas como remédios caseiros ou fabricando pomadas e géis em casa.

No que diz respeito ao atendimento e as condições médicas para os grupos marginalizados, o “Saúde Popular” dedicou um programa para falar exclusivamente da situação da paralisação nas obras dos postos de saúde nas comunidades Saco Grande e Espinheiros, localizadas no município de Jucurutu. Este programa começou com o locutor enunciando “saúde é vida e vida é um direito de todos” e foi ao ar em 27 de fevereiro de 1987⁸⁰. Nele, o tema não poderia ser outro, que não os postos de saúde. Para abrir o programa, foi lida a carta escrita por um morador de Saco Grande, seu João Januário.

⁸⁰ SAÚDE POPULAR: Os postos de saúde. Caminho de Libertação, Caicó: Rádio Rural, 27 de fevereiro de 1987.

Figura 22: Carta de Seu João Januário à Equipe MEB Caicó, em 20 de fevereiro de 1987.

" Saco Grande, 20 de fevereiro de 1987.
Querida equipe MEB meu abraço. Olhando o rpoblema da saúde em nos-
so estado, a gente tem muito o que lamentar. Olhe, aqui nós temos
um posto de saúde na comunidade Espinheiro, mas muitas vezes não tem
remédio para atender uma pessoa que necessita. Muitas vezes quem que
tomar algum remédio em caso de urgência tem que se deslocar para Ju-
curutu ou Florânia e outros se valem das plantas medicinais. A gen-
te espera que nessa nova constituinte venha trazer melhores condições
de vida para todos da população como: Saúde, educação, moradia e boa
alimentação e mais um salário justo(...)". Bom seu João e demais tra-

Fonte: SAÚDE POPULAR – Postos de saúde. Caminho de Libertação, Caicó: Rádio Rural, 27 de fevereiro de 1987. Programa de rádio.

No programa “A Terra e a Adubação” tinha-se como mensagem:

[...] hoje a nossa conversa vai girar em torno de um assunto que interessa muito a quem é agricultor: A TERRA. Nós cristãos sabemos que a terra é um dom de Deus, ou seja, é entregue por Deus a todos os seus filhos para que consigam viver. “[...] no início a terra era livre. Todo mundo plantava e todo mundo colhia, pois tinham consciência que a terra era para todos usufruírem. [...] A terra é o principal instrumento de trabalho do agricultor (SAÚDE POPULAR: A terra e a adubação. Caminho de Libertação, Caicó: Rádio Rural, 25 de março de 1987).

Após essa fala do locutor, fez-se uma ligação dos “tempos remotos” citados acima e a atualidade expressa no programa por meio de uma questão norteadora “Isso parece com a situação da gente hoje?”, seguida da construção de uma narrativa que buscou apreender a mensagem de defesa da terra e da vida, presente em todo o programa. Ao final do programa, o locutor anunciou um “dever de casa” para os ouvintes da emissora. Era a respeito dos pontos para aprofundar a discussão sobre a terra. Seguem:

- para que a terra produza é preciso alimentá-la. Com fome ninguém produz nada.
- os microrganismos são os responsáveis pela alimentação da terra:
- queimadas;
- agrotóxicos;
- fertilizantes químicos;
- adubação orgânica

(SAÚDE POPULAR: A terra e a adubação. Caminho de Libertação, Caicó: Rádio Rural, 25 de março de 1987).

Ao abordar a atividade agrícola que maneja a terra, o programa chama a atenção para a defesa da terra pelo trabalhador do campo. Além de que o agricultor precisaria constantemente estar estudando a terra em que trabalhava e lutando para reconquistá-la. Esta abordagem pretendia transformar o camponês num sujeito ativo e consciente das suas garantias enquanto

mão de obra que produz o alimento da terra. Esta mão de obra se articulava por meio da experiência no campo como um processo de construção de conhecimento e troca de saberes entre os camponeses.

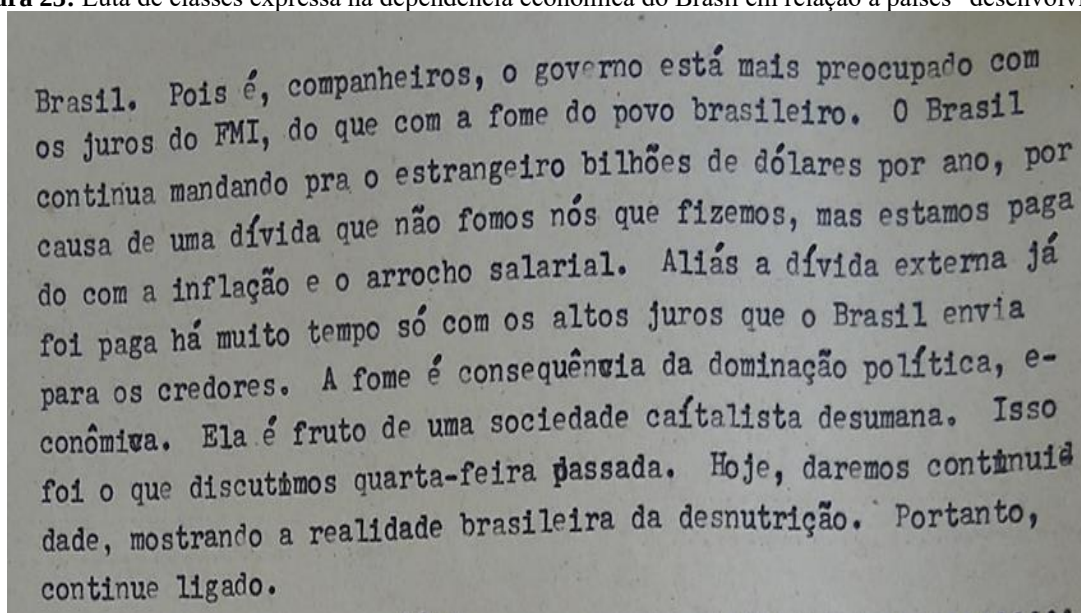
No livro *A Miséria da Teoria* (1981), Thompson abordou a categoria experiência como indispensável ao historiador na análise dos processos históricos de dominação. Para ele, a experiência “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (Thompson, 1981, p. 15).

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isto se dá? Certamente não iremos supor que o “ser” está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a “consciência” (como idealidade abstrata) está ali (Thompson, 1981, p. 16, *grifo nosso*).

Desse modo, a experiência como categoria de análise histórica em Thompson (1981) avalia e recorre às vivências que são próprias dos explorados, tais como, a fome, a desnutrição e o agravante de doenças mais comuns. As experiências, embora múltiplas, fazem parte de uma totalidade permeada por características em comum e que possibilita aos educandos compartilhá-las no processo educativo. Por encontrarmos diferentes abordagens sobre a saúde na Educação Popular concordamos com Bicalho, Rodrigues e Souza (2023, p. 250) quando afirmam que “salienta-se na formulação de Thompson que tais transformações não atuaram sobre uma massa popular indiferente ou bruta, mas sobre homens e mulheres livres, que carregavam suas experiências e relações sociais precedentes”.

A experiência percebida, a que Thompson se referiu, serviu como catalisadora da consciência social da classe dominada que, pelas condições materiais impostas, não lhes restaria nada a não ser lutar contra a classe que a domina. Como as experiências históricas seriam inevitáveis, se torna importante que os meios de opressão fossem percebidos para fomentar a luta nessa sociedade de classes. Pois, como afirmaram Friedrich Engels e Karl Marx em *Manifesto Comunista* (1848) “a burguesia fornece aos proletários os elementos de sua própria educação política, isto é, armas contra ela mesma” (p. 48). Destacamos na Aula Radiofônica “Desnutrição”, a menção (trecho) feita à luta de classes como causadora da fome no programa “Caminho de Libertação – Saúde”, no ano de 1987.

Figura 23: Luta de classes expressa na dependência econômica do Brasil em relação a países “desenvolvidos”.



Brasil. Pois é, companheiros, o governo está mais preocupado com os juros do FMI, do que com a fome do povo brasileiro. O Brasil continua mandando pra o estrangeiro bilhões de dólares por ano, por causa de uma dívida que não fomos nós que fizemos, mas estamos pagando com a inflação e o arrocho salarial. Aliás a dívida externa já foi paga há muito tempo só com os altos juros que o Brasil envia para os credores. A fome é consequência da dominação política, econômica. Ela é fruto de uma sociedade capitalista desumana. Isso foi o que discutimos quarta-feira passada. Hoje, daremos continuidade, mostrando a realidade brasileira da desnutrição. Portanto, continue ligado.

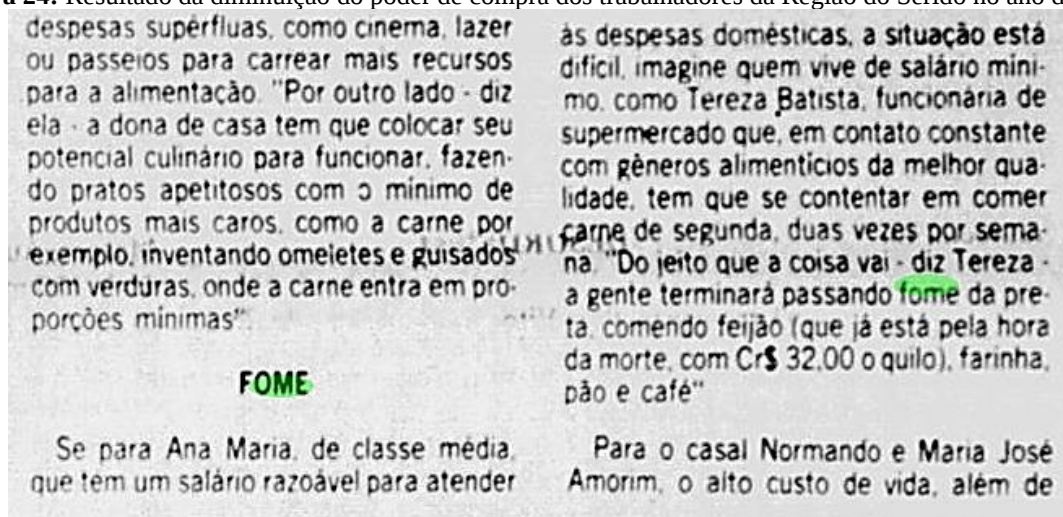
Fonte: SAÚDE POPULAR – Desnutrição. Caminho de Libertação, Caicó: Rádio Rural, 27 de fevereiro de 1987. Programa de rádio.

A “dominação política” expressa no trecho do programa, a qual serve o estado burguês, condicionava as crises no congelamento ou na instabilidade dos salários que, por sua vez, não acompanhavam a crescente dos preços. Essa situação minava a classe trabalhadora que, pelo seu baixo poder de compra – e crescente exploração, acabava sofrendo as piores consequências da crise econômica, dentre elas, a fome.

Na década de 1980, a fome brasileira estava diretamente ligada ao baixo investimento na alimentação e na saúde dos trabalhadores, expressa na dívida externa após o surto do “milagre econômico”. Neste contexto, a medida em que o Estado ditador brasileiro confiou o crédito estrangeiro, crescia o descaso com a população que começara a crescer nas zonas urbanas, buscando preencher o contingente de mão de obra nesses espaços.

No jornal *Diário de Natal*, do ano de 1980, encontramos menções à fome na região do Seridó, em que se atribuiu o baixo poder de compra dos trabalhadores ao aumento dos preços no mercado. Quando se analisam os preços tabelados pela Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab), criada no governo João Goulart, verifica-se que os mercados locais aumentavam o valor das carnes em até 21% acima dos preços fixados. De acordo com a matéria no periódico: “para os consumidores, as carnes, com as constantes majorações, torna-se um produto cada vez mais um produto proibido para suas mesas”.

Figura 24: Resultado da diminuição do poder de compra dos trabalhadores da Região do Seridó no ano de 1980.



Fonte: Jornal *Diário de Natal*, 11 de janeiro de 1980.

Além do retratado no caso acima como notícia recorrente, a fome como tema central apareceu em seis dos 17 programas do Saúde Popular, são eles: "Saúde dos trabalhadores que passam fome"⁸¹; "Condições de vida e saúde dos brasileiros"⁸²; "Os alimentos industrializados"⁸³; "A realidade nutricional brasileira"⁸⁴; "Desnutrição, causas e consequências"⁸⁵; "Discussões sobre causadores da fome no Brasil"⁸⁶. Percebemos que, em todos eles, as experiências vividas e percebidas (Thompson, 1981) tinham a intenção de aproximar o ouvinte de uma consciência social e política, como no caso do programa "Saúde dos trabalhadores que passam fome"⁸⁷, em que o locutor afirmou:

[...] desde 1964, nem arroz, nem feijão na mesa dos nossos trabalhadores. É certo que a fome sempre existiu no Brasil, mas o que se viu a partir de 1964 foi um crescimento assustador do número de famintos. A política econômica adotada pelos militares (golpistas) piorou a vida do brasileiro, tirou-lhes da mesa inclusive o arroz e o feijão (SAÚDE POPULAR: Saúde dos trabalhadores que passam fome. Caminho de Libertação, Caicó: Rádio Rural, 27 de fevereiro de 1987).

⁸¹ SAÚDE POPULAR: Saúde dos trabalhadores que passam fome. Caminho de Libertação, Caicó: Rádio Rural, 15 de março de 1987.

⁸² SAÚDE POPULAR: Condições de vida e saúde dos brasileiros. Caminho de Libertação, Caicó: Rádio Rural, 20 de fevereiro de 1987.

⁸³ SAÚDE POPULAR: Os alimentos industrializados. Caminho de Libertação, Caicó: Rádio Rural, 17 de junho de 1987.

⁸⁴ SAÚDE POPULAR: A realidade nutricional brasileira. Caminho de Libertação, Caicó: Rádio Rural, 22 de julho de 1987.

⁸⁵ SAÚDE POPULAR: Desnutrição, causas e consequências. Caminho de Libertação, Caicó: Rádio Rural, 24 de julho de 1987.

⁸⁶ SAÚDE POPULAR: Discussões sobre causadores da fome no Brasil. Caminho de Libertação, Caicó: Rádio Rural, 29 de julho de 1987.

⁸⁷ SAÚDE POPULAR: Saúde dos trabalhadores que passam fome. Caminho de Libertação, Caicó: Rádio Rural, 27 de fevereiro de 1987.

Portanto, percebe-se que a década de 1980 foi fundamental para alargar as discussões acerca do tema saúde no esteio popular. Muito se deu pelo aparecimento da Nova República, em 1985, que possibilitou um novo contorno social para as camadas médias-baixas no que diz respeito à abertura democrática. Mas, também destacam-se, nesse sentido, as bases para o projeto de uma urgente Reforma Sanitária (1986) que visava a saúde como um direito público. Neste momento, cabia ao sistema educativo em saúde estimular a participação comunitária para garantir a emancipação econômica e política, ainda que se integrando ao sistema econômico vigente.

O fator chamado de “retórica da pobreza” por Stotz (2005, p. 14) materializado nos programas de melhoria da habitação, de saneamento, de educação de base e de animação social compreende a integração citada acima. Assim, a educação popular em saúde pelo MEB revelou a visível oposição da CNBB à ditadura civil-militar e levou a instituição católica a denunciar as crescentes desigualdades como efeito do regime centralizador, através da educação de base em suas áreas de atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a trajetória do MEB no Seridó potiguar, identificamos uma vasta documentação presencial de programas educativos que iam ao ar na emissora Rádio Rural de Caicó. Percebemos que esses programas, ao mesmo tempo em que eram heterogêneos, abordavam temáticas ligadas ao cotidiano do homem e da mulher do campo. Além dessa variedade, constatamos que a maior parte desta grade de programações era destinada à educação para a saúde. Ao longo das análises, percebemos que os programas possuíam características próprias, como a linguagem coloquial, e relação com as demandas do campo. Esses dois fatores caracterizaram a Educação Popular que teve seu aparecimento marcado pelo início da década de 1960, com o Método Paulo Freire.

O MEB, criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, guiou as programações pela égide católica, promovendo consciência, politização e evangelização. Tanto a CNBB quanto o MEB eram orientados pela Doutrina Social da Igreja e, por conta disso, acreditavam na erradicação das injustiças sociais por meio de atitudes paternalistas. Além disso, a crença no assistencialismo proporcionou uma “reaproximação” da Igreja com a classe trabalhadora do campo, que por ela foi amparada. Na primeira fase de atuação, as regiões do Brasil onde o índice de analfabetismo entre jovens e adultos era mais elevado, foram contempladas com os programas educativos, eram elas: centro-oeste, nordeste e norte.

No nordeste, a atuação contou com a mediação das Dioceses locais dos municípios e cidades de cada estado. Em um dos Boletins Informativos do ano de 1973, que tivemos acesso, os estados do Piauí, do Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe eram mostrados como sendo os únicos contemplados no início daquela década. No entanto, em outro Boletim Informativo do ano de 1982, além dos já mencionados, havia os estados do Maranhão e Pernambuco como pertencentes da ação educativa do Movimento.

No Rio Grande do Norte, o MEB, em conjunto com as Dioceses de Natal, de Mossoró e de Caicó, entrou na grade de programações de emissoras “Rádio Rural” recém-criadas, respectivamente, nos anos 1958, 1963 e 1961. Por meio da Rádio Rural de Caicó, a programação do MEB chegava às residências não só dos habitantes da cidade, mas alcançava também toda a microrregião do Seridó, da qual Caicó faz parte.

Na documentação, encontramos fotografias, algumas cartas de alunos, jornais e programas datilografados. Nesses programas, que foram ao ar nos anos 1960, 1970 e 1980, percebemos que os conteúdos voltados para a saúde promoviam um alto grau de

conscientização no educando, tal qual escrevera Paulo Freire nos seus livros *Conscientização* e *A Educação Como Prática da Liberdade*.

Ao longo da análise da documentação, percebemos que a Saúde Popular se tornou campo de atuação e análise no Brasil a partir da década de 1970. Isso moldou as premissas para a formação do Sistema Único de Saúde e, também, da Reforma Sanitária brasileira. Compreendia-se que, no Brasil, as disparidades também eram causa do não acesso à saúde de qualidade. Este acesso implicava a falta de condições materiais para lidar com os problemas desta natureza, como, por exemplo, o acesso à informação e recursos que pudessem dar subsídios de tratamento. Ao contrário do que se esperava, as doenças que afligiam o meio rural eram pouco discutidas ou tratadas com curas diretivas.

O papel da conscientização foi essencial na exteriorização desses problemas. Ela foi fruto da Teologia da Libertação que, por sua vez, também incentivou as organizações de trabalhadores rurais nos sindicatos, os amparando por meio da Doutrina Social. A sindicalização proposta pela TDL partiu da institucionalização das organizações de trabalhadores aliadas ao resgate dos fiéis à Igreja Católica. Além disso, cabe ressaltar o medo do “perigo vermelho” que poderia rondar o Brasil, principalmente por meio das Ligas Camponesas. Por isso, foi atuante, entre Estado e Igreja, a desmobilização deste e de outros movimentos, para impedir que a Revolução se espalhasse pela América Latina, como acontecera em Cuba.

Com o advento da década de 1960, a sindicalização rural foi consolidada e a Igreja se mostrou não só mediadora, mas, também, passou a ser a principal atuante em prol dos direitos dos trabalhadores rurais. Este processo de “reaproximação” - nessa e das décadas seguintes - foi fundamental para entender a formação das aulas radiofônicas nesses espaços.

Tanto a concretização dos sindicatos quanto a das grupalizações fizeram parte da grande de programações que incentivavam os encontros presenciais dos alunos. De acordo com as fontes impressas, percebemos que essas grupalizações eram recorrentes desde o início da incrementação do MEB no Seridó Potiguar. Nelas existiam diversas atividades, como encontros informais entre os alunos dos cursos, atividades de lazer, como jogos de futebol e encontros para ir à missa e os encontros formais, responsáveis pela discussão dos conteúdos abordados nos programas. E no que cerne às aulas radiadas, muitos dos esforços foram no sentido de promover a consciência sanitária, sobretudo, nas décadas de 1970 e 1980, períodos de intensas transformações da doutrina apresentada pelo MEB, mas que marcam a passagem para a reabertura política e a redemocratização do país. Além disso, a proposta de abordar temas relacionados à saúde dos trabalhadores brasileiros estava diretamente ligada a promover

mudanças sociais nesse sentido, como a proposta da Reforma Sanitária Brasileira (1986) e a criação do Sistema Único de Saúde (1988), que tinham como objetivo principal promover saúde pública como direito a todos, embasados na Constituição Federal de 1988.

Esperamos que esta pesquisa contribua para reiterar a luta e o direito pela terra, pela justa distribuição de renda e o fim da exploração do homem pelo homem, na construção de um novo amanhã. E, enfim, que possa contribuir também para os estudos acerca da Educação Popular em saúde no campo na segunda metade do século XX.

FONTES

Cartas

OUVINTES. Carta à Rádio Rural. Comunidade Saco Grande, 1981. (Laboratório de Documentação Histórica)

JANUÁRIO, João. Carta à Equipe MEB Caicó. Comunidade Saco Grande, 20 de fevereiro de 1987. (Laboratório de Documentação Histórica).

Cartilha

Viver é Lutar: 2º livro de leitura para adultos. Rio de Janeiro, outubro de 1963. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Censos do IBGE

IBGE. Censos Demográficos de 1940/50/70/80/91. Rio de Janeiro: IBGE, 1952/56/73/82/94. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1961. IBGE. Dados Preliminares do Censo 2000. Rio de Janeiro: IBGE: 2001.

Programas de rádio

HIGIENE E SAÚDE: Aprenda em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 18 de março de 1978. Programa de Rádio.

DOENÇAS PROVOCADAS PELO LEITE MAL-CUIDADO: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 20 de julho de 1976. Programa de Rádio.

VERMINOSE: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 15 de julho de 1976. Programa de Rádio.

QUEIMADURAS: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 27 de julho de 1976. Programa de Rádio.

IMPORTÂNCIA DA SAÚDE PARA NOSSA VIDA: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 22 de junho de 1976. Programa de Rádio.

DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 20 de julho de 1976. Programa de Rádio.

CAUSA E CONSEQUÊNCIAS DAS DOENÇAS: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 24 de junho de 1976. Programa de Rádio.

HIGIENE DO CORPO E DA ALIMENTAÇÃO: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 06 de julho de 1976. Programa de Rádio.

HIGIENE DA ÁGUA E DO LEITE: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 13 de julho de 1976. Programa de Rádio.

DOENÇAS PROVOCADAS PELO LEITE MAL-CUIDADO: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 20 de julho de 1976. Programa de Rádio.

HIGIENE E VACINA: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 30 de setembro de 1976. Programa de Rádio.

BRONQUITE: Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 29 de julho de 1976. Programa de Rádio.

MEDIDAS QUE DEVEMOS TOMAR PARA COMBATER AS DOENÇAS (VACINAÇÃO): Aprenda Em Sua Casa. Caicó: Rádio Rural, 10 de julho de 1976. Programa de Rádio.

SAÚDE DOS TRABALHADORES QUE PASSAM FOME: “Caminho de Libertação”. Caicó: Rádio Rural, 15 de março de 1985. Programa de Rádio.

EDUCAÇÃO E SAÚDE: “Caminho de Libertação”. Caicó: Rádio Rural, 16 de janeiro de 1987. Programa de Rádio.

SAÚDE X EDUCAÇÃO: “Caminho de Libertação”. Caicó: Rádio Rural, 20 de janeiro de 1987. Programa de Rádio.

CONDIÇÕES DE VIDA E SAÚDE DOS BRASILEIROS: “Caminho de Libertação”. Caicó: Rádio Rural, 20 de fevereiro de 1987. Programa de Rádio.

OS POSTOS DE SAÚDE: “Caminho de Libertação”. Caicó: Rádio Rural, 27 de fevereiro de 1987. Programa de Rádio.

A FALTA DE REMÉDIOS: “Caminho de Libertação”. Caicó: Rádio Rural, 10 de março de 1987. Programa de Rádio.

A TERRA E A ADUBAÇÃO: “Caminho de Libertação”. Caicó: Rádio Rural, 25 de março de 1987. Programa de Rádio.

SAÚDE QUANDO JUNTO COM A JUSTIÇA: “Caminho de Libertação”. Caicó: Rádio Rural, 3 de junho de 1987. Programa de Rádio.

A CONSTITUINTE E A SAÚDE: “Caminho de Libertação”. Caicó: Rádio Rural, 12 de junho de 1987. Programa de Rádio.

OS ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS: “Caminho de Libertação”. Caicó: Rádio Rural, 17 de junho de 1987. Programa de Rádio.

A DOENÇA COMO RESULTADO DE UMA ESTRUTURA SOCIAL INJUSTA: “Caminho de Libertação”. Caicó: Rádio Rural, 15 de julho de 1987. Programa de Rádio.

AS RAÍZES DA DOENÇA: “Caminho de Libertação”. Caicó: Rádio Rural, 15 de julho de 1987. Programa de Rádio.

MEDICINA OFICIAL X MEDICINA POPULAR: “Caminho de Libertação”. Caicó: Rádio Rural, 16 de setembro de 1987. Programa de Rádio.

A REALIDADE NUTRICIONAL BRASILEIRA: “Caminho de Libertação”. Caicó: Rádio Rural, 22 de julho de 1987. Programa de Rádio.

DESNUTRIÇÃO, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS: “Caminho de Libertação”. Caicó: Rádio Rural, 24 de junho de 1987. Programa de Rádio.

DISCUSSÕES SOBRE CAUSADORES DA FOME NO BRASIL: “Caminho de Libertação”. Caicó: Rádio Rural, 29 de junho de 1987. Programa de Rádio.

Relatórios

MEB - Fichas Individuais de Catalogação do Fundo da Rádio Rural de Caicó. Período de 1972 a 1983. Laboratório de Documentação Histórica.

MEB – DOCUMENTOS LEGAIS - Apostila 1, série A. s/l: s/d. Laboratório de Documentação Histórica.

MEB, Estudo de área. - Apostila 3 de número 77. Laboratório de Documentação Histórica.

Relatório anual de 1968. Rio Grande do Norte: Movimento de Educação de Base, Sistema de Caicó, 1968. Laboratório de Documentação Histórica.

Relatório anual de 1986. Rio Grande do Norte: Movimento de Educação de Base, Sistema de Caicó, 1986. Laboratório de Documentação Histórica.

Relatório anual de Síntese de atividades por setores - 1973. Rio Grande do Norte: Movimento de Educação de Base, Sistema de Caicó. Laboratório de Documentação Histórica.

Relatório Descritivo – Clube de Jovens “Juventude Esperançosa”. Sistema MEB/Caicó. 1971. Laboratório de Documentação Histórica.

Relatório de Metodologia de Ação Educativa. Rio Grande do Norte: Movimento de Educação de Base, Sistema de Caicó, nº 101. 1982. Laboratório de Documentação Histórica.

Legislação/Cartas Encíclicas

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei n. 4.214, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o "Estatuto do Trabalhador Rural". Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4214.htm#:~:text=L4214&text=LEI%20No%204.214%2C%20DE%20%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%201963.&text=aqui%20expressamente%20referidos-,Art.,natureza%20e%20parte%20em%20dinheiro. Acesso em 25 de março de 2023. BRASIL. Lei n. 5.889, de 8 de junho de 1973. Estatui normas reguladoras do trabalho rural. Gov.br. Presidência da República. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5889.htm#:~:text=Ao%20empregado%20rural%20maior%20de,Art. Acesso em 22 de agosto de 2023. BRASIL. Lei n.601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Gov.br. Presidência da República. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em 24 de agosto de 2023.

Carta Encíclica *Divini Illius Magistri* de Sua Santidade Papa Pio XI [...]. Acerca da educação cristã da juventude. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html. Acesso em 26 de setembro de 2022.

Carta Encíclica *Mater et Magistra* de Sua Santidade João XXIII [...]. Sobre a recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html. Acesso em 26 de setembro de 2022.

Declaração *Gravissimum Educationis* sobre a educação cristã. Disponível em https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_gravissimum-educationis_po.html. Acesso em 26 de setembro de 2022.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Distante e/ou do Instante: “sertões contemporâneos”, as antinomias de um enunciado. In: FREIRE, Alberto (Org.). **Culturas dos Sertões**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 41-57.

ALVES, Giovanni. Do "novo sindicalismo" à "concertação social": ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista de Sociologia e política**, p. 111-124, 2000.

ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, v. 10, 2011.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964–1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

AMADO, Janaína. Eu quero ser uma pessoa: revolta camponesa e política no Brasil. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 4, n. 5, p. 47-69, 1993.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul. 1995.

AMARANTE, Paulo; COSTA, Ana Maria. Introdução: conceitos fundamentais e a análise de uma experiência emblemática. In: AMARANTE, P. *et al.* **Diversidade Cultural e Saúde**. 2012.

ANDRADE, Juciene Batista Félix. Os sertões em debate: fronteiras, secas e instituições. **Projeto História**, São Paulo, v. 69, p. 275-311, set./dez. 2020.

ANDRADE, Juliana Oliveira. Igreja e Comunicação: a experiência católica, passagens pelo tradicional, o popular e o moderno. **VII Encontro nacional de história da mídia**—Mídia alternativa e alternativas midiáticas. Fortaleza, CE, 2009.

ANDRADE, Manoel Correia de. A produção do espaço norte-rio-grandense. **Revista GeoInterações**, v. 1, n. 2, p. 101-123, 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

ARAÚJO, Ausônio Tércio de. **Rural de Caicó, 50 anos no ar**. Recife – Oito de Março Gráfica e Editora, 2013.

ARAÚJO, Francisco Hermínio Ramalho de. **Elaboração do livro didático: Geografia do Seridó potiguar. 2019**. 210f. Dissertação (Mestrado Profissional em Geografia) - Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

BAGNATO, Maria Helena Salgado *et al.* Práticas educativas em saúde: da fundamentação à construção de uma disciplina curricular. **Escola Anna Nery**, v. 13, n. 3, p. 651-656, 2009.

BARROS, José D'Assunção. História Cultural e História Antropológica. *In:* BARROS, J. D. **O Campo da História: Especialidades e Abordagens**. Petrópolis: Vozes, p. 55-91, 2004.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis na história recente. *In:* PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013.

BENJAMIN, Walter *et al.* **Sobre o conceito de história**. Magia e técnica, arte e política, v. 7, p. 222-232, 1994.

BETTO, Frei. **Cristianismo e marxismo**. Vozes, 1986.

BICALHO, Ramofly; RODRIGUES, Guilherme Goretti; DE SOUZA, Dilenio Dustan Lucas. As contribuições de EP Thompson para a classe trabalhadora: luta de classes e as experiências. **Revista Teias**, v. 24, n. 74, p. 248-261, 2023.

BOAVENTURA, Edivaldo M. A educação na Constituinte de 1946: comentários. *In:* FÁVERO, Osmar (Org.). **Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 2001.

BOFF, Leonardo (Org.). **A Teologia da Libertação Balanços e Perspectivas**. São Paulo: Ática, 1996.

BOITO JR, Armando. De volta para o novo corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro. **São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n. 3, p. 23-28, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freiriana para um sistema de educação. **Educar em Revista**, n. 61, p. 89-106, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. Brasiliense, 2017.

BURDICK, John. **Procurando Deus no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. A Teologia da Libertação no Brasil: das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade. **Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais**, 2011.

CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: DIFEL, 1984.

CASTRO, Josué de; BRANCO, J. Carvalho. **Geografia da fome**. Casa do Estudante do Brasil, 1952.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papirus, 1995.

CINTRA, Rodrigo. **Perspectivas e estratégias na internacionalização de empresas brasileiras**. nov. 2005. Disponível em: <https://rodrigocintra.com.br/2005/11/03/perspectivas-e-estratas-na-internacionaliza-de-empresas-brasileiras/>. Acesso em 29 de julho de 2022.

COSTA, Fabrício Roberto; ZANGUELEMI, Arnaldo José & SCHIAVO, Reinaldo Azevedo. Comunidades Eclesiais de Base e Teologia da Libertação: algumas reflexões sobre catolicismo liberacionista e ritual. **Revista INTRATEXTOS**, Rio de Janeiro. vol. 2, nº 1, p. 33 – 50, 2010.

CRUZ, Dalcy da Silva. **A Redenção Necessária** (Igreja e Sindicalismo Rural: 1960-1964). Mimeografado. Campina Grande, 1982.

DANTAS, Eugênia Maria. MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. Migração e crescimento urbano: o Seridó potiguar em análise. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9788]. n. 94 (75), 1 de agosto de 2001. Disponível em <https://www.ub.edu/geocrit/sn-94-75.htm>. Acesso em 29 de julho de 2022.

EBRENZ, Julia Regufe *et al.* **A insegurança alimentar no Brasil, oito décadas de História: políticas sociais e a Segurança Alimentar e Nutricional, uma retrospectiva**. 2021. Trabalho de Conclusão. Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 2021.

ESTEVAM, C. **A questão da cultura popular**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

FARIAS, Silvio Kanner Pereira. MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019. 2021.

FÁVERO, Osmar. **MEB–Movimento de Educação de Base-primeiros tempos: 1961–1966**. Paulo Freire: educação e transformação. Recife, PE: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaios de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FLEURY, Sonia. Giovanni Berlinguer: socialista, sanitaria, humanista! **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 20, nº11, 2015, p. 3553- 3559.

FREIRE, Paulo. Alfabetização e conscientização. In: FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3ª ed. São Paulo: Moraes, 1980, p. 25-56.

FREIRE, Paulo. Dialogicidade, essência da educação como prática da liberdade. In: FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 77-120. 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra, 2014/1965.

FURLIN, Marcelo; DE AGUIAR, Rafael Henrique Colavite. As vias do ultraconservadorismo entre 1935 e 1945: o jornal A Ordem-RN. **Cadernos de Educação**, v. 17, n. 35, p. 99-119, 2018.

GERSCHMAN, Silvia. **A democracia inconclusa: um estudo da reforma sanitária brasileira**. Editora Fiocruz, 2004.

GÓES, Moacyr de. **Os movimentos de alfabetização, educação popular e cultura popular nos anos 60**. De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler (1961-64): Uma Escola Democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 15 de abril de 2013.

KADT, Emanuel de. Aspectos da evolução do MEB até abril de 1964. In: KADT, E. **Católicos radicais no Brasil**. Editora UNESCO/MEC, 2007.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.

LEAL, Victor Nunes Leal. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMA, José Davi Ferreira; SANTOS, Evily Igor. Educação popular: ferramenta de luta para “a superação” da questão agrária brasileira. **Revista Mutirão** (Folhetim de Geografias Agrárias do Sul), v. 1, n. 2, 2020.

LÖWY, Michael. **O que é cristianismo da libertação**. Religião e política na América Latina. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

MACEDO, Muirakytan Kennedy. **A penúltima versão do Seridó** – uma história do regionalismo seridoense. Natal. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

MARTINS, Carla Macedo (Org.) **Educação e saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV / Fiocruz, 2007.

MARTINS, Suely Aparecida. EP Thompson e a educação: a socialização como experiência. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 14, n. 59, p. 304-317, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. 1848.

MEDEIROS PEREIRA, Ariane de. **A educação nos sertões do Rio Grande do Norte**. Mneme-Revista de Humanidades, v. 19, n. 42, p. 117-149, 2018.

MEDEIROS, Mario Lourenço de. **Ideais formativos de homem da emissora de Educação Rural de Caicó (Rio Grande do Norte, 1963-1978)**. 2008. 315 p. Doutorado em Educação (Programa de Pós-graduação em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14150/1/MarioLM.pdf>>. Acesso em: 05 de Agosto de 2022.

MÉZAROS, István. **A educação para além do capital**. Boitempo editorial, 2015.

MIRA, Maria Celeste. Entre a beleza do morto e a cultura viva: a (s) cultura (s) popular (es) na virada do milênio e seus mediadores simbólicos. **Caderno CRH**, v. 29, n. 78, p. 427-442, 2016.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um outro geográfico. Terra Brasilis (Nova Série). **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 4-5, 2003.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência**. 2020.

MOREIRA, Ruy. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil: estudo sobre sociedade e espaço**. Vozes, 1985.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **Politeia**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 153-162, 2003.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão recôndito, polissêmico e controvertido. In: KURY, Lorelai Brilhante. **Sertões adentro: viagens nas caatingas (séculos XVI a XIX)**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, p. 14 – 56, 2012.

NOBREGA, Ozede. Ondas Sonoras na Seara Política. In: ARAÚJO, Ausônio Tércio (Org). **Rural de Caicó, 50 anos. Recife: Oito de março Gráfica e Editora**, 2013.

OLIVEIRA, Pedro A. **Ribeiro de. Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Petrópolis: Editora vozes Ltda, 1985.

PAIVA, V. **Educação popular e Educação de adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**, v. 3, p. 61-161, 1997.

PÊCHEUX, Michel; ORLANDI, Eni Puccinelli. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Editora da UNICAMP, 1995.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **Alguns comentários sobre a história do conhecimento histórico**. Organon, v. 16, n. 32-33, 2002.

PIMENTEL, Fábio Prado. **O rádio educativo no Brasil: uma visão histórica**. Rio de Janeiro: Soarmec Editora, 1999.

PINTO, José Marcelino et al. Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 81, n. 199, 2000.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RENOVATO, Rogério Dias; BAGNATO, Maria Helena Salgado. Da educação sanitária para a educação em saúde (1980-1992): discursos e práticas. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 14, n. 1, p. 77-85, 2012.

ROCHA FILHO, Ruy Alkmim. **O parto dos caminhos: Formação dos Sindicatos Rurais no Rio Grande do Norte (1960 - 1964)**. 2005. 162 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

SCLIAR, Moacyr. História do conceito de saúde. **Physis: Revista de saúde coletiva**, v. 17, n. 1, p. 29-41, 2007.

SILVA, Denise Maria Melo da. **Desafios e limites da prática política do sindicalismo rural: um estudo de caso em São Paulo do Potengi/RN**. 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

SILVA, José Santana da. Conflitos agrários e Igreja em tempo de mudanças. **Revista Plurais - Virtual**, v. 5, p. 54-79, 2016.

SILVA, Maria Auxiliadora Oliveira da. **Evangelizar e politizar: O sentido da atuação da Igreja Católica com os sindicatos dos trabalhadores rurais no Seridó potiguar (1964-1979)**. 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande, 2007.

SILVA, Maria Auxiliadora Oliveira da. Nasce a Bandeira Sindical: A Atuação da Igreja Católica com os Sindicatos Rurais no Seridó Potiguar (RN). 'Usos do Passado' — **XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006**: Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Maria%20Auxiliadora%20Oliveira%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2022.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo Nordestino: existência e consciência da desigualdade regional** (Fac-similar). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

SOUSA, Baltazar Macaíba de. **Sindicalismo rural no rio grande do norte: da igreja ao novo sindicalismo—cultura e prática**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

SOUZA, Eliane S. **Educação popular e saúde: cidadania compartilhada**. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 5, p. 135-146, 2001.

SOUZA, Érica Mello de. Educação sanitária: as primeiras iniciativas para sua institucionalização no Brasil *In*: SOUZA, É. M. de. **Educação sanitária: orientações e**

práticas federais desde o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária ao Serviço Nacional de Educação Sanitária (1920-1940). 2012. 114 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, José Nicolau de. Que educação escolar no meio rural do Rio Grande do Norte (1940-1980). **Revista Educação em Questão**, v. 31, n. 17, 2008.

SOUZA, Luciano Batista de. **Educação popular e teologia da enxada:** Afinidades, convergências e complementaridades. 2011.

SOUZA, Pe Ney de. Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. **Revista de cultura Teológica**, n. 55, p. 39-59, 2006.

STEIN, Leila de Menezes. **Trabalhismo, Círculos Operários e Política:** A construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954-1964). São Paulo: Annablume, Fapesp, 2008.

STOTZ, Eduardo Navarro; DAVID, H. M. S. L.; WONG-UN, Julio A. Educação popular e saúde: trajetória, expressões e desafios de um movimento social. **Rev APS**, v. 8, n. 1, p. 49-60, 2005.

STRECK, Danilo Romeu; ADAMS, Telmo. Pesquisa em educação: os movimentos sociais e a reconstrução epistemológica num contexto de colonialidade. **Educação e Pesquisa**, v. 38, p. 243-258, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa - v. 1.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas: Editora da Unicamp, 2001

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum.** Companhia das Letras. 1998.

VALLA, Victor Vincent. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. **Educação & Realidade**, v. 21, n. 2, 1996.

VELOSO, Fernando A., VILLELA, André, & GIAMBIAGI, Fábio. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Economia**, 62, 2008; p. 221-246.

VICENTE, Maria Dolores de Araújo; ANDRADE, Juciene Batista Félix. Os vestígios da memória na frequência do Rádio: O MEB e suas releituras atuais. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. e935998230- e935998230, 2020.

VIEIRA, José Anastácio. **Informação agrícola e relações públicas.** Serviço de Informação Agrícola, 1958.

WELCH, Clifford Andrew. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). Tradução para o português: Venceslau Alves de Souza. **Revista Brasileira de História** (Online), v. 36, p. 81-105, 2016.

WILLEMS, Emílio. **Assimilação e populações marginais no Brasil**. Estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes. São Paulo: Editora Nacional, 1940.

WIZNIEWSKY, José Geraldo; SOUZA, Renato Santos de. **Legislação agrária e ambiental**. 2010. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16174/Curso_Agric-Famil-Sustent_Legislacao-Agraria-Ambiental.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 22 de agosto de 2022.

ZAGOURY, Edmundo Lima. **O escolar como agente da tomada de consciência sanitária em uma área rural**. 2003. 204f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

ZANETTI, Lorenzo. **O “novo” sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação). FGV IESAE. Rio de Janeiro, 1993.